



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

**RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
Nº. 09/2009¹**

(Atualizado pela Resolução Consepe nº 30-2018)

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de
Filosofia, *Campus* de Palmas.

O Egrégio Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, da Fundação
Universidade Federal do Tocantins – UFT, reunido em sessão no dia 29 de abril de 2009, no
uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia, no *Campus* de Palmas.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 29 de abril de 2009.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

cps

¹ ***(Atualizado pela Resolução Consepe nº 30-2018)***



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
CURSO DE FILOSOFIA**

(Atualizado pela Resolução Consepe n° 30-2018)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Palmas,

Abril 2009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMPUS DE PALMAS

LICENCIATURA EM FILOSOFIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

Este documento tem como objetivo apresentar as estratégias didáticas e pedagógicas adotadas pelo Curso de Licenciatura em Filosofia, pelo Campus Universitário de Palmas da Universidade Federal do Tocantins (UFT).
Redação dos professores: Kherlley Caxias Batista Barbosa, José Manoel Miranda e Fábio Duarte.

Contribuições no documento:

Profa. Dra. Isabel Cristina Auler Pereira
Profa. do Curso de Pedagogia da UFT
Pró-Reitora de Graduação da UFT

Profa. MSc. Iarle Souza Ferreira,
Doutoranda em Filosofia na UNISINOS

Palmas
Abril 2009

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PALMAS
LICENCIATURA EM FILOSOFIA**

Administração Superior

Dr. Alan Barbiero

Reitor

Dr. José Expedito Cavalcante

Vice-reitor

Msc. Ana Lúcia de Medeiros

Pró-reitoria de Administração

Dra. Isabel Cristina Auler Pereira

Pró-reitoria de Graduação

Dr. Márcio Antônio da Silveira

Pró-reitoria de Pesquisa

Msc. Marluce Zacariotti

Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

Dr. Pedro Albeirice da Rocha

Pró-reitoria de Assuntos Estudantis

Msc. Rafael José de Oliveira

Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento

SUMÁRIO

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL	6
1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)	6
1.2 A UFT no Contexto Regional e Local	8
1.3 Perfil Institucional	10
1.4 Missão Institucional	12
1.5 Estrutura Organizacional	14
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	16
2.1 Nome do Curso	16
2.2 Modalidade do curso	16
2.3 Endereço do Curso	16
2.4 Número de Vagas	16
2.5 Turno de Funcionamento	16
2.6 Direção do Campus	16
2.7 Coordenadora das áreas de Ciências Humanas e Artes	21
2.8 Relação Nominal dos Membros do Colegiado	21
2.9 Comissão de elaboração dos PPCs de Artes e Filosofia	22
2.10 Histórico do curso: sua criação e trajetória	22
3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	23
3.1 Fundamentos do Projeto REUNI/UFT	26
3.2 A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis	27
3.3 Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto	34
3.4 A interdisciplinaridade na matriz curricular do Curso	34
	38
3.5 Formas de Ingresso e Mobilidade entre Cursos	38
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	40
4.1 Projeto Pedagógico do Curso	40
4.1.1 Justificativa	40
4.1.2 Objetivo da área de conhecimento do Curso	41
4.1.3 Objetivo geral e objetivos específicos do Curso	41
4.1.4 Perfil profissiográfico	44
4.1.5 Competências, atitude e habilidades	44
4.1.6 Campo de atuação profissional	45
4.1.7 Organização curricular	46
4.1.7.1 Ciclo de Formação Geral (Ciclo I)	46
4.1.7.2 Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II)	51
4.1.7.3 Ciclo de Formação Avançada, Pós-graduação (Ciclo III)	55
4.1.7.4 Estrutura curricular interdisciplinar	56
4.1.7.6 Estrutura curricular:	61
4.1.7.7 Elenco de disciplinas	66
4.3.8 Interface pesquisa e extensão	85
4.3.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino	87
4.3.10 Interface com as Atividades Complementares	87
4.3.11 Prática e Estágio Curricular	88
4.3.12 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	95
4.3.13 Avaliação da Aprendizagem, do curso e da Instituição	95
5 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	99

5.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente	99
5.2 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo	101
6 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS	101
6.1 Instalações gerais do Campus	101
6.1.1 Instalações administrativas	102
6.2 Biblioteca	104
6.2.1 Acervo bibliográfico	106
6.2.2 Infra-estrutura.....	107
6.2.3. Administração e serviços	108
6.3 Laboratórios.....	108
6.3.1 Laboratório de Ensino de Filosofia	109
6.3.2 Laboratórios de informática.....	110
6.4 Recursos audiovisuais.....	111
6.5 Acessibilidade para portador de necessidades especiais	111
6.6 Sala de Direção do Campus e Coordenação do Curso	112
6.7 Futuras Instalações no Campus de Palmas	112
6.8. Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte - CUICA.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

1 CONTEXTO INSTITUCIONAL

1.1 Histórico da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de

23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, é uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins.

Em abril de 2001, foi nomeada a primeira Comissão Especial de Implantação da Universidade Federal do Tocantins pelo Ministro da Educação, Paulo Renato, por meio da Portaria de nº 717, de 18 de abril de 2001. Essa comissão, entre outros, teve o objetivo de elaborar o Estatuto e um projeto de estruturação com as providências necessárias para a implantação da nova universidade. Como presidente dessa comissão foi designado o professor doutor Eurípedes Vieira Falcão, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em abril de 2002, depois de dissolvida a primeira comissão designada com a finalidade de implantar a UFT, uma nova etapa foi iniciada. Para essa nova fase, foi assinado em julho de 2002, o Decreto de nº 4.279, de 21 de junho de 2002, atribuindo à Universidade de Brasília (UnB) competências para tomar as providências necessárias para a implantação da UFT. Para tanto, foi designado o professor Doutor Lauro Morhy, na época reitor da Universidade de Brasília, para o cargo de reitor pró-tempore da UFT. Em julho do mesmo ano, foi firmado o Acordo de Cooperação nº 1/02, de 17 de julho de 2002, entre a União, o Estado do Tocantins, a Unitins e a UFT, com interveniência da Universidade de Brasília, com o objetivo de viabilizar a implantação definitiva da Universidade Federal do Tocantins. Com essas ações, iniciou-se uma série de providências jurídicas e burocráticas, além dos procedimentos estratégicos que estabelecia funções e responsabilidades a cada um dos órgãos representados.

Com a posse aos professores, foi desencadeado o processo de realização da primeira eleição dos diretores de *campi* da Universidade. Já finalizado o prazo dos trabalhos da comissão comandada pela UnB, foi indicado uma nova comissão de implantação pelo Ministro Cristóvam Buarque. Nessa ocasião, foi convidado para reitor pró-tempore o professor Doutor Sérgio Paulo Moreyra, que à época era professor titular aposentado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e também, assessor do Ministério da Educação. Entre os membros dessa comissão, foi designado, por meio da Portaria de nº 002/03 de 19 de agosto de 2003, o professor mestre Zezuca Pereira da Silva, também professor titular aposentado da UFG para o cargo de coordenador do Gabinete da UFT.

Essa comissão elaborou e organizou as minutas do Estatuto, Regimento Geral, o processo de transferência dos cursos da Universidade do Estado do Tocantins (UNITINS), que foi submetido ao Ministério da Educação e ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Criou as comissões de Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação, de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários e de Administração e Finanças. Preparou e coordenou a realização da consulta acadêmica para a eleição direta do Reitor e do Vice-Reitor da UFT, que ocorreu no dia 20 de agosto de 2003, na qual foi eleito o professor Alan Barbiero. No ano de 2004, por meio da Portaria nº 658, de 17 de março de 2004, o ministro da educação, Tarso Genro, homologou o Estatuto da Fundação, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), o que tornou possível a criação e instalação dos Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Com a instalação desses órgãos foi possível consolidar as ações inerentes à eleição para Reitor e Vice-Reitor da UFT conforme as diretrizes estabelecidas pela lei nº. 9.192/95, de 21 de dezembro de 1995, que regulamenta o processo de escolha de dirigentes das instituições federais de ensino superior por meio da análise da lista tríplice.

Com a homologação do Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, no ano de 2004, por meio do Parecer do (CNE/CES) nº041 e Portaria Ministerial nº. 658/2004, também foi realizada a convalidação dos cursos de graduação e os atos legais praticados até aquele momento pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS). Por meio desse processo, a UFT incorporou todos os cursos e também o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela Unitins, bem como, fez a absorção de mais de oito mil alunos, além de materiais diversos como equipamentos e estrutura física dos *campi* já existentes e dos prédios que estavam em construção.

A história desta Instituição, assim como todo o seu processo de criação e implantação, representa uma grande conquista ao povo tocantinense. É, portanto, um sonho que vai aos poucos se consolidando numa *instituição social* voltada para a produção e difusão de conhecimentos, para a formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento social, político, cultural e econômico da Nação

1.2 A UFT no Contexto Regional e Local

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que promovam o

ser humano e que elevem o nível de vida de sua população. A inserção da UFT nesse contexto se dá por meio dos seus diversos cursos de graduação, programas de pós-graduação, em nível de mestrado, doutorado e cursos de especialização integrados a projetos de pesquisa e extensão que, de forma indissociável, propiciam a formação de profissionais e produzem conhecimentos que contribuem para a transformação e desenvolvimento do estado do Tocantins.

A UFT, com uma estrutura *multicampi*, possui 7 (sete) *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado, que oferecem diferentes cursos vocacionados para a realidade local. Nesses *campi*, além da oferta de cursos de graduação e pós-graduação que oportunizam à população local e próxima o acesso à educação superior pública e gratuita, são desenvolvidos programas e eventos científico-culturais que permitem ao aluno uma formação integral. Levando-se em consideração a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidades de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias, Ciências Biológicas e da Saúde.

Os investimentos em ensino, pesquisa e extensão na UFT buscam estabelecer uma sintonia com as especificidades do Estado demonstrando, sobretudo, o compromisso social desta Universidade para com a sociedade em que está inserida. Dentre as diversas áreas estratégicas contempladas pelos projetos da UFT, merecem destaque às relacionadas a seguir:

As diversas formas de territorialidades no Tocantins merecem ser conhecidas. As ocupações do estado pelos indígenas, afro-descendentes, entre outros grupos, fazem parte dos objetos de pesquisa. Os estudos realizados revelam as múltiplas identidades e as diversas manifestações culturais presentes na realidade do Tocantins, bem como as questões da territorialidade como princípio para um ideal de integração e desenvolvimento local.

Considerando que o Tocantins tem desenvolvido o cultivo de grãos e frutas e investido na expansão do mercado de carne – ações que atraem investimentos de várias regiões do Brasil, a UFT vem contribuindo para a adoção de novas tecnologias nestas áreas. Com o foco ampliado, tanto para o pequeno quanto para o grande produtor, busca-se uma agropecuária sustentável, com elevado índice de exportação e a conseqüente qualidade de vida da população rural.

Tendo em vista a riqueza e a diversidade natural da Região Amazônica, os estudos da biodiversidade e das mudanças climáticas merecem destaque. A UFT possui um papel fundamental na preservação dos ecossistemas locais, viabilizando estudos das regiões de transição entre grandes ecossistemas brasileiros presentes no Tocantins – Cerrado, Floresta Amazônica, Pantanal e Caatinga, que caracterizam o Estado como uma região de ecótonos.

O Tocantins possui uma população bastante heterogênea que agrupa uma variedade de povos indígenas e uma significativa população rural. A UFT tem, portanto, o compromisso com a melhoria do nível de escolaridade no Estado, oferecendo uma educação contextualizada e inclusiva. Dessa forma, a Universidade tem desenvolvido ações voltadas para a educação indígena, educação rural e de jovens e adultos.

Diante da perspectiva de escassez de reservas de petróleo até 2050, o mundo busca fontes de energias alternativas socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente corretas. Neste contexto, a UFT desenvolve pesquisas nas áreas de energia renovável, com ênfase no estudo de sistemas híbridos – fotovoltaica/energia de hidrogênio e biomassa, visando definir protocolos capazes de atender às demandas da Amazônia Legal.

Tendo em vista que a educação escolar regular das Redes de Ensino é emergente, no âmbito local, a formação de profissionais que atuam nos sistemas e redes de ensino que atuam nas escolas do Estado do Tocantins e estados circunvizinhos.

1.3 Perfil Institucional

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (arts. 1º e 2º), a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação. É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A Universidade norteia-se pelos princípios estabelecidos no Estatuto e no Regimento, tais como:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da criação e difusão da cultura, desenvolvendo-se, desse modo, o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade, bem como comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão de forma aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Com uma estrutura multicampi, a UFT distingue-se, nesse aspecto, das demais universidades federais do sistema de ensino superior do país, que, em geral, são unicampi, com atividades concentradas num só espaço urbano. Essa singularidade da UFT se expressa por sua atuação em sete campi, implantados em diferentes cidades (Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis), com distâncias que vão de 70 a 600 km da capital (Palmas).

Dessa forma, as inter-relações, o fluxo de informações e as demandas infra-estruturais que se estabelecem ou que são necessários à administração de um sistema multicampi, como o da UFT, diferem bastante do modelo tradicional de uma instituição centralizada em um só campus. Destacam-se, nesse aspecto, os requisitos maiores de descentralização e a imposição de custos operacionais mais elevados.

Com essa realidade acadêmico-administrativa integrada num sistema multicampi, a UFT requer, para o seu funcionamento, uma estrutura complexa de grande porte, o que, por sua vez, gera custos operacionais específicos. Essa singularidade não pode ser desconsiderada quando se analisa a gestão orçamentário-financeira e acadêmico-administrativa da Instituição.

A UFT, com seus sete campi, tem uma dimensão que abrange todo o estado do Tocantins. É a mais importante instituição pública de ensino superior do estado, em termos de dimensão e desempenho acadêmico. Essa sua grande dimensão fica patente – em números aproximados * – 695 professores efetivos, 35 professores substitutos e 399 técnicos administrativos. Atualmente, a Universidade oferece 29 cursos de graduação e 7 programas de mestrado e 1 de doutorado reconhecidos pela Capes, além de 11 cursos de especialização lato sensu.

(*) Fonte: Dados fornecidos pelo sistema SIE em outubro/2008.

1.4 Missão Institucional

O Planejamento Estratégico - PE (2006 – 2010), o Projeto Pedagógico Institucional – PPI (2007) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2007-2011), aprovados pelos Conselhos Superiores, definem que a missão da UFT é “Produzir e difundir conhecimentos visando à formação de cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” e, como visão estratégica “Consolidar a UFT como um espaço de expressão democrática e cultural, reconhecida pelo ensino de qualidade e pela pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional”.

Em conformidade com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI (2007) e com vistas à consecução da missão institucional, todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFT, e todos os esforços dos gestores, comunidade docente, discente e administrativa deverão estar voltados para:

- a) o estímulo à produção de conhecimento, à criação cultural e ao desenvolvimento do espírito científico e reflexivo;
- b) a formação de profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais, à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar para a sua formação contínua;
- c) o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e a criação e difusão da cultura, propiciando o entendimento do ser humano e do meio em que vive;
- d) a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade comunicando esse saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- e) a busca permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- f) o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

g) a promoção da extensão aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição.

Como forma de orientar, de forma transversal, as principais linhas de atuação da UFT (PPI, 2007 e PE 2006-2010), foram eleitas quatro prioridades institucionais:

a) Ambiente de excelência acadêmica: ensino de graduação regularizado, de qualidade reconhecida e em expansão; ensino de pós-graduação consolidado e em expansão; excelência na pesquisa, fundamentada na interdisciplinaridade e na visão holística; relacionamento de cooperação e solidariedade entre docentes, discentes e técnico-administrativos; construção de um espaço de convivência pautado na ética, na diversidade cultural e na construção da cidadania; projeção da UFT nas áreas: a) Identidade, Cultura e Territorialidade, b) Agropecuária, Agroindústria e Bioenergia, c) Meio Ambiente, e) Educação, f) Saúde; desenvolvimento de uma política de assistência estudantil que assegure a permanência do estudante em situação de risco ou vulnerabilidade; intensificação do intercâmbio com instituições nacionais e internacionais como estratégia para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da pós-graduação.

b) Atuação sistêmica: fortalecimento da estrutura *multicampi*; cooperação e interação entre os *campi* e cursos; autonomia e sinergia na gestão acadêmica e uso dos recursos; articulação entre as diversas instâncias deliberativas; articulação entre Pró-Reitorias, Diretorias, Assessorias e Coordenadorias.

c) Articulação com a sociedade: relações com os principais órgãos públicos, sociedade civil e instituições privadas; preocupação com a equidade social e com o desenvolvimento sustentável regional; respeito à pluralidade e diversidade cultural;

d) Aprimoramento da gestão: desenvolvimento de políticas de qualificação e fixação de pessoal docente e técnico-administrativo; descentralização da gestão administrativa e fortalecimento da estrutura *multicampi*; participação e transparência na administração; procedimentos racionalizados e ágeis; gestão informatizada; diálogo com as organizações representativas dos docentes, discentes e técnicos administrativos; fortalecimento da política institucional de comunicação interna e externa.

A UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete *campi* universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. Oferece, atualmente, 43 cursos de graduação presencial, um curso de Biologia a distância,

dezenas de cursos de especialização, 07 programas de mestrado: Ciências do Ambiente (Palmas, 2003), Ciência Animal Tropical (Araguaína, 2006), Produção Vegetal (Gurupi, 2006), Agroenergia (Palmas, 2007), Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Palmas, 2007), Ecologia de Ecótonos (Porto Nacional, 2007), mestrado profissional em Ciências da Saúde (Palmas, 2007). E, ainda, um Doutorado em Ciência Animal, em Araguaína; os minteres em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (Palmas, parceria UFT\UFRGS), Arquitetura e Urbanismo (Palmas, parceria UFT\UnB), os dinteres em História Social (Palmas, parceria UFT/UFRJ), em Educação (Palmas, parceria UFT\UFG) e Produção Animal (Araguaína, parceria UFT\UFG).

1.5 Estrutura Organizacional

Segundo o Estatuto da UFT, a estrutura organizacional da UFT é composta por:

- **Conselho Universitário - CONSUNI:** órgão deliberativo da UFT destinado a traçar a política universitária. É um órgão de deliberação superior e de recurso. Integram esse conselho o Reitor, Pró-reitores, Diretores de *campi* e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução CONSUNI 003/2004.
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE:** órgão deliberativo da UFT em matéria didático-científica. Seus membros são: Reitor, Pró-reitores, Coordenadores de Curso e representante de alunos, professores e funcionários; seu Regimento Interno está previsto na Resolução – CONSEPE 001/2004.
- **Reitoria:** órgão executivo de administração, coordenação, fiscalização e superintendência das atividades universitárias. Está assim estruturada: Gabinete do reitor, Pró-reitorias, Assessoria Jurídica, Assessoria de Assuntos Internacionais e Assessoria de Comunicação Social.
- **Pró-reitorias:** No Estatuto da UFT estão definidas as atribuições do Pró-Reitor de graduação; Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-Reitor de Extensão e Cultura, Pró-Reitor de Administração e Finanças; Pró-Reitor de Avaliação e Planejamento; de Assuntos Estudantis. As Pró-Reitorias estruturam-se em Diretorias, coordenações e divisões técnicas.
- **Conselho Diretor:** é o órgão dos *campi* com funções deliberativas e consultivas em matéria administrativa (art. 26). De acordo com o Art. 25 do Estatuto da UFT, o Conselho Diretor é formado pelo Diretor do *campus*, seu presidente; pelos Coordenadores de Curso;

por um representante do corpo docente; por um representante do corpo discente de cada curso; por um representante dos servidores técnico-administrativos.

- **Diretor de Campus:** docente eleito pela comunidade universitária do campus para exercer as funções previstas no art. 30 do Estatuto da UFT e é eleito pela comunidade universitária, com mandato de 4 (quatro) anos, dentre os nomes de docentes integrantes da carreira do Magistério Superior de cada *campus*.
- **Colegiados de Cursos:** órgão composto por docentes e discentes do curso. Suas atribuições estão previstas no art. 37 do estatuto da UFT.
- **Coordenação de Curso:** é o órgão destinado a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução (art. 36). Suas atribuições estão previstas no art. 38 do estatuto da UFT.

Considerando a estrutura multicampi, foram criadas sete unidades universitárias denominadas de *campi* universitários.

Os Campi e os respectivos cursos são os seguintes:

Campus Universitário de Araguaína: oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Geografia, História, Letras, Química, Física e Biologia, além dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Além disso, disponibiliza os cursos tecnológicos em Cooperativismo, Logística e Gestão em Turismo; o curso de Biologia a distância; o Doutorado e o Mestrado em Ciência Animal Tropical.

Campus Universitário de Arraias: oferece as licenciaturas em Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

Campus Universitário de Gurupi: oferece os cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal; Engenharia Biotecnológica; Química Ambiental e a licenciatura em Biologia (modalidade à distância). Oferece, também, o programa de mestrado na área de Produção Vegetal.

Campus Universitário de Miracema: oferece os cursos de Pedagogia e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa.

Campus Universitário de Palmas: oferece os cursos de Administração; Arquitetura e Urbanismo; Ciências da Computação; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Comunicação Social; Direito; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Elétrica; Engenharia Civil; Medicina, Nutrição e Enfermagem, as licenciaturas em Filosofia,

Artes e Pedagogia. Disponibiliza, ainda, os programas de Mestrado em Ciências do Ambiente, Arquitetura e Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Ciências da Saúde.

Campus Universitário de Porto Nacional: oferece as licenciaturas em História, Geografia, Ciências Biológicas e Letras e o mestrado em Ecologia dos ecótonos.

Campus Universitário de Tocantinópolis: oferece as licenciaturas em Pedagogia e Ciências Sociais

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

2.1 Nome do Curso

Curso de Filosofia

2.2 Modalidade do curso

Licenciatura

2.3 Endereço do Curso

Av: NS 15 ALC NO 14, 109 Norte, Caixa Postal 114 - 77001-090

Palmas – TO.

Fone: (63) 3232- 8020 ou 8022 Fax: (63) 3232-8020

2.4 Número de Vagas

40 vagas por semestre

2.5 Turno de Funcionamento

2009: noturno

2.6 Direção do Campus

Diretor do Campus de Palmas: Prof. Dr. Aurélio Pessoa Picanço.

As atribuições da Direção do Campus e do Conselho Diretor conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, Cap. II Da Administração das Unidades Universitárias, são as seguintes:

Art. 25 - O Campus é a unidade universitária responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizando a integração acadêmica, científica e administrativa de um conjunto de disciplinas, definido pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, através de uma equipe docente nele lotada.

Art. 26 - O Conselho Diretor é órgão dos *Campi* de Ensino e Pesquisa com funções deliberativas e consultivas em matérias administrativas, não compreendidas nas atribuições dos órgãos superiores.

Art. 27 - Compete ao Conselho Diretor de Campus:

- I. coordenar o trabalho do pessoal docente, visando à unidade e eficiência do ensino, pesquisa e extensão;
- II. encaminhar à Diretoria de Planejamento e Orçamento o plano de atividades elaborado para servir de base ao orçamento do exercício seguinte, indicando o cronograma financeiro de aplicação dos recursos previstos;
- III. tomar conhecimento do relatório apresentado pelo Coordenador de Campus sobre as principais ocorrências do plano anterior e do plano de atividades para o novo ano letivo;
- IV. encaminhar o nome do Coordenador eleito mais votado para nomeação pelo Reitor;
- V. solicitar, fundamentalmente, ao Conselho Universitário, por votação de 2/3 (dois terços) dos respectivos membros, a destituição do Coordenador de Campus antes de findo o seu mandato;
- VI. elaborar e modificar o Regimento de Campus para aprovação final pelo Conselho Universitário;
- VII. zelar pela observância das normas relativas ao recrutamento, seleção e aproveitamento dos monitores de ensino;
- VIII. propor admissão de novos docentes, concessão de licenças e rescisão de contratos;
- IX. adotar providências para o constante aperfeiçoamento do seu pessoal docente;
- X. implementar a aplicação de normas tendentes a permitir a avaliação quantitativa da carga docente e de pesquisa, a fim de deliberar sobre processos de ampliação ou de redução do corpo docente;
- XI. organizar as comissões julgadoras dos concursos para provimento dos cargos de professores;

- XII. propor a atribuição do título de “Professor Emérito”;
- XIII. atribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão ao pessoal que o integre, respeitadas as especializações, e elaborar a correspondente escala de férias, respeitando o calendário de atividades da Universidade;
- XIV. adotar ou sugerir, quando for o caso, providências de ordem didática, científica e administrativa que julgar aconselháveis para o bom andamento dos trabalhos;
- XV. elaborar a lista de oferta das disciplinas de sua responsabilidade e aprovar os planos de ensino das diversas disciplinas, após anuência das Coordenações de Cursos;
- XVI. sugerir os programas das disciplinas às Coordenações de Cursos para homologação posterior pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVII. fixar os pré-requisitos de cada disciplina, com aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVIII. propor a criação de novas disciplinas ou de serviços especiais dentro dos critérios do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIX. endossar projetos de pesquisa e os planos dos cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão que se situem em seu âmbito de atuação;
- XX. emitir parecer em assunto de sua competência;
- XXI. exercer todas as atribuições que lhe sejam conferidas por este Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões do Conselho Diretor caberá recurso, no prazo máximo de 10 (dez) dias, aos Órgãos Superiores.

Art. 28 - O Regimento de Campus disporá sobre as condições de funcionamento do Conselho Diretor de Campus.

Art. 29 - A criação, supressão, desdobramento ou fusão de Campi poderão ser implementadas por sugestão das Pró-Reitorias de Graduação e Pesquisa e Pós-Graduação ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, para manifestação e encaminhamento (ou não) de proposta ao Conselho Universitário.

Art. 30 - São atribuições do Coordenador de Campus:

- I. administrar o Campus;
- II. representar o Campus perante os demais órgãos da Universidade, quando esta apresentação não couber a outro membro do Campus por disposiçãregimental;

- III. promover ações tendentes a assegurar coordenação, supervisão e fiscalização sobre todas as atividades do Campus, dentro das disposições legais, estatutárias e regimentais, respeitando-se, ainda, as determinações dos Órgãos Superiores da Universidade;
- IV. convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor de Campus, delas participando com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- V. integrar o Conselho Universitário;
encaminhar à Reitoria, em tempo hábil, a proposta orçamentária do Campus;
- VI. apresentar à Reitoria, após conhecimento pelo Conselho Diretor de Campus, anualmente, o relatório das atividades desenvolvidas;
- VII. delegar, dentro dos limites legalmente estabelecidos, atribuições ao seu substituto.

Conforme o Regimento Geral da Universidade Federal do Tocantins de 2003, SEÇÃO I - Das Coordenações e dos Colegiados de Cursos, as coordenações de cursos (ou áreas) são estruturadas a partir dos seguintes princípios:

Art. 36 - As Coordenações de Cursos são órgãos destinados a elaborar e implementar a política de ensino e acompanhar sua execução, ressalvada a competência do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo Único - A representação do corpo discente será de 1/5 (um quinto) do número de docentes dos colegiados de cursos que tem direito a voto e voz.

Art. 37 - Compete aos Colegiados de Curso:

- I. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a organização curricular dos cursos correspondentes, estabelecendo o elenco, o conteúdo e a sequência das disciplinas que o formam, com os respectivos créditos;
- II. propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, respeitada a legislação vigente e o número de vagas a oferecer, o ingresso nos respectivos cursos;
- III. estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores para fins de matrícula;
- IV. opinar sobre os processos de verificação do aproveitamento adotados nas disciplinas que participem da formação dos cursos sob sua responsabilidade;
- V. fiscalizar o desempenho do ensino das disciplinas que se incluam na organização curricular do curso coordenado;

- VI. conceder dispensa, adaptação, cancelamento de matrícula, trancamento ou adiantamento de inscrição e mudança de curso mediante requerimento dos interessados, reconhecendo, total ou parcialmente, cursos ou disciplinas já cursados com aproveitamento pelo requerente;
- VII. estudar e sugerir normas, critérios e providências ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre matéria de sua competência;
- VIII. decidir os casos concretos, aplicando as normas estabelecidas;
- IX. propugnar para que os cursos sob sua supervisão se mantenham atualizados;
- X. eleger o Coordenador e o Coordenador Substituto;
- XI. coordenar e supervisionar as atividades de estágio necessárias à formação profissional dos cursos sob sua orientação.

Art. 38 - Aos Coordenadores de Cursos (ou de áreas) compete:

- I. representar sua Coordenação de Curso como membro do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- II. presidir os trabalhos da Coordenação de Curso;
- III. propor ao Coordenador do Campus a substituição do seu representante no Conselho Diretor, nos termos do Regimento do Campus;
- IV. responder, perante o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, pela eficiência do planejamento e coordenação das atividades de ensino nos cursos sob a sua responsabilidade;
- V. expedir instruções referentes aos cursos;
- VI. representar contra medidas ou determinações emanadas da Direção ou do Conselho Diretor que interfiram nos objetivos ou normas fixados para o curso pelo Colegiado.

§ 1º - Os Coordenadores de Cursos poderão ter regime de trabalho de dedicação exclusiva, incluindo-se as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - No impedimento do Coordenador, assumirá a Coordenação o membro escolhido pelo colegiado.

Art. 39 - O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá o número e denominação das Coordenações de Curso e, em cada caso, sua competência quanto aos diferentes cursos mantidos pela Universidade.

Parágrafo Único - Cursos de graduação, referentes a uma mesma área de atividade ou conhecimento, serão coordenados, no plano didático-científico, pela mesma Coordenação de Curso.

Art. 40 – As Coordenações de Cursos serão escolhidas por eleição, através de voto secreto, procedida pelo colegiado de curso correspondente.

Art. 41 - Será de 2 (dois) anos o mandato do Coordenador de Curso, permitida apenas uma recondução.

Art. 42 – Os Colegiados de Cursos reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando convocados pelos seus coordenadores, por 1/3 (um terço) de seus membros ou pelas Pró-Reitorias.

Art. 43 - As deliberações dos Colegiados de Cursos serão tomadas por votação, assistindo a qualquer de seus membros a faculdade de remeter o seu voto divergente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, no qual receberá processamento como recurso.

Art. 44 – Os Colegiados de Cursos poderão propor ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão a substituição de seus coordenadores, mediante a deliberação de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

2.7 Coordenadora das áreas de Ciências Humanas e Artes

Profa. MSc. Roseli Bodnar

2.8 Relação Nominal dos Membros do Colegiado

- 1) MSc. Fábio Henrique Duarte
- 2) MSc. José Manoel Miranda de Oliveira
- 3) MSc. Kherlley Caxias Batista Barbosa
- 4) Dra. Karyleila dos Santos Andrade
- 5) Dra. Kátia Maia Flores
- 6) MSc. Roseli Bodnar
- 7) MSc Sandoval Antunes

2.9 Comissão de elaboração dos PPCs de Artes e Filosofia

- 1) MSc. Fábio Henrique Duarte
- 2) MSc. José Manoel Miranda de Oliveira
- 3) MSc. Kherlley Caxias Batista Barbosa
- 4) Dra. Karyleila dos Santos Andrade
- 5) Dra. Kátia Maia Flores
- 6) MSc. Roseli Bodnar

2.10 Histórico do curso: sua criação e trajetória

A idéia de criação do Curso de Licenciatura em Filosofia passou por um processo de amadurecimento desde a implantação da Universidade Federal do Tocantins (UF) em 2003. A partir dos primeiros contatos entre os professores de Filosofia no Campus de Palmas, foi sentida a urgência de não apenas estreitar a relação entre os professores de Filosofia de diferentes colegiados, mas também de alargar o público de discussão dos assuntos filosóficos.

Os encontros entre os professores de Filosofia do Campus de Palmas ambientou o aparecimento da proposta de criação do Grupo de Pesquisa “Estudos filosóficos contemporâneos: Ética e Política”. O grupo promoveu duas semanas de discussões filosóficas no campus de Palmas, uma em 2005 com o tema: *Ética e Política na Sociedade Contemporânea* e outra, em 2006, desta vez com o tema: *Ética – desafios e perspectivas*, além de uma jornada filosófica, em 2008, em que as palestras versaram sobre modernidade, ciência, saberes e interdisciplinaridade.

Nos eventos promovidos pelo grupo, ficou demonstrado o anseio da comunidade por discutir questões de cunho filosófico, não apenas pelo grande número de participantes da comunidade externa, como também pela participação destas pessoas nos debates. Nesse momento, ficou clara a urgência de elevar questões sociais ao patamar de discussões filosóficas, sobretudo nos campos da ética e da política. Nesses eventos, o diálogo com professores e gestores das redes municipal e estadual de Educação possibilitou uma visão mais concreta da situação do ensino de Filosofia na rede pública de educação do Estado. A partir do quadro que se delineou nesses contatos, percebeu-se a imperiosa necessidade da universidade interferir nessa situação, possibilitando um curso de qualidade que pudesse responder às reais demandas que foram relatadas.

Por fim, a iniciativa de criação do curso foi amadurecida tendo em vista a demanda vinda do mercado de trabalho. Há poucos profissionais graduados em Filosofia atuando na educação básica e nenhum curso credenciado de Filosofia no Estado. A situação da exigüidade de professores com formação específica tornou-se mais grave com a obrigatoriedade do ensino de filosofia no Ensino Médio; tornou-se evidente que para o cumprimento da legislação grandes lacunas na oferta da disciplina de filosofia no ensino médio devem ser preenchidas com urgência.

Quando em 2007, no campus de Palmas, começaram as discussões em relação à proposta de adesão ao programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, o grupo de Filosofia já tinha galgado um nível de discussão e discernimento que foram imprescindíveis para inserir o curso de Filosofia no projeto do REUNI/UFT.

Com a proposição institucional dos novos cursos, Artes e Filosofia vieram compor uma grande área interdisciplinar. A partir daí, o presente projeto foi sendo trabalhado por uma comissão de professores designada pela Direção do Campus de Palmas. Com base em muitas discussões com a PROGRAD e dedicação do grupo de trabalho, o PPC de Licenciatura em Filosofia foi construído de forma integrada e articulada com a Licenciatura em Artes.

O curso de Filosofia busca responder à expectativa da sociedade, que espera da UFT um curso centrado na realidade do ensino e seus desafios contemporâneos no Estado do Tocantins, seguindo as diretrizes legais do Ministério da Educação.

Os professores que ora propõem este PPC são conscientes do propósito de criar um curso que seja um *locus* privilegiado para promover a missão da UFT em construir e difundir conhecimento crítico para o desenvolvimento social e político no contexto da Amazônia.

3 BASES CONCEITUAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Este PPC reflete a concepção teórica que sustém a proposta para os novos cursos da UFT estampada no documento da PROGRAD “Bases Conceituais e Procedimentais do Projeto Pedagógico dos Novos Cursos/UFT”, que vem apresentado em seguida.

Algumas tendências contemporâneas orientam o pensar sobre o papel e a função da educação no processo de fortalecimento de uma sociedade mais justa, humanitária e igualitária. A primeira tendência diz respeito às aprendizagens que devem orientar o ensino superior no sentido de serem significativas para a atuação profissional do formando.

A segunda tendência está inserida na necessidade efetiva da interdisciplinaridade, problematização, contextualização e relacionamento do conhecimento com formas de pensar o mundo e a sociedade na perspectiva da participação, da cidadania e do processo de decisão coletivo. A terceira fundamenta-se na ética e na política como bases fundamentais da ação humana. A quarta tendência trata diretamente do ensino superior cujo processo deverá se desenvolver no aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, o que requer a adoção de tecnologias e procedimentos adequados a esse aluno para que se torne atuante no seu processo de aprendizagem. Isso nos leva a pensar o que é o ensino superior, o que é a aprendizagem e como ela acontece nessa atual perspectiva.

A última tendência diz respeito à transformação do conhecimento em tecnologia acessível e passível de apropriação pela população. Essas tendências são as verdadeiras questões a serem assumidas pela comunidade universitária em sua prática pedagógica, uma vez que qualquer discurso efetiva-se de fato através da prática. É também essa prática, esse fazer cotidiano de professores de alunos e gestores que darão sentido às premissas acima, e assim se efetivarão em mudanças nos processos de ensino e aprendizagem, melhorando a qualidade dos cursos e criando a identidade institucional.

Pensar as políticas de graduação para a UFT requer clareza de que as variáveis inerentes ao processo de ensino-aprendizagem no interior de uma instituição educativa, vinculada a um sistema educacional, é parte integrante do sistema sócio-político-cultural e econômico do país.

Esses sistemas, por meio de articulação dialética, possuem seus valores, direções, opções, preferências, prioridades que se traduzem, e se impõem, nas normas, leis, decretos, burocracias, ministérios e secretarias. Nesse sentido, a despeito do esforço para superar a dicotomia quantidade x qualidade, acaba ocorrendo no interior da Universidade a predominância dos aspectos quantitativos sobre os qualitativos, visto que a qualidade necessária e exigida não deixa de sofrer as influências de um conjunto de determinantes que configuram os instrumentos da educação formal e informal e o perfil do alunado.

As políticas de Graduação da UFT devem estar articuladas às mudanças exigidas das instituições de ensino superior dentro do cenário mundial, do país e da região amazônica. Devem demonstrar uma nova postura que considere as expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho, concebendo Projetos Pedagógicos com currículos mais dinâmicos, flexíveis, adequados e atualizados, que coloquem em movimento as diversas propostas e ações para a formação do cidadão capaz de atuar com autonomia. Nessa perspectiva, a lógica que pauta a qualidade como tema gerador da proposta para o ensino da graduação na UFT

tem, pois, por finalidade a construção de um processo educativo coletivo, objetivado pela articulação de ações voltadas para a formação técnica, política, social e cultural dos seus alunos.

Nessa linha de pensamento, torna-se indispensável à interação da Universidade com a comunidade interna e externa, com os demais níveis de ensino e os segmentos organizados da sociedade civil, como expressão da qualidade social desejada para a formação do cidadão. Nesse sentido, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) da UFT, inclusive este PPC, deverão estar pautados em diretrizes que contemplem a permeabilidade às transformações, a interdisciplinaridade, a formação integrada à realidade social, a necessidade da educação continuada, a articulação teoria– prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Deverão, pois, ter como referencial:

- a democracia como pilar principal da organização universitária, seja no processo de gestão ou nas ações cotidianas de ensino;
- o deslocamento do foco do ensino para a aprendizagem (articulação do processo de ensino aprendizagem) re-significando o papel do aluno, na medida em que ele não é um mero receptor de conhecimentos prontos e descontextualizados, mas sujeito ativo do seu processo de aprendizagem;
- o futuro como referencial da proposta curricular – tanto no que se refere a ensinar como nos métodos a serem adotados. O desafio a ser enfrentado será o da superação da concepção de ensino como transmissão de conhecimentos existentes. Mais que dominar o conhecimento do passado, o aluno deve estar preparado para pensar questões com as quais lida no presente e poderá defrontar-se no futuro, deve estar apto a compreender o presente e a responder a questões prementes que se interporão a ele, no presente e no futuro;
- a superação da dicotomia entre dimensões técnicas e dimensões humanas integrando ambas em uma formação integral do aluno;
- a formação de um cidadão e profissional de nível superior que resgate a importância das dimensões sociais de um exercício profissional. Formar, por isso, o cidadão para viver em sociedade;
- a aprendizagem como produtora do ensino; o processo deve ser organizado em torno das necessidades de aprendizagem e não somente naquilo que o professor julga saber;

- a transformação do conhecimento existente em capacidade de atuar. É preciso ter claro que a informação existente precisa ser transformada em conhecimento significativo e capaz de ser transformada em aptidões, em capacidade de atuar produzindo conhecimento;
- o desenvolvimento das capacidades dos alunos para atendimento das necessidades sociais nos diferentes campos profissionais e não apenas demandas de mercado;
- o ensino para as diversas possibilidades de atuação com vistas à formação de um profissional empreendedor capaz de projetar a própria vida futura, observando-se que as demandas do mercado não correspondem, necessariamente, às necessidades sociais.

3.1 Fundamentos do Projeto REUNI/UFT

No ano de 2006, a UFT realizou o seu I Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (FEPEC), no qual foi apontado como uma das questões relevantes as dificuldades relativas ao processo de formação e ensino-aprendizagem efetivados em vários cursos e a necessidade de se efetivar no seio da Universidade um debate sobre a concepção e organização didático-pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos.

Nesse sentido, este Projeto Pedagógico objetiva promover uma formação ao estudante com ênfase no exercício da cidadania; adequar a organização curricular dos cursos de graduação às novas demandas do mundo do trabalho por meio do desenvolvimento de competências e habilidades necessárias a atuação, profissional, independentemente da área de formação; estabelecer os processos de ensino-aprendizagem centrados no estudante com vistas a desenvolver autonomia de aprendizagem, reduzindo o número de horas em sala de aula e aumentando as atividades de aprendizado orientadas; e, finalmente, adotar práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação, a fim de otimizar o trabalho dos docentes nas atividades de graduação.

A abordagem proposta permite simplificar processos de mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional. Ressaltamos que o processo de ensino e aprendizagem deseja considerar a atitude coletiva, integrada e investigativa, o que implica a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Reforça não só a importância atribuída à articulação dos componentes curriculares entre si, no semestre e ao longo do curso, mas também sua ligação com as experiências práticas dos educandos.

Este Projeto Pedagógico busca implementar ações de planejamento e ensino, que contemplem o compartilhamento de disciplinas por professores(as) oriundos(as) das

diferentes áreas do conhecimento; trânsito constante entre teoria e prática, através da seleção de conteúdos e procedimentos de ensino; eixos articuladores por semestre; professores articuladores dos eixos, para garantir a desejada integração; atuação de uma tutoria no decorrer do ciclo de formação geral para dar suporte ao aluno; utilização de novas tecnologias da informação; recursos áudios-visuais e de plataformas digitais.

No sentido de efetivar os princípios de integração e interdisciplinaridade, o currículo do Curso está organizado em torno de eixos que agregam e articulam os conhecimentos específicos teóricos e práticos em cada semestre, sendo compostos por disciplinas, interdisciplinas e seminários integradores. Cada ciclo é constituído por eixos que se articulam entre si e que são integrados por meio de conteúdos interdisciplinares a serem planejados semestralmente em conformidade com a carga dos eixos destinada às atividades interdisciplinares.

3.2 A construção de um currículo interdisciplinar: caminhos possíveis

Buscar caminhos e pistas para a construção de um currículo interdisciplinar nos remete à necessidade de uma formulação teórica capaz de dar sustentação às proposições.

As incertezas interpostas nos levam a retomar Edgar Morin que em sua obra “O Paradigma perdido: a natureza humana” (1973) integrou e articulou biologia, antropologia, etnologia, história, sociologia, psicologia, dentre outras ciências para construir a ciência do homem. Enfatizou o confronto que vem sendo feito entre o mundo das certezas, herdado da tradição e o mundo das incertezas, gerado pelo nosso tempo de transformações e, nesse sentido, passou a entender o homem como uma unidade biopsicossociológica, caminhando de uma concepção de matéria viva para uma concepção de sistemas vivos e, desses, para uma concepção de organização. Segundo ele,

o ser vivo está submetido a uma lógica de funcionamento e de desenvolvimento completamente diferentes, lógica essa em que a indeterminação, a desordem, o acaso intervêm como fatores de organização superior ou de auto-organização. Essa lógica do ser vivo é, sem dúvida, mais complexa do que aquela que o nosso entendimento aplica às coisas, embora o nosso entendimento seja produto dessa mesma lógica (MORIN, 1973: 24).

O pensamento complexo proposto por Morin pressupõe a busca de uma percepção de mundo, a partir de uma nova ótica: a da complexidade. Propõe uma multiplicidade de pontos de vista; uma perspectiva relacional entre os saberes em sua multiplicidade; a conquista de uma percepção sistêmica, pós-cartesiana, que aponta para um novo saber, a partir do

pensamento complexo. A complexidade do real, como um novo paradigma na organização do conhecimento, abala os pilares clássicos da certeza: a ordem, a regularidade, o determinismo e a separabilidade.

Ainda, segundo Morin (1994: 225), “a complexidade refere-se à quantidade de informações que possui um organismo ou um sistema qualquer, indicando uma grande quantidade de interações e de interferências possíveis, nos mais diversos níveis”. De acordo com seus pressupostos,

essa complexidade aumenta com a diversidade de elementos que constituem o sistema. Além do aspecto quantitativo implícito neste termo, existiria também a incerteza, o indeterminismo e o papel do acaso, indicando que a complexidade surge da intersecção entre ordem e desordem. O importante é reconhecer que a complexidade é um dos parâmetros presentes na composição de um sistema complexo ou hipercomplexo como o cérebro humano, assim como também está presente na complexa tessitura comum das redes que constituem as comunidades virtuais que navegam no ciberespaço (MORIN, 1994: 225).

Na perspectiva de Morin (1994), portanto, a complexidade está no fato de que o todo possui qualidades e propriedades que não se encontram nas partes isoladamente. O termo complexidade traz, em sua essência, a idéia de confusão, incerteza e desordem; expressa nossa confusão, nossa incapacidade de definir de maneira simples, para nomear de maneira clara, para por ordem em nossas idéias. O pensamento complexo é visto como uma “viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real e de saber que as determinações (cerebral, cultural, social e histórica), que se impõe a todo o pensamento, co-determinam sempre o objeto do conhecimento” (MORIN, 2003: 21).

Analisar a complexidade, segundo Burnham (1998: 44), “requer o olhar por diferentes óticas, a leitura por meio de diferentes linguagens e a compreensão por diferentes sistemas de referência”. Essa perspectiva multirreferencial é entendida como um método integrador de diferentes sistemas de linguagens, aceitas como plurais ou necessariamente diferentes umas das outras, para elucidar a complexidade de um fenômeno. Nessa acepção, segundo Ardoino, se torna essencial, nos espaços de aprendizagem,

o afloramento de uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam visões específicas, quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referenciais distintos, considerados e reconhecidos explicitamente, como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998: 24).

A partir dessa complexidade, Morin propõe despertar a inteligência geral adormecida pela escola vigente e estimular a capacidade de contextualizar e globalizar; de termos uma nova maneira de ver o mundo, de aprender a viver e de enfrentar a incerteza. A educação, nessa perspectiva, se configura como uma “função global que atravessa o conjunto dos campos das ciências dos homens e da sociedade, interessando tanto ao psicólogo social, ao economista, ao sociólogo, ao filósofo ou a historiador etc.” (ARDOINO, 1995 apud MARTINS, 2004: 89). A incorporação da diversidade do coletivo e a potencialização das experiências multirreferenciais dos sujeitos requer não somente a concepção de um currículo que privilegie a dialogicidade, a incerteza e certeza, a ordem e desordem, a temporalidade e espacialidade dos sujeitos, mas, também, a utilização de dispositivos comunicacionais que permitam a criação de ambientes de aprendizagem capazes de subverter as limitações espaço-temporais da sala de aula.

Refletir sobre esse novo currículo implica considerá-lo como práxis interativa, como “sistema aberto e relacional, sensível à dialogicidade, à contradição, aos paradoxos cotidianos, à indexalidade das práticas, como instituição eminentemente relevante, carente de ressignificação em sua emergência” (BURNHAM, 1998: 37). O conhecimento entendido não mais como produto unilateral de seres humanos isolados, mas resultado de uma vasta cooperação cognitiva, da qual participam aprendentes humanos e sistemas cognitivos artificiais, implicando modificações profundas na forma criativa das atividades intelectuais.

Sob esse olhar, o currículo se configura como um campo complexo de contradições e questionamentos. Não implica apenas seleção e organização de saberes, mas um emaranhado de questões relativas a sujeitos, temporalidades e contextos implicados em profundas transformações. Configura-se como um sistema aberto, dialógico, recursivo e construído no cotidiano por sujeitos históricos que produzem cultura e são produzidos pelo contexto histórico-social (BURNHAM, 1998; MACEDO, 2002). Nessa nova teia de relações estão inseridos os processos educativos, que se tornam influenciáveis por determinantes do global, do nacional e do local. Para compreendê-lo, torna-se imperativo assumirmos uma nova lógica, uma nova cultura, uma nova sensibilidade e uma nova percepção, numa lógica baseada na exploração de novos tipos de raciocínio, na construção cotidiana, relacionando os diversos saberes.

Nesse sentido, adotar a interdisciplinaridade como perspectiva para a transdisciplinaridade como metodologia no desenvolvimento do currículo implica a confrontação de olhares plurais na observação da situação de aprendizagem para que os

fenômenos complexos sejam observados. Implica também, como afirma Burnham, entender não só a polissemia do currículo,

mas o seu significado como processo social, que se realiza no espaço concreto da escola, cujo papel principal é o de contribuir para o acesso, daqueles sujeitos que aí interagem, a diferentes referenciais de leitura de mundo e de relacionamento com este mesmo mundo, propiciando-lhes não apenas um lastro de conhecimentos e de outras vivências que contribuam para a sua inserção no processo da história, como sujeito do fazer dessa história, mas também para a sua construção como sujeito (quicá autônomo) que participa ativamente do processo de produção e de socialização do conhecimento e, assim da instituição histórico-social de sua sociedade (BURNHAM 1998: 37).

Nessa perspectiva, o conhecimento passa a se configurar como uma rede de articulações desafiando nosso imaginário epistemológico a pensar com novos recursos, reencantando o ato de ensinar e aprender ao libertarmos “[...] as palavras de suas prisões e devolvendo-as ao livre jogo inventivo da arte de conversar e pensar” (ASMANN, 1998, p. 82).

Nosso desafio mais impactante na implementação de novos currículos na Universidade Federal do Tocantins (UFT) está na mudança desejada de avançar, e talvez, até superar o enfoque disciplinar das nossas construções curriculares para a concepção de currículos integrados, através e por meio de seus eixos transversais e interdisciplinares, caminhando na busca de alcançarmos a transdisciplinaridade. Considerando que desejar é o passo inicial para se conseguir, apostamos que é possível abordar, dispor e propor aos nossos alunos uma “relação com o saber” (CHARLOT, 2000), em sua totalidade complexa, multirreferencial e multifacetada.

Nesse fazer, os caminhos já abertos e trilhados não serão descartados, abandonados. As rupturas, as brechas, os engajamentos conseguidos são importantíssimos e nos apoiarão no reconhecimento da necessidade de inusitadas pistas. Portanto, a solução de mudança não está em tirar e pôr, podar ou incluir mais um componente curricular, uma matéria, um conteúdo, e sim, em redefinir e repensar o que temos, com criatividade, buscando o que pretendemos. Essa caminhada será toda feita de ir e vir, avanços e recuos e, nesse movimento de ondas, é possível vislumbrarmos o desenho de um currículo em “espiral”, ou seja, um trabalho que articula e abrange a dinamicidade dos saberes organizados nos ciclos e eixos de formação.

Essa construção de uma matriz curricular referenciada e justificada pela ação e interação dos seus construtores, com ênfase não-linear, nos conduzirá a arquiteturas de formação não-determinista, com possibilidades de abertura, o que propiciará o nosso projeto de interdisciplinaridade, flexibilidade e mobilidade. Nesse sentido, não tem nem início nem fim, essa matriz tem,

Fronteiras e pontos de intersecção ou focos. Assim um currículo modelado em uma matriz também é não-linear e não-seqüencial, mas limitado e cheio de focos que se interseccionam e uma rede relacionada de significados. Quanto mais rico o currículo, mais haverá pontos de intersecção, conexões construídas e mais profundo será o seu significado. (DOLL JR., 1997: 178).

Curricularmente, essa matriz se implementa por meio de um trabalho coletivo e solidário em que o planejamento reconhece como importante deste fazer o princípio da auto-organização da teoria da complexidade. A dialogicidade é fundamental para evitarmos que a própria crítica torne-se hegemônica e maquiada. Desassimilação de hábitos e mudanças de estruturas não são fáceis. É frustrante o esforço que leva a produções sem sentido. Entretanto, não se muda sem alterar concepções, destroçar profundamente conteúdos e rotinas curriculares costumeiras.

O modelo disciplinar linear ou o conjunto de disciplinas justapostas numa ‘grade curricular’ de um curso têm tido implicações pedagógicas diversas e deixado marcas nada opcionais nos percursos formativos. O currículo centrado na matéria e salivado nas aulas magistrais tem postado o conhecimento social de forma paralela ao conhecimento acadêmico. Nesse sentido, “o conhecimento aparece como um fim a-histórico, como algo dotado de autonomia e vida própria, à margem das pessoas” (SANTOMÉ, 1998: 106), perpassa a idéia de que nem todos os alunos têm condições de serem bem sucedidos em algumas disciplinas, legitimando o próprio fracasso acadêmico. “Um currículo disciplinar favorece mais a propagação de uma cultura da ‘objetividade’ e da neutralidade, entre tantas razões, porque é mais difícil entrar em discussões e verificações com outras disciplinas com campos similares ou com parcelas comuns de estudo” (SANTOMÉ, 1998: 109). Como consequência, as contradições são relegadas e as dimensões conflituosas da realidade social refutadas, como se fosse possível sua ocultação.

A crise que desequilibra valores e posturas do século passado é a mesma que dá forças para alternativas curriculares no século XXI. As críticas tecidas ao currículo disciplinar propõem perspectivar a embriologia do currículo globalizado, currículo integrado ou currículo interdisciplinar. Apesar de alguns autores não distinguirem interdisciplinaridade de integração, muitos defendem que interdisciplinaridade é mais apropriada para referir-se à inter-relação de diferentes campos do conhecimento, enquanto que integração significa dar unidade das pArtes, o que não qualifica necessariamente um todo em sua complexidade. Os currículos interdisciplinares, hoje propostos, coincidem com o desejo de buscar “modos de estabelecer relações entre campos, formas e processos de conhecimento que até agora eram mantidos incomunicáveis” (SANTOMÉ, 1998: 124). Nessa perspectiva,

No desenvolvimento do currículo, na prática cotidiana na instituição, as diferentes áreas do conhecimento e experiência deverão entrelaçar-se, complementar-se e reforçar-se mutuamente, para contribuir de modo mais eficaz e significativo com esse trabalho de construção e reconstrução do conhecimento e dos conceitos, habilidades, atitudes, valores, hábitos que uma sociedade estabelece democraticamente ao considerá-los necessários para uma vida mais digna, ativa, autônoma, solidária e democrática. (SANTOMÉ, 1998: 125).

Nosso currículo desejado é um convite a mudanças e afeta, é claro, as funções dos professores que trabalham em um mesmo curso. Nossa opção de organização do currículo novo cria ‘colegiados de saberes’ e ‘ilhas de conhecimentos’ que potencializarão a formação de arquipélagos de vivências e itinerâncias participativas. Distancia-se, pois, do currículo disciplinar em que é possível o trabalho isolado, o eu-sozinho e incomunicável. No qual, encontram-se professores que são excelentes em suas disciplinas, mas que por estarem, muitas vezes, preocupados somente com suas matérias, chegam a induzir os alunos a acreditarem e se interessarem por esta ou aquela disciplina em detrimento de outras, por acreditarem que há “disciplinas mais importantes” e outras “menos importantes”.

A construção da realidade social e histórica depende de seus sujeitos, de seus protagonistas. A matriz curricular terá a “cara” ou será o “monstro” que os desenhistas conseguirem pintar a partir da identidade possível construída.

No entanto pode-se falar, conforme (SANTOMÉ, 1998: 206) em quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;
- b) integração através de temas, tópicos ou idéias,
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;
- d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes. Além da possibilidade ainda de:
 - 1. integração através de conceitos,
 - 2. integração em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos,
 - 3. integração com base em instituições e grupos humanos,
 - 4. integração em torno de descobertas e invenções,
 - 5. integração mediante áreas de conhecimento.

Por meio da implantação do programa de reestruturação e expansão de seus cursos e programas, a UFT objetiva a ampliação do acesso com garantia de qualidade. Os princípios que orientam a construção de suas políticas de formação estão assentados na concepção da

educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção do conhecimento, na valorização dos valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

Nesse sentido, enfatiza que a Universidade não deve apenas formar recursos humanos para o mercado de trabalho, mas pessoas com espírito crítico e humanista que possam contribuir para a solução dos problemas cada vez mais complexos do mundo. Para tanto, propõe o exercício da interdisciplinaridade, com vistas atingirmos a transdisciplinaridade, ou seja, uma nova relação entre os conhecimentos.

Isso implica, ainda, os seguintes desdobramentos:

- introduzir nos cursos de graduação temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural.
- dotar os cursos de graduação com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

Este projeto possui uma construção curricular em ciclos. A idéia é proporcionar ao aluno uma formação inicial ampla, evitando assim a profissionalização precoce – uma das grandes causas da evasão.

Os ciclos referem-se aos diferentes níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas. Dentro da perspectiva do currículo composto por ciclos articulados, o acadêmico vivenciará, em diversos níveis processuais de aprofundamento, as áreas dos saberes. Eles são estruturados em eixos, os quais se configuram como os conjuntos de componentes e atividades curriculares coerentemente integrados e relacionados a uma área de conhecimento específica.

Tais eixos deverão ser compreendidos como elementos centrais e articuladores da organização do currículo, garantindo equilíbrio na alocação de tempos e espaços curriculares, que atendam aos princípios da formação. Em torno deles, de acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP nº. 09/2001 (p. 41), “se articulam as dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional e sinalizam o tipo de atividade de ensino e aprendizagem que materializam o planejamento e a ação dos formadores de formadores”.

A articulação dos ciclos e dos eixos pressupõe o diálogo interdisciplinar entre os campos do saber que compõem os cursos e se concretizam em componentes curriculares, constituindo-se na superação da visão fragmentada do conhecimento. Na prática, essa

articulação pode ser garantida por componentes curriculares de natureza interdisciplinar e por outros de natureza integradora, tais como Seminários Temáticos, Oficinas e Laboratórios.

3.3 Desdobrando os ciclos e os eixos do projeto

Os três ciclos, que compõem este projeto, serão articulados de forma a levar o aluno à compreensão de que a formação é composta de conhecimentos e habilidades básicas necessárias para a leitura do mundo e compreensão da ciência e de conhecimentos específicos necessários à formação do profissional. A pós-graduação passa a integrar esse processo de forma a preparar o aluno, que optar por esse ciclo, para o exercício profissional no atual estágio de desenvolvimento da ciência e das tecnologias.

Assim, nos primeiros semestres do curso, o aluno passa pelo Ciclo de Formação Geral, que além de propiciar-lhe uma compreensão pertinente e crítica da realidade natural, social e cultural, permite-lhe a vivência das diversas possibilidades de formação, tornando-o apto a fazer opções quanto a sua formação profissional – podendo inclusive articular diferentes áreas de conhecimento. Em seguida, o Ciclo de formação profissional, oferece-lhe uma formação mais específica, consistente com as atuais demandas profissionais e sociais e, o de aprofundamento em nível de pós-graduação busca a articulação dos ciclos anteriores tendo como foco as áreas de conhecimento e projetos de pesquisa consolidados na Universidade.

Os componentes desses Eixos e conjuntos curriculares não apresentam uma relação de pré-requisitos e podem ser abordados de modo amplo, como sugerem as suas denominações, bem como receberem um tratamento mais focado num aspecto analisado ou a partir de certo campo do saber. Por exemplo, cada área poderá em determinado eixo adotar uma abordagem panorâmica, bem como eleger um tema abrangente e utilizá-lo como fio condutor da área de conhecimento

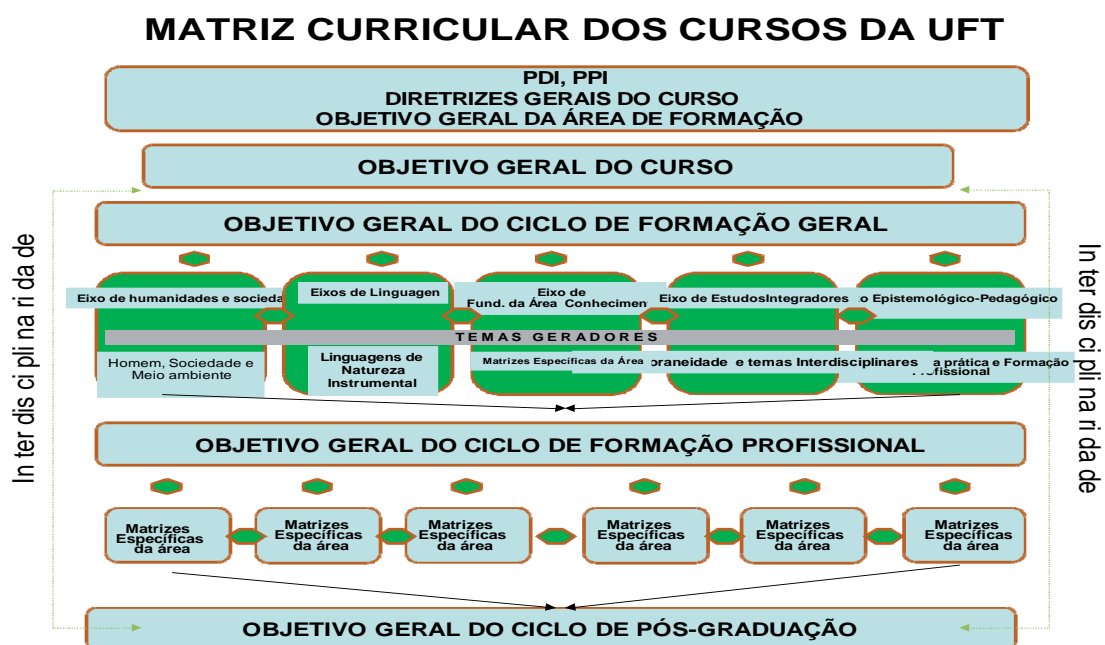
3.4 A interdisciplinaridade na matriz curricular do Curso

Este Projeto Pedagógico tem como referência básica as diretrizes do Projeto de Desenvolvimento Institucional (**PDI**), o Projeto Pedagógico Institucional (**PPI**) da UFT, as diretrizes curriculares do curso e os pressupostos da interdisciplinaridade.

A partir das concepções de eixos, temas geradores e do perfil do profissional da área de conhecimento e do curso, a estrutura curricular deve ser construída na perspectiva da interdisciplinaridade, tendo como elemento desencadeador a problematização de sua

contribuição para o desenvolvimento da ciência e melhoria da qualidade de vida da humanidade. Deve proporcionar, durante todo o curso, a busca de formulações a partir dos grandes questionamentos, que devem estar representados nos objetivos gerais e específicos, nas disciplinas, interdisciplinas, projetos, e em todas as atividades desenvolvidas no percurso acadêmico e nos trabalhos de conclusão do curso. Enfim, por meio do ensino e da pesquisa, os alunos deverão refletir sobre a área de conhecimento numa perspectiva mais ampliada e contextualizada como forma de responder aos questionamentos formulados.

Nessa configuração, os Projeto Pedagógicos dos novos cursos da UFT segue o desenho curricular abaixo:



O Curso de Filosofia poderá introduzir, na organização pedagógica e curricular, a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação,

com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e nos termos da Portaria/MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

Os 05 (cinco) eixos que estruturam o Ciclo de Formação Geral, assim como os eixos compreendidos pelo Ciclo de Formação Profissional, buscam responder aos objetivos formulados como elemento norteador das atividades.

Os eixos do curso de Filosofia buscam a interface com os demais cursos ou áreas de conhecimento afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se de curso ou complementar o currículo do curso em que se encontra vinculado ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

Os eixos articulam-se em ciclos que correspondem aos três níveis de aprofundamento e distribuição dos conhecimentos das áreas, ou seja, Ciclo de Formação Geral; Ciclo de Formação específica e Ciclo de pós-graduação.

Ciclo de Formação geral é composto de cinco eixos:

Eixo de Humanidades e Sociedade; Eixo de Linguagens; Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos; Eixo dos Saberes Epistemológico e pedagógicos; eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento.

Os eixos têm a mesma carga horária nos novos cursos do Projeto de Expansão e Reestruturação da UFT, sejam as licenciaturas sejam os bacharelados, para possibilitar maior mobilidade entre diferentes cursos.

Dessa carga horária, pelo menos, 20% deverão ser planejados em conjunto pelos docentes das disciplinas e ministradas em forma de aulas conjuntas, projetos, dentre outras formas. A avaliação da disciplina é composta de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, no processo avaliativo, que parte da nota será referente ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

a) **Eixo de Humanidades e Sociedade:** temas geradores: Homem; Sociedade; Meio-Ambiente. Este eixo corresponde a, no mínimo, **120 horas**.

Ementa do eixo: As unidades sociais em seus vínculos com o Estado, a sociedade, a cultura e os indivíduos. Relação indivíduo/sociedade/meio ambiente. Compreensão crítica da realidade natural, social e cultural por meio da abordagem dos determinantes sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos, e legais.

b) **Eixo de Linguagens:** temas geradores: Linguagens de natureza universal; Produção textual; Língua estrangeira instrumental. Este eixo corresponde a, no mínimo, **120 horas**.

Ementa do eixo: Conhecimentos e habilidades na área da linguagem instrumental. Expressão oral e escrita nas áreas de conhecimento, com foco em retórica e argumentação e produção de projetos, estudos, roteiros, ensaios, artigos, relatórios, laudos, perícias, apresentações orais etc. Linguagens simbólicas de natureza universal.

c) **Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos** deve propiciar o enriquecimento curricular e possui os seguintes temas geradores: Contemporaneidade; Temáticas interdisciplinares. Este eixo corresponde a, no mínimo, **120 horas**.

Ementa do eixo: Conhecimentos no campo da educação superior, da tecnologia da informação e comunicação e questões emergentes na contemporaneidade.

Compreende a proposição integrada às demais áreas de conhecimento por meio de: a) seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva e estudos curriculares; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos; c) projetos interdisciplinares.

d) **Eixo dos Saberes Epistemológico e Pedagógicos:** temas geradores: investigação da prática; formação profissional.

Ementa do eixo: Investigação da instituição escolar (sua história, práticas, valores e procedimentos; políticas públicas de educação; estudos sobre seus agentes sociais, tais como alunos, professores e demais profissionais da educação; questões relativas ao ensino e à aprendizagem, dentre outras). Formação didática do professor e sua qualificação profissional com ênfase na reflexão sistemática sobre os compromissos da Universidade com a Educação Básica.

As disciplinas pedagógicas (didática, psicologias, metodologias específicas, história da educação e outras definidas pelos colegiados) estão contempladas neste eixo e perpassam os ciclos de Formação Geral e Profissional.

e) **Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento:** que possui os seguintes temas geradores: Matrizes específicas da área.

Ementa do eixo: Introdução aos conteúdos básicos à formação. Componentes curriculares básicos para a formação profissional específica. Visão panorâmica da área de conhecimento e das carreiras profissionais.

Ciclo de Formação Profissional

Esse ciclo está estruturado em eixos como o ciclo de formação geral. Mantém, em comum com este ciclo, os eixos Linguagens, Saberes Epistemológicos e Pedagógicos e Estudos Integradores e Contemporâneos, mas oferta eixos específicos às áreas de formação do Curso, proporcionando a aquisição de competências e habilidades que possibilitam o aprofundamento do saber teórico ou teórico-prático, profissional disciplinar, multidisciplinar ou interdisciplinar. Corresponde a componentes curriculares voltados para áreas de concentração ou de formação básica de carreiras profissionais ou de pós-graduação.

Os eixos do Curso do curso de Filosofia buscam a interface com os demais cursos da mesma área de conhecimento e de áreas afins, de forma a ampliar a flexibilidade curricular e as possibilidades de mobilidade e creditação dos estudos realizados pelos alunos que desejarem transferir-se do curso ou complementar o currículo do curso ou, ainda, buscar uma segunda graduação.

As disciplinas de todos os períodos apresentam a mesma formulação dos outros eixos, prevendo os mesmos pressupostos interdisciplinares.

Ciclo de pós-graduação

Neste 3º. ciclo, opcional para o aluno, os programas buscarão a articulação das áreas de pesquisa e de conhecimento aos cursos de graduação, inclusive daqueles oferecidos em outros *campi*, permitindo maior mobilidade dos alunos intra e inter*campi*.

3.5 Formas de Ingresso e Mobilidade entre Cursos

O ingresso no primeiro ciclo acontecerá, inicialmente, pelo vestibular (de acordo com as orientações em vigência na UFT), ou por outras modalidades de ingresso, conforme estudos a serem realizados com vistas à proposição de outros meios de seleção. Nessa etapa, o acadêmico terá que cursar os créditos de cada eixo, sendo que poderá cursar conteúdos e atividades curriculares oferecidos por outras áreas de conhecimento do campus e/ou de outro campus, observados os critérios de existência de vagas nas (inter)disciplinas e orientações emitidas pela Coordenação da Área e/ou do Curso. O sistema de creditação dos estudos realizados será definido em **normativa própria**, devendo prever que a equivalência será definida pelo objetivo e ementa do eixo, independentemente da abordagem assumida pelas disciplinas ou interdisciplinas em cada uma das áreas de conhecimento. O aproveitamento dos eixos cursados em outro curso será realizado por meio de sistema creditação dos estudos

realizados pelos estudantes nos eixos do Ciclo de Formação Geral. As complementações necessárias deverão restringir-se ao Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento, quando necessários.

O aluno deverá compor, ao final do 1º ciclo, um total de créditos mínimo, ou porcentagem em relação aos eixos de cada área de conhecimento a ser normatizado pela UFT para efeito de transferência de curso. Ao final do 1º. ciclo, será garantida uma declaração atestando os conhecimentos obtidos e a eventual mudança de área de conhecimento ou curso da UFT, em conformidade com a lei.

Para o ingresso no 2º ciclo, na existência de vagas para o curso, o acadêmico interessado terá três opções: por requerimento individual na existência de maior número de vagas que a demanda; por classificação do índice de rendimento e aproveitamento do primeiro ciclo (no caso de ter mais interessados do que vagas para determinada terminalidade), e/ou testes de conhecimento sobre conteúdos dos cursos específicos para cada opção de prosseguimento em sua carreira profissional. A prioridade será dada para os alunos que ingressaram na área de conhecimento, todavia, a migração entre áreas afins será possível desde que haja vaga e, respeitadas as prioridades estabelecidas para tais casos.

O 2º ciclo de cada curso garantirá o número de vagas definido no processo seletivo, proporcionalmente às terminalidades previstas para as respectivas áreas de conhecimento. As terminalidades que tiverem número maior de interessados, que o número de vagas previsto para a turma, atenderão às orientações de classificação acima. O bloco de conteúdos ofertados, no segundo ciclo, para determinada habilitação poderá ser cursado por acadêmicos de outra habilitação, permitindo a integralização curricular e a busca por uma nova habilitação ao concluir a primeira.

Ao final do 2º ciclo, o aluno receberá um diploma atestando a sua titulação em um curso, podendo, posteriormente, buscar a formação em outras áreas de conhecimento. Ao integralizar a proposta curricular, ele receberá um diploma de Licenciado, Bacharel ou Tecnólogo, dependendo da opção realizada ao final do primeiro ciclo e do itinerário curricular integralizado.

A múltipla titulação deverá ser estimulada. Será disponibilizado ao aluno um serviço de orientação sobre os itinerários formativos, de maneira que ele possa cursar mais de uma habilitação, por meio de combinações de títulos, assim como a migração de área na passagem do 2º para o 3º ciclo.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 Projeto Pedagógico do Curso

4.1.1 Justificativa

A necessidade da universalização e da obrigatoriedade do ensino de Filosofia no Ensino Médio foi recentemente reconhecida pelo legislador pátrio mediante a promulgação da Lei 11.684/2008, que alterou a Lei 9.394/96 com a seguinte reformulação “serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (art. 36, inciso IV).

Além desse novo contexto legal, ao qual a UFT, devido a posição estratégica que ocupa no Estado do Tocantins, tem que responder de forma concreta e propositiva, há o contexto social que deve ser reconhecido como fator preponderante para a postulação da criação do curso de Filosofia. Nas semanas de Filosofia realizadas no Campus de Palmas, o anseio da comunidade, interna e externa, pela criação do curso foi manifestado de forma categórica. Levando os professores de Filosofia dos cursos existentes perceberem não só a necessidade como a urgência de tal empreendimento.

A Filosofia retorna às escolas, após sua marginalização no período da Ditadura Militar, não apenas para que os alunos conheçam sua milenar tradição ou para auxiliar os alunos no exercício da reflexão. A Filosofia reocupa seu lugar por trazer no seu bojo, desde o nascimento, a relação intrínseca com *polis*, a comunidade ética e cidadã. Destarte, o Curso de Filosofia da UFT tem a intencionalidade de ser um momento de formação crítica voltado para a vivência democrática, a defesa dos direitos humanos e da justiça social, a construção de uma sensibilidade para a alteridade e a diferença, e a formação de um novo *ethos*, necessário para enfrentar crises geradas pela racionalidade técnico-instrumental. Este PPC não se assenta sobre a ilusão de que a Filosofia venha redimir a educação básica, mas tem consciência do seu papel, na escola, para o desenvolvimento da cidadania e da formação humana.

O curso de Filosofia da UFT assume seu papel para contribuir na *missão* da UFT de difundir conhecimentos e formar cidadãos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. A regionalização da missão da UFT é um enorme desafio para um curso que porta uma tradição de vinte e seis séculos. Este desafio será enfrentado mediante a formulação de um currículo interdisciplinar e de um atendimento constante das necessidades vindas das escolas e das comunidades local e regional.

4.1.2 Objetivo da área de conhecimento do Curso

A área de conhecimento de 'Artes e Filosofia' articula saberes das áreas de 'Ciências Humanas' e de 'Linguística, Letras e Artes'. Trata-se de uma área de ampla abrangência epistemológica, que alia conhecimentos da grande tradição do pensamento e da cultura ocidentais, que deram contornos significativos à formação do mundo contemporâneo.

Essa área de conhecimento, nos cursos de Licenciatura em Artes e em Filosofia, visa desenvolver um saber de qualidade, voltado para o diálogo com a história do passado, a grande tradição ocidental, e com a história atual, a contemporaneidade. Objetiva também contribuir com a discussão das questões interdisciplinares inerentes às diversas ciências, que envolvem os valores éticos, estéticos e políticos, os desafios sociais, e o desenvolvimento sócio-ambiental sustentável.

Para atingir o objeto geral da área comum, os cursos de Licenciatura em Artes e Filosofia adotam como problemática de fundo a seguinte questão: como formar profissionais para atuar na educação básica na região amazônica, que instrumentalizados pelo conhecimento da rica tradição da cultura e pensamento ocidentais, sejam capazes de lidar com as questões contemporâneas da sociedade numa abordagem interdisciplinar.

4.1.3 Objetivo geral e objetivos específicos do Curso

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394/96, dispõe no art. 35, inciso III, como uma das finalidades do Ensino Médio, *o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico*. E estabelece, enquanto diretriz dos conteúdos curriculares da Educação Básica, *a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática* (art. 27, inciso I). De modo que o tanto o escopo como o direcionamento do Ensino Médio fixados pela LDB necessitam do incremento

da Filosofia nas escolas, consagrando o conhecimento da tradição humanística e crítica construída pela Filosofia como lugar necessário para a formação integral dos jovens. É devido a esse entendimento da necessidade da formação filosófica dos jovens que a Lei 11.684/2008, ao alterar o art. 36 da LDB, estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Filosofia no Ensino Médio, nos seguintes termos: “*serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio*” (art. 36, inciso IV).

Além de buscar atingir as finalidades propostas pela LDB, a Licenciatura em Filosofia busca formar profissionais que estejam à altura de implementar as diretrizes para o ensino de Filosofia delineados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que foram elaborados com o propósito de auxiliar na contextualização mais pertinente dos conhecimentos filosóficos no Ensino Médio. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) refletem questões basilares para o ensino de Filosofia ao indagar pelos conhecimentos necessários ao ensino da Filosofia, ao interrogar por qual Filosofia adotar no ensino e ao ponderar quais aspectos devem recobrir a concepção de cidadania assumida como norte educativo. O Curso de Filosofia assume esta perspectiva ao apontar como escopo a formação de um profissional da educação capaz de optar fundamentadamente por uma das vertentes da tradição filosófica, com clara orientação dos conteúdos para a formação da cidadania na educação básica.

O licenciando do curso de Filosofia será preparado para contribuir na formação do *ethos* dos estudantes da educação básica, pois terá uma formação acadêmica calcada em valores fundamentais como os direitos e deveres da cidadania, o respeito ao bem comum e à ordem democrática. Esse *ethos* deve ser construído e manifestado numa tríplice dimensão: a) na estética da sensibilidade, acentuando a construção da identidade na relação com a diversidade; b) na ética da identidade autônoma, que se manifesta na consciência, na liberdade, nas atitudes de respeito universal e de crítica; c) na política como participação democrática, materializada no reconhecimento dos direitos humanos, na luta pela igualdade de acesso aos bens, pela sociedade democrática e pela justiça equânime.

Estribado nos textos legais que reconhecem o inquestionável valor educativo da tradição filosófica, o Curso de Licenciatura em Filosofia tem como *finalidade precípua* formar profissionais com sólido embasamento filosófico, humanista e interdisciplinar, que contribuirão no processo de desenvolvimento do conhecimento crítico na Educação Básica, na construção dos conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e a consolidação da democracia.

Objetivos gerais

- a) formar professores a partir dos fundamentos da cultura ocidental presente nas obras dos filósofos, da antiguidade até a contemporaneidade;
- b) capacitar os licenciandos para o ensino de Filosofia na Educação Básica, de modo que possam intervir na construção social da realidade mediante ações reflexivas acerca dos valores e práticas sociais, das crenças e da educação;
- c) habilitar os licenciandos com práticas direcionadas para o desenvolvimento da atitude ética e do pensamento crítico nos jovens educandos;
- d) fomentar nos licenciandos o pensar de cunho filosófico a respeito do cotidiano político, social, ético e educacional do Tocantins e da região amazônica;
- e) capacitar os alunos para o enfrentamento dos desafios ético-políticos gerados pelas novas tecnologias científicas e pela biotecnologia com vistas ao desenvolvimento da região amazônica;
- f) fomentar a pesquisa com abordagem filosófica sobre questões pertinentes às áreas da filosofia e da educação;
- g) alimentar o intercâmbio entre a universidade e a comunidade mediante a difusão e contribuição da abordagem filosófica da realidade;
- h) buscar o diálogo efetivo entre a filosofia e os diferentes saberes a fim de estabelecer a interdisciplinaridade na docência, nas atividades e pesquisas.

Objetivos específicos

Além dos objetivos gerais, o curso de Licenciatura em Filosofia visa alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) licenciar professores para preencher a lacuna no mercado de trabalho tocantinense decorrente da exigüidade de professores com formação em Filosofia na educação básica no Estado;
- b) capacitar os alunos para assessorias e consultorias, nas áreas de educação, cultura e política para atender o mercado de trabalho na região;
- c) fomentar a pesquisa para enfrentar questões atuais, articulando o pensamento filosófico com temáticas emergentes no âmbito da educação;
- d) iniciar os alunos nas atividades de pesquisa, direcionando a temática individual aos programas de pós-graduação da UFT, em especial ao mestrado em Educação;
- e) contribuir na discussão de temas interdisciplinares - nas suas dimensões ética, política,

- epistemológica, estética e lógico-cognitiva – inerentes às ciências e às artes;
- f) incentivar a discussão filosófica na comunidade universitária a partir da publicização das pesquisas dos professores e dos alunos;

4.1.4 Perfil profissiográfico

O Curso de Licenciatura visa licenciar professores aptos para o ensino de Filosofia na Educação básica e capacitados à pesquisa e à prestação de serviços como assessores e consultores. Para atingir seu escopo, o Curso segue as *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Filosofia* (Resolução CNE/CES 12/2002; Parecer CNE/CES 492/2001), que normatizam que o licenciado ao término do processo formativo deve apresentar:

- *sólida formação de história da filosofia, que os capacite para a compreensão e a transmissão dos principais temas, problemas, sistemas filosóficos, assim como para a análise de reflexão crítica da realidade social em que se insere;*
- *habilidade para enfrentar com sucesso os desafios inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do Ensino Médio, o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente;*
- *os egressos podem contribuir profissionalmente em outras áreas no debate interdisciplinar nas assessorias culturais.*

Além dessas características fundamentais do perfil dos formandos delineado pelas *Diretrizes*, o licenciado em Filosofia na UFT deve apresentar:

- Conhecimento aprofundado dos diferentes campos da filosofia, das disciplinas pedagógicas e dos fundamentos de Artes, adquiridos no decorrer do curso;
- Habilidade na utilização dos instrumentos conceituais imprescindíveis à compreensão, articulação e exposição crítica dos problemas do mundo contemporâneos e em especial da região amazônica.

4.1.5 Competências, atitude e habilidades

Os licenciados em Filosofia devem apresentar em conformidade com as *Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Filosofia* (Resolução CNE/CES 12/2002; Parecer CNE/CES 492/2001) as seguintes *competências e habilidades*:

- a) *Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções e problemas nos diversos campos de conhecimento;*
- b) *Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre razão, conhecimento e realidade sócio-histórico-política;*
- c) *capacidade para análise, interpretação e comentários de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;*
- d) *compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das populações culturais;*
- e) *percepção da integração necessária entre filosofia e produção científica, artística, bem como o agir pessoal e político;*
- f) *capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição da defesa dos direitos humanos;*
- g) *capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira;*
- h) *competência na utilização da informática.*

Além dessas competências e habilidades explícitas nas Diretrizes Curriculares, que são assumidas como instância norteadora no curso, requer-se do licenciado na UFT:

- a) capacidade para lidar com as diferentes atividades de docência: ministrar aulas e palestras; produzir materiais didáticos para a Educação Básica; lidar com as novas tecnologias de ensino e pesquisa;
- b) capacidade de dialogar com diferentes áreas de saber numa perspectiva interdisciplinar;
- c) capacidade de assumir uma atitude crítica e inovadora para enfrentar os complexos problemas culturais e sócio-ambientais do estado e propor-lhes soluções criativas.

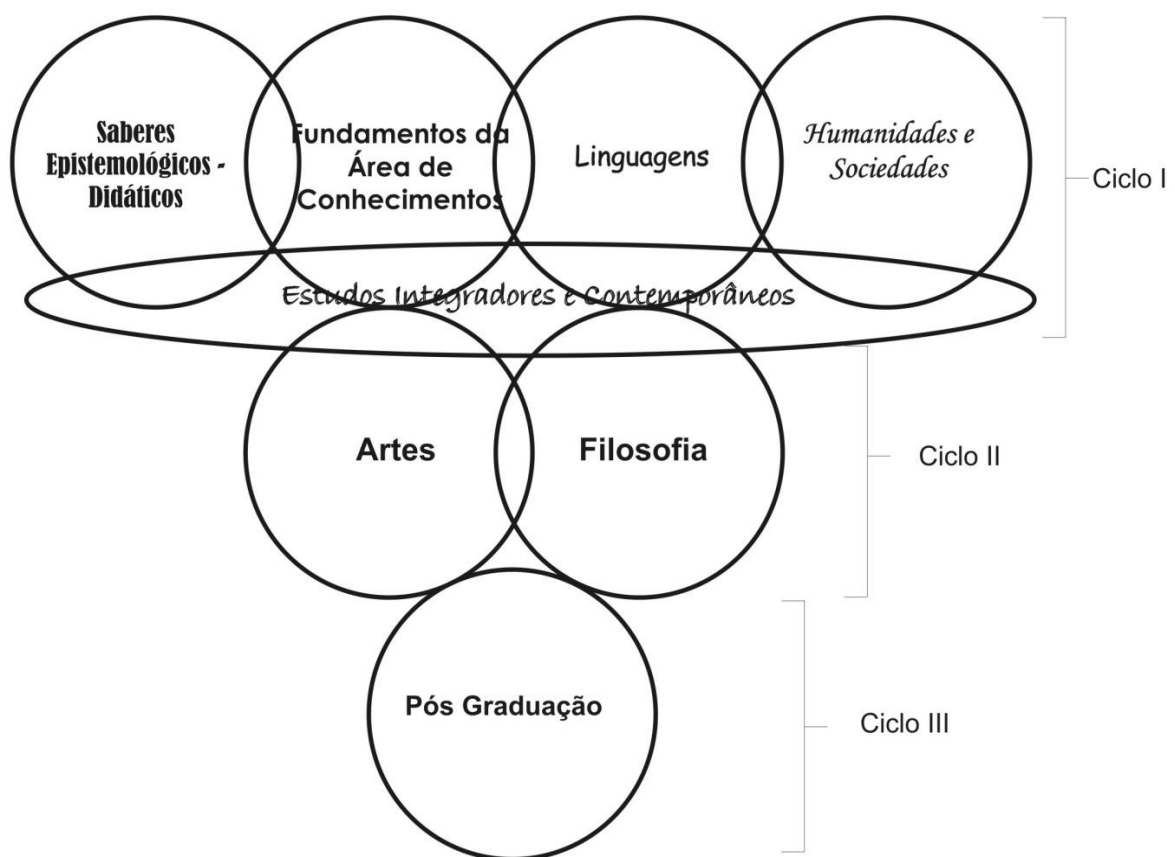
4.1.6 Campo de atuação profissional

Dada a formação acurada em Filosofia e ciências pedagógicas e o domínio de conhecimentos fundamentais em Artes, o licenciado do curso de Filosofia da UFT tem preparação adequada para atuar:

- na docência na educação básica;
- na pesquisa e assessoria em áreas de *debate interdisciplinar* ou em *assessorias culturais*.

4.1.7 Organização curricular

O curso de Licenciatura em Filosofia é organizado em momentos de formação *distintos*, mas *interligados*. Cada momento é um *ciclo*. Três são os ciclos: Ciclo de Formação Geral (Ciclo I), Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II) e Ciclo de Formação Avançada (Ciclo III). Em cada ciclo encontram-se os *eixos*, em que os conteúdos curriculares são articulados. Os *conteúdos curriculares* são ofertados na forma de disciplinas no regime de créditos.



4.1.7.1 Ciclo de Formação Geral (Ciclo I)

Objetivo geral do Ciclo da área 'Artes e Filosofia' consiste na formação sólida, humanista e interdisciplinar que possibilita a apropriação por parte dos alunos dos saberes necessários à compreensão crítica da realidade natural, social e cultural, bem como a construção do seu próprio itinerário formativo dentro do leque de possibilidades aberto pela Universidade, com gestão do próprio conhecimento. Ademais, o Ciclo I visa a construção de

conhecimentos no campo da ciência e da educação de modo a constituir uma base para o ulterior momento de aprofundamento no Ciclo Profissional.

Os eixos que compõem o Ciclo I são: Humanidades e Sociedade; Linguagens; Estudos Integradores e Contemporâneos; Saberes epistemológico-didáticos; Fundamentos da área de Conhecimento. Cada eixo adota como carga horária mínima 120h.

Conteúdos curriculares de cada eixo:

- a) **Humanidades e Sociedade:** *Ética e Cidadania; Matrizes culturais na Amazônia e Conhecimento e realidade sócio-ambiental.*
- b) **Linguagens:** *Leitura e Produção de Textos Científicos e Leitura de Textos Científicos em Língua Estrangeira.*
- c) **Fundamentos da Área de Conhecimento:** *Introdução à Filosofia; Antropologia filosófica; Filosofia da Linguagem; Introdução à Estética; História da Arte; Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil.*
- d) **Estudos Integradores e Contemporâneos:** *História e Teoria da Ciência; Seminário Interdisciplinar I; Seminário Interdisciplinar II; Seminário Interdisciplinar III.*
- e) **Saberes Epistemológicos e Pedagógicos:** *Filosofia da Educação; Sociedade, Cultura e História da Educação; Psicologia da Educação.*

Em seguir, aparecem delineados os objetivos, os temas, conteúdos e atividades interdisciplinares de cada eixo.

Deve-se ressaltar que nas atividades interdisciplinares o diálogo entre disciplinas não vai se esgotar nas *propostas* indicadas neste projeto. O caráter dinâmico do diálogo interdisciplinar impede a fixação de uma *interdisciplina* de uma vez para sempre. Caberá sempre aos docentes buscarem novas formas diálogo interdisciplinar no seu trabalho coletivo. Para tanto, em cada eixo são destinadas no mínimo 20% da carga horária para as atividades interdisciplinares.

Eixos e componentes curriculares do Ciclo I

a) Eixo de Humanidades e Sociedade.

Carga horária: 120 horas.

Objetivo geral: compreender de modo crítico as diversas dimensões da realidade – natureza, cultura e sociedade – nas suas determinações sociais, culturais, comportamentais, ecológicas,

éticas e legais, buscando a articulação das diversas abordagens dos conhecimentos no interior do eixo, e deste com os demais eixos do ciclo.

Temas geradores: Homem, Sociedade e Meio Ambiente.

Conteúdos curriculares: 1) Ética e Cidadania (60h); 2) Matrizes culturais da Amazônia (30h); 3) Conhecimento e Realidade Socioambiental (30h)

Atividades interdisciplinares (CH 24h):

Propostas: Diálogo entre as disciplinas de *Ética e Cidadania* e *Conhecimento e Realidade Socioambiental* para trabalhar a temática da ética ambiental; entre *Matrizes culturais da Amazônia*, *Conhecimento e Realidade Socioambiental* e disciplinas pedagógicas para debater a afirmação dos direitos indígenas no Tocantins e o papel da Educação nesse processo; entre *Filosofia da Educação* e *Ética e Cidadania* para discutir a cidadania como conceito central da política e da educação analisando suas limitações e seus desdobramentos.

b) Eixo de Linguagens.

Carga Horária: 60 h (teóricas) e 60 h (práticas)

Objetivo geral: Desenvolver competências e habilidades na área das linguagens (verbal, não verbal e instrumental) para possibilitar o desenvolvimento da oralidade e escrita, com foco em retórica, argumentação, lógica, produção de texto, estratégias de leituras, prática de escuta e análise da linguagem simbólica.

Temas geradores: Linguagens de Natureza Universal. Produção Textual. Línguas Instrumentais.

Conteúdos curriculares: 1) Leitura e Produção de Textos (60h); 2) Leitura de textos científicos em língua estrangeira (60h)

Atividades interdisciplinares:

Leitura de textos técnicos em língua estrangeira e uso de ferramentas da WEB para trabalho com hipertexto e traduções. Diálogo entre *Leitura e Produção de Textos Científicos* com *Leitura de Textos Científicos em Língua Estrangeira*, *Antropologia Cultural* e *Filosofia da Linguagem*.

c) Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos.

Carga horária: 120 h

Objetivo geral: Desenvolver conhecimentos nos campos da educação superior, da tecnologia da informação e da contemporaneidade - por meio de palestras, debates, mesas redondas,

oficinas, relatos de experiências e outras atividades - para articular os diversos conteúdos dos eixos e dos ciclos dos cursos.

Temas geradores: Contemporaneidade. Temáticas Interdisciplinares.

Conteúdos curriculares: 1) História e Teoria da Ciência (30h). 2) Seminário interdisciplinar I (30h), Seminário interdisciplinar II (30h) e Seminário interdisciplinar III (30h).

Atividades interdisciplinares: Diálogo entre *História e Teoria da Ciência* e *História do Arte*: arte e ciência no contexto do séc. XX; *História e Teoria da Ciência* e *Antropologia Filosófica*: a arqueologia do saber sobre o homem.

Seminários interdisciplinares: Mente, Cérebro e Inteligência Artificial: Filosofia, Neurociência (Física, Biologia, Medicina) e Ciência da Computação em diálogo.

Essas atividades poderão ter formas diferenciadas de avaliação, dependendo das definições da coordenação do curso.

d) Eixo dos Saberes Epistemológicos e Pedagógicos

Carga horária: 180 h

Objetivo geral: Investigar os fundamentos teóricos e as práticas sociais da instituição escolar, visando a formação didática do professor, sua qualificação profissional e a reflexão acerca do papel da Universidade com a Educação Básica.

Temas geradores. Investigação Profissional. Formação Profissional.

Conteúdos curriculares: 1) Sociedade, Cultura e História da Educação (60 h). 2) Filosofia da Educação (60 h). 3) Psicologia da Aprendizagem (60 h).

Atividades interdisciplinares: Diálogo entre *Filosofia da Educação* e *Ética e Cidadania* para discutir a centralidade da cidadania na formação dos alunos do Ensino Médio; *Psicologia da Aprendizagem* e *História e Teoria da Ciência* para se debruçar sobre as relações entre epistemologia e aprendizagem; *Sociedade, Cultura e História da Educação* com *História da Arte* e *História da Filosofia* para evidenciar o contexto e ambiente histórico em que Arte, Filosofia, Cultura e Sociedade se entrelaçam na construção da realidade.

e) Eixo de Fundamentos da Área de Conhecimento.

Carga horária: 360 h

Objetivo geral: Introduzir ao estudo de conteúdos fundamentais de Filosofia e Artes, a fim de construir uma visão panorâmica dos métodos, das temáticas, dos problemas e dos conceitos básicos dessas áreas de saber.

Temas geradores. Matrizes Específicas da Área.

Conteúdos curriculares: 1) Introdução à Filosofia (60 h); 2) Antropologia filosófica (60 h); 3) Introdução à Estética (60 h); 4) História da Arte (60 h); 5) Patrimônio artístico e cultural do Brasil (60 h); 6) Filosofia da Linguagem (60 h); 7) Antropologia cultural (60h).

Atividades interdisciplinares:

As disciplinas de *Introdução à Estética e Filosofia da Linguagem* serão ofertadas pelo grupo de professores com formação em Filosofia, em Artes e Letras, que realizarão as atividades de acordo com as ementas, que contemplam tanto a abordagem artística quanto filosófica dos conteúdos.

Diálogo entre Antropologia Filosófica, Antropologia Cultural e História e Teoria da Ciência/Epistemologia para aprofundar o conhecimento do processo de criação do estatuto epistemológico das ciências do homem.

TABELA 1 – Eixos e disciplinas do Ciclo I com carga horária e créditos.

Eixo	CH	Disciplina	CH/Cred.		CH. Teor. Prát.	
<i>Humanidades e Sociedade</i>	120h	Ética e Cidadania	60h	4cr.	60h	
		Matrizes culturais da Amazônia	30h	2cr.	30h	
		Conhecimento e realidade sócio-ambiental	30h	2cr.	30h	
<i>Linguagens</i>	120h	Leitura e Produção de Textos Científicos	60h	4cr.	30h	30h
		Leitura de Textos Científicos em Língua estrangeira	60h	4cr.	30h	30h
<i>Fundamentos de Artes e Filosofia</i>	420h	Introdução à Filosofia	60h	4cr.	60h	
		Antropologia Filosófica	60h	4cr.	60h	
		Introdução à Estética	60h	4cr.	60h	
		História da Arte	60h	4cr.	60h	
		Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil	60h	4cr.	60h	
		Filosofia da Linguagem	60h	4cr.	60h	
<i>Estudos Integradores e Contemporâneos</i>	120h	Antropologia Cultural	60h	4cr.	30h	30h
		História e Teoria da Ciência	30h	2cr.	30h	
		Seminário interdisciplinar I	30h	2cr.	30h	
		Seminário interdisciplinar II	30h	2cr.	30h	
<i>Saberes Epistemológicos e Pedagógicos</i>	180h	Seminário interdisciplinar III	30h	2cr.	30h	
		Sociedade, Cultura e História da Educação	60h	4cr.	60h	
		Filosofia da Educação	60h	4cr.	60h	
<i>TOTAL</i>	<i>960h</i>	Psicologia da Aprendizagem	60h	4cr.	60h	
			960h	64cr.	870h	90h

4.3.7.2 Ciclo de Formação Profissional (Ciclo II)

Objetivo do ciclo é licenciar profissionais qualificados para atuar no ensino de Filosofia na Educação, mediante:

a) o aprofundamento do estudo do pensamento filosófico ocidental, nos seus diversos campos, enfatizando a sua história, os modelos construídos, a reflexão sobre a práxis e as reflexões emergentes;

b) o fomento à pesquisa filosófica, direcionando suas temáticas para os Programas de Pós-graduação existentes na UFT, em especial o mestrado em Educação;

c) a capacitação didática na teoria e na prática, em especial nos laboratórios de ensino, constituindo as habilidades necessárias para o ensino e para a produção filosófica de material didático para a Educação Básica;

d) articulação entre os diversos campos e disciplinas da Filosofia, entre o saber filosófico e outras formas de saber, de modo a ressaltar a lógica dialética de continuidade e descontinuidade que perpassa a fluir histórico do pensamento ocidental.

A carga horária deste ciclo perfaz 1.910 horas, diluída nos seguintes eixos: Estudos Filosóficos; Estudos epistemológico-pedagógicos; Estágio Supervisionado e TCC; Atividades Complementares e Linguagens.

No eixo dos Estudos Filosóficos, há uma especificidade que distingue este eixo dos demais. Os conteúdos curriculares do eixo foram desmembrados em dois núcleos, que articulam no seu interior as disciplinas essenciais definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Filosofia (Parecer CNE/CES 492/2001), segundo o qual *as disciplinas básicas são: 1) História da Filosofia; 2) Teoria do Conhecimento; 3) Ética; 4) Lógica; 5) Filosofia Geral, isto é, Problemas Metafísicos. Além de considerar disciplinas que se desenvolveram nas últimas décadas, como: 1) Filosofia Política; 2) Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), 3) Estética; 4) Filosofia da Linguagem; 5) Filosofia da Mente.*

Os núcleos que formam o eixo de Estudos Filosóficos – Logos Ocidental e Filosofia Prática – são desmembrados porque são articulados segundo temas geradores que os diferenciam. Os temas geradores dão o norteamento para os objetivos gerais de cada núcleo. Ocorre sublinhar que o Núcleo de Filosofia Prática é o momento em que se enfatiza o estudo especializado dos temas que possibilitam o alcance dos objetos gerais do curso, como a formação para a cidadania e para a vivência democrática.

Conteúdos curriculares dos eixos do Ciclo II

a) Eixo Estudos Filosóficos:

- *Núcleo Logos Ocidental*: Disciplinas obrigatórias: História da Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea; Ontologia, Epistemologia, Lógica e Hermenêutica de textos filosóficos. Disciplina optativa: Filosofia da Mente.

- *Núcleo Filosofia Prática*: Disciplinas obrigatórias: Fundamentos de Ética, Ética, Fundamentos de Filosofia Política e Filosofia Política. Disciplinas optativas: Filosofia e Direito; Ética Contemporânea; Filosofia Política Contemporânea.

Disciplinas optativas

As disciplinas Optativa 1 e Optativa 2 pertencem a este eixo, sendo que serão ofertadas segundo as possibilidades do corpo docente, dentre as disciplinas: Filosofia da Mente, Filosofia e Direito, Ética Contemporânea e Filosofia Política Contemporânea.

Disciplinas de outros cursos poderão ser aproveitadas como optativas desde que com prévia análise e autorização da coordenação.

b) Eixo Saberes Epistemológico-pedagógicos:

Didática e Formação de Professores; Educação e Tecnologias Contemporâneas; Currículo, Política e Gestão Educacional; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia; Laboratório de Produção de Material Didático I e Laboratório de Produção de Material Didático II.

c) Eixo Estágio Supervisionado e TCC:

Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Estágio Supervisionado III, Estágio Supervisionado IV e TCC.

d) Eixo Estudos Integradores e Contemporâneos: Seminário interdisciplinar IV; Seminário interdisciplinar V; Seminário interdisciplinar VI; Seminário interdisciplinar VII.

e) Eixo Atividades Complementares: atividades que atendem a Resolução CONSEPE nº 009/2005 , com carga horária de 195h.

Eixos e componentes curriculares do Ciclo II

a) Eixo Estudos Filosóficos

Carga horária: 840h

Núcleo Logos Ocidental

Objetivo geral: percorrer o caminho da racionalidade filosófica ocidental da sua origem até hoje, destacando os principais pensadores, as questões norteadoras da reflexão filosófica e a constituição dos principais paradigmas a fim de promover uma sólida formação histórico-filosófica aos licenciandos.

Temas Geradores. História da Filosofia. Paradigmas Filosóficos.

Ementa: exposição da história da racionalidade filosófica construída no Ocidente desde os gregos até hoje, com ênfase nos modelos de compreensão da realidade que marcaram os diferentes períodos da Filosofia: o modelo do ser, do conhecimento e da linguagem.

Conteúdos curriculares: História da Filosofia Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea. Ontologia. Lógica. Epistemologia. Hermenêutica. Filosofia da Mente.

Núcleo Filosofia Prática

Objetivo geral: investigar as principais contribuições dos filósofos nos campos da Ética e da Política de modo a formar profissionais com conhecimento aprofundado em relação aos valores éticos, à cidadania, as relações de poder e aos ideais de boa governança.

Temas Geradores. Liberdade. Norma. Governo. Justiça. Poder.

Ementa: investigação dos principais temas e questões da práxis humana sob a perspectiva da racionalidade filosófica desde os gregos até os filósofos contemporâneos.

Conteúdos curriculares: Ética e Filosofia Política.

b) Eixo Estudos Integradores e Contemporâneos.

Carga horária: 60 h.

Objetivo geral: pesquisar temáticas emergentes em Filosofia, buscando o diálogo com outras formas de saber para ampliar a compreensão dos problemas complexos que assolam o mundo contemporâneo.

Temas geradores. Complexidade. Problemas de Fronteira.

Ementa: discussão de temas contemporâneos que estabelecem relação de continuidade-descontinuidade com a tradição abrindo novos caminhos para a reflexão filosófica; aprofundamento de tópicos específicos dos diversos campos da filosofia; diálogo interdisciplinar com outros saberes.

Conteúdos curriculares. Campos interdisciplinares e emergentes de Filosofia.

c) Eixo saberes Epistemológicos e Pedagógicos

Carga horária: 360 h

Objetivo geral: Investigar os fundamentos teóricos e as práticas sociais da instituição escolar, visando a formação didática do professor, sua qualificação profissional e a reflexão acerca do papel da Universidade com a Educação Básica.

Temas geradores. Investigação Profissional. Formação Profissional.

Conteúdos curriculares: Didática e Formação de Professores; Educação e Tecnologias Contemporâneas; Currículo, Política e Gestão Educacional; Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia; Laboratório de Produção de Material Didático I e Laboratório de Produção de Material Didático II.

d) Eixo Estágio Supervisionado e TCC

Carga horária: 405 h

Objetivo geral: Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e filosóficos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Filosofia.

Temas geradores: Teoria e Prática docente, Ensino de Filosofia, Trabalho monográfico.

Conteúdos curriculares: Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III; Estágio Supervisionado IV e TCC.

e) Eixo Atividades complementares

Carga horária: 195 h

TABELA 2 – Eixos e disciplinas do Ciclo II com carga horária e créditos

Eixo	CH	Disciplina	CH	Cred.	CH	
					Teor.	Prát.
<i>Estudos Filosóficos</i>	840	História da Filosofia Antiga	60	4	45	15
		História da Filosofia Medieval	60	4	45	15
		História da Filosofia Moderna I	60	4	45	15
		História da Filosofia Moderna II	60	4	45	15
		História da Filosofia Contemporânea				
		Hermenêutica de textos filosóficos	60	4	45	15
		Ontologia	60	4	45	15
		Epistemologia	60	4	45	15
		Lógica	60	4	45	15
		Fundamentos de Ética	60	4	45	15

		Ética	60	4	45	15
		Fundamentos de Filosofia Política	60	4	45	15
		Filosofia Política	60	4	45	15
		Optativa 1	60	4	45	15
		Optativa 2	30	2	30	.
			30	2	30	.
<i>Saberes Epistemológicos e Pedagógicos</i>	360	Didática e Formação de Professores			60	.
		Educação e Tecnologias	60	4		
		Contemporâneas				
		Currículo, Política e Gestão	60	4	60	.
		Educacional				
		Fundamentos e Metodologia do Ensino	60	4	60	.
		de Filosofia				
		Laboratório de Produção de Material	60	4	60	.
		Didático I				60
		Laboratório de Produção de Material	60	4		60
		Didático II				
			60	4		
<i>Estágio e TCC</i>	405	Estágio Supervisionado I	90	6	45	45
		Estágio Supervisionado II	120	8	45	75
		Estágio Supervisionado III	105	7	30	75
		Estágio Supervisionado IV e TCC	90	6	30	60
<i>Atividades complementares</i>	195		195	13	-	-
<i>Estudos Integradores e Contemporâneos</i>	60	Seminário interdisciplinar IV	15	1	15	.
		Seminário interdisciplinar V	15	1	15	.
		Seminário interdisciplinar VI	15	1	15	.
		Seminário interdisciplinar VII	15	1	15	.
<i>Linguagens</i>	60	Língua Brasileira de Sinais	60	4	60	.
TOTAL	1920		1920	128	1155	570

4.3.7.3 Ciclo de Formação Avançada, Pós-graduação (Ciclo III)

O **objetivo** deste ciclo consiste em aprofundar os conhecimentos na área de Filosofia em programas de pós-graduação estruturados a partir de linhas de pesquisas consolidadas na Instituição.

As Licenciaturas de Filosofia e Artes estão criando e implantando um Núcleo de Estudos em Cultura, Filosofia e Linguagens, que fomentará o desenvolvimento de pesquisa para dar suporte à criação de cursos de pós-graduação.

Como previsto no Projeto de Expansão e Reestruturação da UFT, será criado o mestrado em Educação no Campus de Palmas. Por isso as linhas de pesquisa dos Cursos de Licenciatura em Filosofia e Artes foram estabelecidas tendo em vista a articulação com esse programa, possibilitando tanto a continuidade dos estudos dos licenciandos como a colaboração dos pesquisadores do Curso na composição do corpo docente do programa.

Linhas de pesquisa:

- Cultura, educação e sociedade
- Ética, cidadania e ensino de Filosofia
- Cultura e saberes no contexto da Amazônia

4.3.7.4 Estrutura curricular interdisciplinar

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Filosofia é construída a partir de uma perspectiva interdisciplinar proporcionando, durante todo o curso, situações-problema e projetos interdisciplinares para que o aluno vivencie a prática do diálogo entre saberes. Assim, no Curso de Filosofia a perspectiva interdisciplinar é um esforço teórico, prático e coletivo de realização de diálogo entre disciplinas do mesmo eixo e entre eixos, ciclos e cursos diferentes.

A título de exemplo, no ciclo básico, duas das disciplinas do eixo Humanidades e Sociedade – Ética e cidadania (disc. 12) e Conhecimento e realidade sócio-ambiental (disc. 6) – podem ser articuladas tendo em vista a discussão da necessidade de uma ética ambiental para o futuro da humanidade e para a conservação dos seres vivos do planeta, perpassando questões como desenvolvimento tecnológico sustentável e limites éticos para a economia aplicada. Do mesmo modo, as disciplinas dos eixos Humanidades e Sociedade e Fundamentos da Área de Conhecimento, como Ética e cidadania (disc. 12) e Filosofia da Educação (disc. 7) respectivamente, podem discutir os valores éticos que permeiam a formação da cidadania ou, antes, interrogar sobre a possibilidade da escola formar o cidadão e qual tipo de cidadania e de sociedade perpassa o imaginário dos agentes da educação formal.

O diálogo interdisciplinar se realiza de múltiplas formas. Pode-se, por exemplo, privilegiar a *problematização* ao articular duas disciplinas. Assim, na disciplina de História e Teoria da Ciência (disc. 15) pode-se interrogar sobre o lugar da ética na ciência, e nas disciplinas pedagógicas pode-se problematizar sobre a (im)possibilidade de formação profissional sem formação política. Os problemas podem ser colocados no âmbito da *contextualização*, em que questões regionais e locais se tornam conteúdo de reflexão crítica. O problema genérico – como formar o professor apto a ensinar Filosofia? – se contextualiza na pergunta: como formar o professor de Filosofia para atuar na Educação básica do Estado do Tocantins?

A contextualização dos saberes disciplinares abrange também a *mediação histórica*, possibilitando o diálogo entre a História da Arte (disc. 11) e a História da Filosofia. Nesse caso, a disciplina História da Arte, que está inserida no ciclo I, é posta em diálogo com todas as disciplinas de História da Filosofia do Ciclo II (disciplinas 20, 26, 33, 39 e 45), que perpassam o itinerário da racionalidade ocidental desde os gregos até os dias de hoje. Os professores das diferentes disciplinas podem, por exemplo, tematizar a pós-modernidade filosófica e artística no séc. XX.

Ocorre assinalar que, no ciclo de formação básica, há disciplinas que são ministradas não por um(a) professor(a) individualmente, mas por um grupo de professores, como ocorre nas disciplinas de Filosofia da Linguagem (disc. 18) e Introdução à Estética (disc. 3), em que professores das áreas de Filosofia, de Letras e de Artes discutem, planejam e realizam as atividades de ensino segundo a perspectiva própria da sua área, mas numa atitude de abertura para o olhar distinto da outra.

As disciplinas de Ética (disc. 27 e disc. 37) e Política (disc. 42 e disc. 49) do Núcleo de Filosofia Prática do Ciclo II são disciplinas que por definição devem manter diálogo estreito com várias disciplinas do Ciclo I, pois a finalidade deste PPC é preparar formadores para formar para a cidadania e a consciência ética. Nenhuma disciplina de teoria política forma um cidadão, como nenhuma teoria ética torna um ser humano um ser melhor, mas em todos os processos formativos que objetivam a formação ética do cidadão, deve-se indagar pela idéia de cidadania, de política e de ética, e pelos problemas teóricos que envolvem esses conceitos. Daí a importância do diálogo de todas as disciplinas pedagógicas com essas disciplinas teóricas do campo da Filosofia Prática, cujo estudo começa com Ética e Cidadania, no Ciclo I, e o aprofundamento se solidifica no Ciclo II.

Ademais, Ética e Política são campos teóricos criados pela Filosofia antiga e que estão, ainda hoje, em contínuo desenvolvimento; estes campos se desmembram em diferentes

frentes de pesquisa, patentes nos Seminários Interdisciplinares e nas disciplinas optativas, como no caso da relação da Ética com as ciências da vida na área da Bioética; no caso da Ética com as ciências do Ambiente na Ética Ambiental; no caso da Ética com a Teoria da Linguagem, na Ética do Discurso; na relação entre Política e Direito no caso da Teoria do Estado, da Teoria da Justiça, da Teoria dos Direitos Humanos e na Teoria da Argumentação Jurídica.

As disciplinas de História e Teoria da Ciência (Ciclo I) e de Epistemologia (Ciclo II) também devem manter contínuo diálogo com outras disciplinas, pois as crises paradigmáticas que envolvem a transição dos modos de elaborar o conhecimento sobre o real, não são crises meramente ontológicas, pois a realidade não muda por si, mas crises que envolvem a atuação humana e o conhecimento que justifica a intervenção sobre a natureza e a sociedade. São crises do conhecimento, e, sobretudo, das ciências que o elaboram. Epistemologia é uma disciplina que deve dialogar com todos os seminários interdisciplinares, que por definição tratam das problemáticas contemporâneas envolvendo as crises paradigmáticas da ciência e as questões de fronteira da Filosofia.

Em consonância com as Diretrizes Curriculares de Filosofia, no Ciclo II a disciplina de História da Filosofia ocupa um posto central, sendo desmembrada na periodização histórica convencional: história antiga, medieval, moderna (I e II) e contemporânea. Trata-se de uma só disciplina que se articula por uma lógica interna de recepção criativa do passado. A rigor, na História da Filosofia o passado é algo presente, pois os filósofos de hoje se debruçam na leitura dos filósofos de ontem mantendo viva a tradição. Contudo, o estudo do passado não se traduz apenas como mera erudição, mas é conscientemente assumido como ponto de partida necessário para compreender o presente, que é o sentido de fazer filosofia. Os filósofos medievais, por exemplo, não abriram mão do saber dos filósofos antigos, ao contrário, foram seus leitores, intérpretes, glosadores e tradutores, mas mantiveram a intencionalidade de fazer filosofia para responder aos desafios gerados pela relação polêmica entre fé e razão, isto é, dialogaram com o passado para resolver as crises do seu tempo.

No curso de Filosofia, os professores das disciplinas de História da Filosofia devem manter o diálogo entre si para contextualizar cada pensador, revelando tanto as influências recebidas dos filósofos que o antecederam quanto a originalidade da sua produção teórica, que não se desvincula do enfrentamento das questões do seu tempo. Nesse sentido, podemos chamar esse trabalho de *intradisciplinar*, pois não se dá entre disciplinas diferentes, mas sim dentro de uma disciplina, em que se entrecruzam pensadores, tendências, questões e contextos históricos diferentes, mas interligados pelo fio da busca filosófica em compreender o presente.

Esse PPC é um projeto aberto que tem como pressuposto a disposição constante e contínua dos diferentes professores para o diálogo com outras disciplinas do curso e de outros cursos. Destarte, não é possível indicar todas as articulações e diálogos entre as disciplinas, deixando em aberto a possibilidade de ampliação do que apenas foi esboçado aqui, mediante o ininterrupto processo de avaliação do currículo por parte dos docentes e dos discentes.

4.3.7.5 Seminários interdisciplinares

O Eixo de Estudos Integradores e Interdisciplinares será realizado em forma de Seminários Interdisciplinares que visam à exploração de temáticas que fazem parte do imenso corpo de conhecimentos em que as áreas de conhecimento se apóiam, mas que nem sempre constam de um currículo regular ou é apresentado com o devido rigor e aprofundamento.

Além desse aprofundamento na área do conhecimento filosófico, os Seminários Interdisciplinares devem buscar os seguintes desdobramentos:

- introduzir no curso de Filosofia temas relevantes da cultura contemporânea, o que, considerando a diversidade multicultural do mundo atual, significa pensar em culturas, no plural.
- dotar o curso de Filosofia com maior mobilidade, flexibilidade e qualidade, visando o atendimento às demandas da educação superior do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, os Seminários Interdisciplinares representam uma tentativa de abordar temáticas atuais dialogando com as disciplinas do currículo do curso com a intenção precípua de elevar o nível de compreensão e debate sobre fenômenos ou problemáticas de relevância. Isso significa que nesses espaços curriculares, dispostos ao longo do curso, devemos buscar uma maior apropriação sobre interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, interconectando os diversos elementos, que vão surgindo no decorrer dos semestres, seja pelos conteúdos trabalhados nas disciplinas, seja pelas descobertas feitas por meio de pesquisas realizadas, ou pelo desencadeamento de situações pontuais.

Em relação às formas de integração dos Seminários Interdisciplinares, SANTOMÉ (1998: 206) afirma que há quatro formatos de integrar currículos:

- a) integração correlacionando diversas disciplinas;
- b) integração através de temas, tópicos ou idéias,
- c) integração em torno de uma questão da vida prática e diária;

d) integração a partir de temas e pesquisas decididos pelos estudantes.

Além da possibilidade ainda de integração através de conceitos, em torno de períodos históricos e/ou espaços geográficos, com base em instituições e grupos humanos, em torno de descobertas e invenções e mediante áreas de conhecimento.

O objetivo principal dos Seminários Interdisciplinares é fazer um elo vertical e horizontal entre todas as disciplinas do curso de Filosofia. Vertical quando se refere às disciplinas do semestre e horizontal em relação às disciplinas ao longo do curso. A proposta é ampliar os conceitos e debates sobre questões desenvolvidas no curso, a partir de temas geradores voltados à contemporaneidade, de forma integrada às demais áreas de conhecimento por meio de: a) seminários, palestras, debates, oficinas, relatos de experiências, atividades de natureza coletiva e estudos curriculares; b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos; c) projetos interdisciplinares.

O planejamento e oferta desses estudos integradores devem buscar a articulação com todos os eixos e ciclos do curso, da área de conhecimento, devendo, pelo menos, 20% de sua carga horária ser executada em articulação com os cursos de outras áreas de conhecimento. Dessa maneira, os Seminários Interdisciplinares, dispostos ao longo do curso, devem com outras áreas de conhecimento promover o processo de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Os objetivos de cada uma das etapas, assim como as temáticas e respectivas abordagens e formas de avaliação serão definidas quando do planejamento semestral da área e do curso. Os Seminários Interdisciplinares deverão oferecer, semestralmente, um leque de opções, concebidas como espaços de reflexão sobre âmbitos de confluência das áreas específicas e devem ser discutidas e planejadas junto à Comissão de Articulação e Planejamento dos cursos de graduação.

Questões complementares

- Os Seminários Interdisciplinares serão obrigatórios aos alunos regularmente matriculados nos cursos das áreas afins, uma vez que serão formalmente avaliados e terão carga horária computada no histórico escolar. Serão abertos também para alunos de outras áreas, desde que haja vaga e seja solicitada matrícula pelos estudantes nas coordenações das áreas.

- Os Seminários deverão ter carga horária correspondente a 01 (hum) ou mais créditos, e estarão disponibilizados semestralmente aos alunos. Após deliberação das temáticas e áreas contempladas, a organização e definição das formas de participação e avaliação ficarão sob a responsabilidade de dois ou mais professores em cada semestre e com possibilidade de divisão dos alunos em dois grupos.

4.3.7.6 Estrutura curricular:

A carga horária do curso de Filosofia perfaz 2.880h. Sendo 960h a carga horária do Ciclo de Formação Geral e 1.920 a do Ciclo de Formação Profissional, totalizando 192 créditos.

1º. PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 1 Introdução à Filosofia	4	60		60	3, 8,18
D. 2 Sociedade, Cultura e História da Educação	4	60		60	7,14,19
A. 3 Introdução à Estética	4	60		60	1,11
E. 4 Leitura e Produção de Textos Científicos	4	30	30	60	9
C. 5 Seminário interdisciplinar I	2	30		30	10, 17
B. 6 Conhecimento e Realidade Socioambiental	2	30		30	12
Total	20	270	30	300	

TABELA 3 – Estrutura curricular do Ciclo I. Carga horária: 990h; 64 créditos.

2º. PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
D. 7 Filosofia da Educação	4	60		60	12
A - 8 Antropologia Filosófica	4	60		60	1,14,18
E. 9 Leitura de textos científicos em língua estrangeira	4	30	30	60	4
C. 10 Seminário interdisciplinar II	2	30		30	5,17
A - 11 História da Arte	4	60		60	3,20,26,33,39,45
B. 12 Ética e Cidadania	4	60		60	6,7,15,27,37,42,49
Total	22	300	30	330	

3º. PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 13 Patrimônio Artístico e Cultural do Brasil	4	60		60	11,16
A. 14 Antropologia Cultural	4	30	30	60	2, 8,16
C. 15 História e Teoria da Ciência	2	30		30	12, 14,47
B. 16 Matrizes Culturais da Amazônia	2	30		30	14, 6
C. 17 Seminário interdisciplinar III	2	30		30	5,10
A. 18 Filosofia da Linguagem	4	60		60	1, 8,14,
D. 19 Psicologia da Aprendizagem	4	60		60	
Total	22	300	30	330	
Ciclo I	64	870	90	960	

Legenda e carga horária dos eixos do ciclo de formação geral:

A - Eixo Fundamentos da área de Conhecimento: 420h

B - Eixo de Humanidades e Sociedade: 120h

C - Eixo de Estudos Integradores e Contemporâneos: 120h

D - Eixo de Saberes Epistemológico-didáticos: 180h

E - Eixo de Linguagens: 120h

4º PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 20 História da Filosofia Antiga	4	45	15	60	26,33,39,45
A. 21 Hermenêutica de textos filosóficos	4	45	15	60	28, 35
C. 22 Didática e formação de professores	4	60	-	60	30, 39
A. 23 Lógica	4	45	15	60	20
E. 24 Linguagem Brasileira de Sinais	4	60	-	60	
F. 25 Seminário interdisciplinar IV	1	15	-	15	47,
Total	21	270	45	315	

TABELA 4 – Estrutura curricular do Ciclo II. Carga horária: 1710h; 114 créditos

5º PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 26 História da Filosofia Medieval	4	45	15	60	20, 33, 39, 45
A. 27 Fundamentos de Ética	4	45	15	60	12,37, 42, 49
C. 28 Laboratório de Produção de Material Didático I	4	-	60	60	21, 35
B. 29 Estágio Supervisionado I	6	45	45	90	36,40, 46
C. 30 Educação e Tecnologias contemporâneas	4	60	-	60	
A. 31 Optativa 1	2	30	-	30	
Total	24	225	135	360	

6º PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 33 História da Filosofia Moderna I	4	45	15	60	20, 26, 39, 45
C. 34 Currículo, Política e Gestão Educacional	4	60		60	22
C. 35 Laboratório de Produção de Material Didático II	4		60	60	21, 28
B. 36 Est. Supervisionado II	8	75	45	120	29,40, 46
A. 37 Ética	4	45	15	60	12, 27, 42
F. 38 Seminário interdisciplinar V	1	15	-	15	47,
Total	25	240	135	375	

7º PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 39 História da Fil. Moderna II	4	45	15	60	11, 20, 26, 33, 45
B. 40 Est. Supervisionado III	7	75	30	105	29, 36, 40, 46
41. A. Ontologia	4	45	15	60	39,45
A. 42 Fundamentos de Filosofia Política	4	45	15	60	12, 27, 49
C. 43 Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia	4	60		60	
F. 44 Seminário interdisciplinar VI	1	15	-	15	47
Total	24	285	75	360	

8º PÉRIODO					
Componentes curriculares	Cred.	CHT	CHP	CHTL	Interdisciplinas
A. 45 História da Fil. Contemporânea	4	45	15	60	20, 26, 33, 39
B. 46 Estágio Supervisionado IV e TCC	6	30	60	90	29,36, 40
A. 47 Epistemologia	4	45	15	60	15, 8,14, 45
F. 48 Seminário interdisciplinar VII	1	15	-	15	47
A. 49 Filosofia Política	4	45	15	60	12,27, 42
A. 50 Optativa 2	2	30		30	
Total	21	210	105	315	

Total	115	1230	495	1725	
D. Atividades complementares	13			195	
Ciclo II	128			1920	
CICLO DE FORMAÇÃO GERAL	64			960	
CICLO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	128			1920	
TOTAL GERAL	192			2.880	

Legenda e carga horária dos eixos do ciclo de formação profissional

A - Eixo Estudos Filosóficos: 840h

B - Eixo Estágio Supervisionado e TCC: 405h

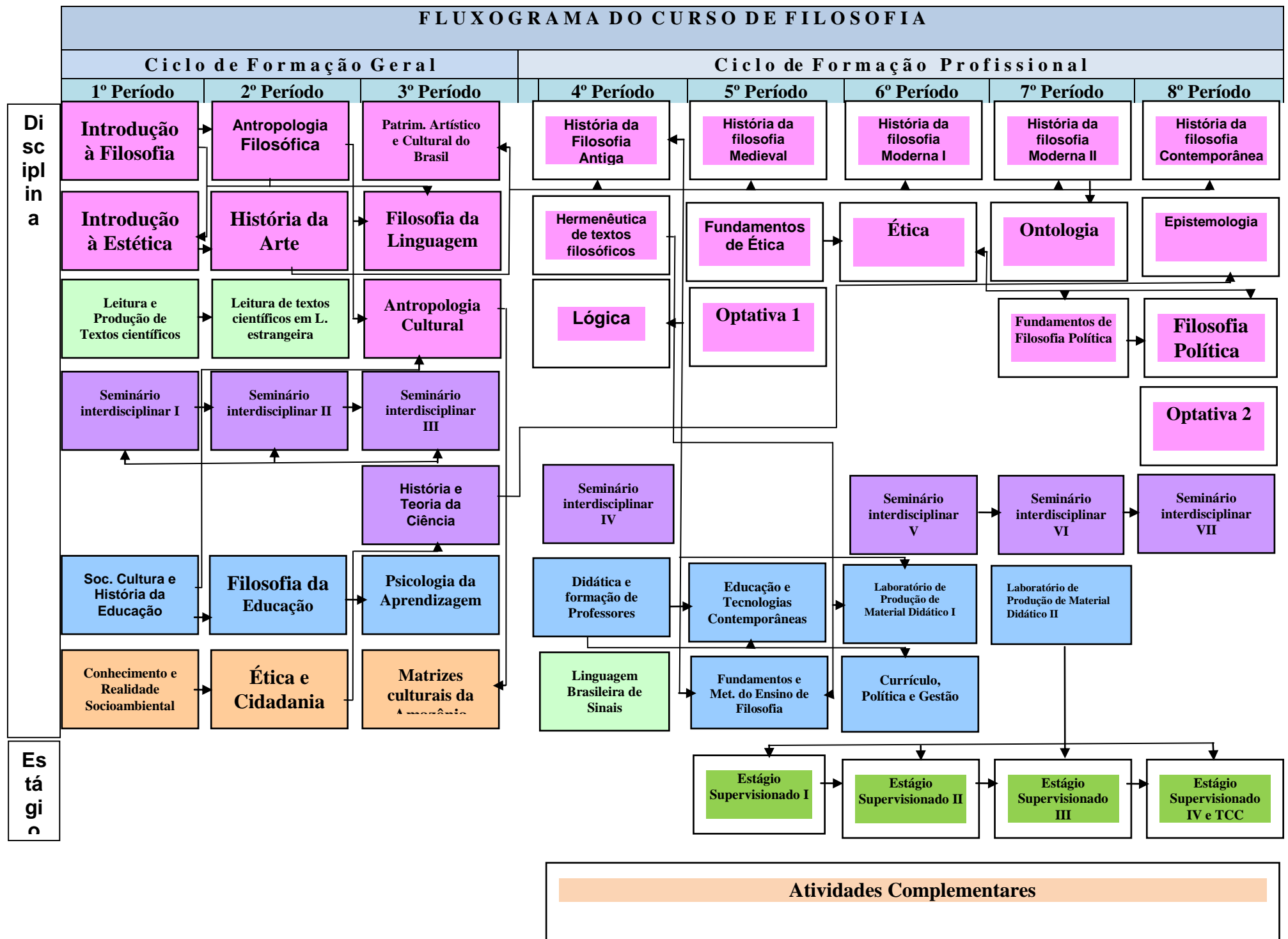
C - Eixo Saberes Epistemológicos e Pedagógicos: 360h

D - Eixo Atividades complementares: 195h

E - Eixo Linguagens: 60h


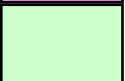

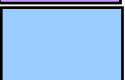

F - Eixo Estudos integradores e contemporâneos: 60h

FLUXOGRAMA DO CURSO DE FILOSOFIA





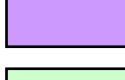



Legenda:

C I C L O F O R M A Ç Ã O G E R A L

	Eixo Fundamentos de Filosofia e Artes
	Eixo Linguagens
	Eixo Estudos Integradores e Contemporâneos
	Eixo Saberes Epistemológicos e Pedagógicos
	Eixos Humanidades e Sociedade

C I C L O F O R M A Ç Ã O B Á S I C A

	Eixo Saberes Epistemológicos e Pedagógicos
	Eixo Estágio Supervisionado e TCC
	Eixo Estudos Filosóficos
	Eixo Estudos Integradores e Contemporâneos
	Eixo Linguagens
	Eixo Atividades Complementar

4.3.7.7 Elenco de disciplinas

C I C L O I

ÉTICA E CIDADANIA (c.h. 60h)

Ementa A ética como ação humana. Conceitos fundamentais da ética (liberdade, norma, virtude, valor, pessoa). As correntes fundamentais da ética. Caracterização da cidadania. A cidadania como debate ético.

Bibliografia Básica

FERREIRA, Nilda Tevês. **Cidadania: uma questão para a educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

GALLO, Silvio (Coord.) **Ética e cidadania: caminhos da Filosofia** (elementos para o ensino de Filosofia). Campinas, SP: Papirus, 1997. 112p.

HERMANN, N. **Pluralidade e Ética em Educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

Bibliografia Complementar

BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D. DUTRA, D. V. **Ética**. Rio de Janeiro: DP&A.

HABERMAS, J. **Inclusão do Outro: Estudos de Teoria Política**. São Paulo: Loyola.

HERKENHOFF, João Batista. **Ética, educação e cidadania**. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 1996

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

OLIVEIRA, M. A. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.

MATRIZES CULTURAIS DA AMAZÔNIA (30h)

Ementa: Estudos sobre o contexto histórico, marco conceitual e pesquisas sobre construções imaginárias e identidades culturais brasileiras, focando interfaces com os saberes e as práticas culturais na Amazônia. Estudo das populações tradicionais em regiões tropicais e a importância das populações para a conservação de florestas tropicais e a preservação da Amazônia.

Bibliografia Básica

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**. Rio de Janeiro: Conquista, 1976.

SOUZA, Marcio. **Breve história da Amazônia**. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

MEIRELLES FILHO, João. **O livro de Ouro da Amazônia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

Bibliografia Complementar

BHABHA, Homi. **O local da Cultura**. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Cunha, Manuela Cordeiro (org.). **História dos índios do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ANDERSON, Anthony (orgs). **Esverdeando a Amazônia: Comunidades e empresas em busca de práticas e negócios sustentáveis**. Brasília e São Paulo: Instituto internacional de Educação no Brasil, 2002.

CONHECIMENTO E REALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL (c.h. 30h)

Ementa A questão ambiental e a educação, considerando a relação sociedade-natureza, a construção do conhecimento e a prática pedagógica escolar. Política ambiental nos âmbitos nacional e internacional. Diretrizes para a educação ambiental no contexto da educação brasileira e de seu currículo escolar.

Bibliografia Básica

COELHO, Maria Célia N., SIMONIAN, Lígia e FENZL, Norbert (Org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia gestão de recursos naturais**. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

LEFF, Henrique. **Saber Ambiental sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, Paulo F. e MAIMON, Dália (Org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental rumo à interdisciplinaridade**. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

Bibliografia Complementar

BACKER, Paul de. **Gestão Ambiental: a Administração do Verde**. Rio de Janeiro: Quality Mark, 1995.

BECKER, Dinizar F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável necessidade e/ou possibilidade?** 4ª. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos**. Brasília: Senado Federal, 2000.

MONTBELLER-FILHO, Gilberto. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável**. Florianópolis: UFSC, 2001.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de Transição para o Século XXI desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Stúdio Nobel/FUNDAP, 1993.

INTRODUÇÃO À FILOSOFIA (c.h. 60h)

Ementa: O nascimento do *logos* filosófico no Ocidente. Relação da filosofia com outros saberes: mito, senso comum, religião, ciência. História, problemas e paradigmas da filosofia.

Bibliografia básica

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

BUNNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E. P. **Compêndio de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2007.

PORTA, Mario Ariel González. **A filosofia a partir de seus problemas**. São Paulo: Loyola, 2002.

Bibliografia complementar

CARRILHO, Manuel Maria. **O que é Filosofia?** Lisboa: Editora Difusão Cultural.

COSTA, Cláudio. **Uma Introdução contemporânea à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COSSUTTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GHIRALDELLI JR., P. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Manole, 2003.

HEIDEGGER, M. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2006. 7 v.

ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA (c.h. 60h)

Ementa O homem como problema filosófico. Natureza e condição humanas. As concepções filosóficas sobre o homem: clássica grega, cristã medieval, moderna e contemporânea. O problema do homem na filosofia contemporânea

Bibliografia básica

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ARLT, Gerhardt. **Antropologia filosófica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

JAEGER, Werner. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3ª ed. São Paulo; Martins Fontes, 1994

Bibliografia Complementar

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CARVALHO, Maria Cecília M. de (org.). **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, 1989.

DASTUR, Françoise. **A morte: ensaio sobre a finitude**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

HEIDEGGER, M. **Sobre o Humanismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VAZ, H. C. L. **Antropologia Filosófica I e II**. São Paulo: Loyola, 2004.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM (c.h. 60h)

Ementa: A linguagem como o universo dos signos e lugar da constituição da ideologia. A linguagem como problema filosófico. Discussões sobre sujeito, sociedade e língua, e reflexão sobre as teorias das interações verbais.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004

OLIVEIRA, Manfredo A. de. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea**. São Paulo: Loyola, 1996.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986

Bibliografia complementar

ECO, Umberto. **Semiótica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Ática, 1991

FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**, SP: Martins Fontes, 1981.

GADAMER, H. G. **Verdade e Método**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I** - Racionalidad de La acción y racionalización social. Madri: Taurus, 1987.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: EDUSP, 1994.

INTRODUÇÃO À ESTÉTICA (c.h. 60h)

Ementa A reflexão estética a partir da evolução histórica. O horizonte artístico na relação Sujeito/ Objeto/ Sociedade. A reciprocidade entre teoria estética e experiência – estética.

Bibliografia básica

ADORNO, Theodor W. **Teoria Estética**. Lisboa, Martins Fontes, 1970.

CHIPP, H.B. (org.) **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo, Martins Fontes, 1988.

NUNES, Benedito. **Introdução à Filosofia da Arte**. São Paulo, Buriti, 1966.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor W. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Notas de Literatura**. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

GOMBRICH, Ernst. **História da Arte**. São Paulo, Círculo do Livro, 1978.

GREENBERG, Clement. **Arte e Cultura**. São Paulo, Ática, 1996.

PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DO BRASIL (c.h. 60h)

Ementa: Análise das formulações do conceito de patrimônio cultural e a relação com o conceito de memória a partir do estudo de políticas culturais, usos sociais e das diversas maneiras com que cada sociedade se apropria de sua história. Tipologia (material, imaterial). Reflexão conceitual sobre a diversidade do patrimônio cultural brasileiro a partir de tradições

culturais que contribuíram para formação do povo brasileiro: comunidades afro-brasileiras, comunidades indígenas e grupos imigrantes, entre outros. Preservação e Conservação do Patrimônio. Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Bibliografia básica

ARGAN, G. C. **A história da arte como história da cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1997.

MARTINS, C. **Patrimônio cultural**. Da memória ao sentido do lugar. São Paulo, SP: Roca, 2006.

Bibliografia Complementar

LEMOIS, C.A.O. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo, Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

BOSI, E. **Memória e sociedade**. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.

CASTRO, S.R. de. **O Estado na preservação de bens culturais**. Rio de Janeiro, Renovar, 1991.

BERNARDET, J. C. **O nacional e popular na cultura brasileira**. Cinema. São Paulo: Brasiliense, 1987

FONSECA, M. C. L. **A noção de referência cultural nos trabalhos de Inventário**. In: Inventário de Identificação um panorama da experiência brasileira. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 1998.

PIRES, M. J. **Lazer e turismo cultural**. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2002.

VASCONCELLOS, C. M. **Turismo e Museus**. São Paulo, SP: Aleph, 2006. BOURDIEU, P. (1997) **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. (1976) **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo, Pioneira.

HISTÓRIA DA ARTE (c.h. 60h)

Ementa: Teoria, História e Crítica de Arte com ênfase em Arte Moderna e Contemporânea.

Bibliográfica Básica:

BAZIN, G. **História da História da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JANSON, H. G. **História Geral da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

STANGOS, N. **Conceitos da Arte Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

JANSON, H.G. **História Geral da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Bibliografia Complementar:

CHIPP, H. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

DE FUSCO, R. **História da Arte Contemporânea**. Lisboa: Presença, 1988.

READ, H. **História da Pintura Moderna**. São Paulo: Zahar / Círculo do Livro, 1980.

FABRIS, A.; ZIMMERNANN, S. **Arte Moderna**. SP: Experimento, 2001.

GOMBRICH, E. **História da Arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HISTÓRIA E TEORIA DA CIÊNCIA (c.h. 30h)

Ementa: Evolução do pensamento científico. Ciência e Sociedade. Ciência e religião. Crise dos paradigmas da ciência. Epistemologia e Educação.

Bibliografia básica

ALVES, R. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e às suas regras. São Paulo: Loyola, 2005.

JAPIASSU, H. **As Paixões da Ciência**: estudo de história das ciências. São Paulo: Letras e letras, 1991.

DUTRA, L. H. de A. **Introdução à teoria da Ciência**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

Bibliografia complementar

CARRILHO, Manuel Maria. **Epistemologia: posições e críticas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação: Ensaio Filosófico**. São Paulo: Loyola.

JONAS, H. **Ética, Medicina e Técnica**. Lisboa: Vega, 1994

ROHDEN, L. (Org.) **A Filosofia e a Ciência redesenham horizontes**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

ANTROPOLOGIA CULTURAL (c.h. 60h)

Ementa: Introdução ao estudo da antropologia no seu sentido mais abrangente e a relação ser humano/biologia/cultura. Conceitos básicos e metodologia própria à antropologia. Observação de padrões culturais em sua diversidade, explorando os valores do comportamento social e cultural sob uma visão antropológica – hábitos, costumes, condutas e preconceitos ditados pela formação dos grupos. Percepções culturais dos fatos sociais. Antropologia Urbana, gênero e linguagem e diversidade cultural.

Bibliografia Básica

DA MATA, R. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUARTE, C. L. et al.(orgs.). **Gênero e representação: teoria, história e crítica**. Belo Horizonte: FAE, UFMG, 2002.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar

GEERTZ, Clifford. **Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FU, 2001.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR I :

Modernidade e Pós-modernidade (c.h. 30h)

Ementa: Caracterização geral da modernidade. O fim da modernidade. O Pós-Moderno e suas vertentes.

Bibliografia básica:

CONNOR, Steve. **Cultura pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Loyola, 2000.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

Bibliografia complementar:

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GOLDMAN, Lucien. **Ciências humanas e filosofia**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo. A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo: Ática, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR II (c.h. 30h)

Ementa: Desenvolvimento de conhecimentos nos campos da educação superior, da tecnologia da informação e da contemporaneidade - por meio de palestras, debates, mesas redondas, oficinas, relatos de experiências e outras atividades - para articular os diversos conteúdos dos eixos e dos ciclos dos cursos

Bibliografia: Indicada pelos docentes.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR III (c.h. 30h)

Ementa: Desenvolvimento de conhecimentos nos campos da educação superior, da tecnologia da informação e da contemporaneidade - por meio de palestras, debates, mesas redondas, oficinas, relatos de experiências e outras atividades - para articular os diversos conteúdos dos eixos e dos ciclos dos cursos

Bibliografia: Indicada pelos docentes

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (c.h. 60h)

Ementa A educação como problema filosófico. Filosofia e Filosofia da Educação. Problemas filosóficos da educação. As perspectivas filosóficas da Educação no Brasil.

Bibliografia básica:

GHIRALDELLI JR., Paulo. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 2006.

_____(Org.) **O que é Filosofia da Educação?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FULAT, O. **Filosofias da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

Bibliografia complementar

CURY, Carlos Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. São Paulo: Cortez, 1989.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

KONDER, L. **Filosofia e Educação: de Sócrates a Habermas**. São Paulo: Forma e Ação, 2006.

PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; São Carlos: EDUFISCAR, 1998.

SUCHODOLSKI, B. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa: Horizonte, 1978.

SOCIEDADE, CULTURA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (c.h. 60h)

Ementa Estudo da contribuição das ciências sociais e humanas para a compreensão do fenômeno educativo e sua aplicação no processo de formação do educador. Conceitos fundamentais à Sociologia, História e Antropologia para a compreensão da relação entre Educação e Sociedade. A Educação como processo social; a educação brasileira na experiência histórica do ocidente; a ideologia liberal e os princípios da educação pública; sociedade, cultura e educação no Brasil. A interdisciplinaridade do pensamento pedagógico. Multiculturalismo e políticas educacionais de ação afirmativa.

Bibliografia Básica:

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA JR., João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil**: reformas do Estado e mudanças na produção. Bragança Paulista, SP: EDUSP, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Bibliografia Complementar:

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia**. Trad. e notas de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna., 19a. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Trad. de Gaetano Lo Mônaco; revisão da trad. Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella, 9a. ed., São Paulo: Cortez, 2001.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Trad. de José Severo de Camargo pereira., 3a. ed., São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1982. (Coleção educação contemporânea).

CUNHA, Lui Antônio e GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1985

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM (C.h. 60h)

Ementa: Estudo da cartografia contemporânea do desenvolvimento integral da criança e adolescência. Concepções epistemológicas de base para as teorias psicológicas: o inatismo, o empirismo e o interacionismo. Relação teoria e prática relativa à aprendizagem sob a ótica construtivista e sóciointeracionista por meio dos fundamentos da teoria de Jean Piaget, Vygotsky e Wallon.

Bibliografia Básica:

ÁRIES, P. **História Social da Criança e da família**. RJ: Guanabara, 1998. CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 27 ed., RJ: Vozes, 1998.

_____. **Psicologia e desenvolvimento humano**. RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl. **Vygotsky, aprendizagem e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

LA TAILLE, Yves de et al. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo, Summus, 1992.

Bibliografia complementar:

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. e PALHARES, Marina Silveira. (Orgs.). **Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 2 ed., SP: Autores Associados, 2000.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 8 ed., RJ: Vozes, 2000.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. SP: Moderna, 1995.

OLIVEIRA, Zilma M. (Org.). **Educação infantil: muitos olhares**, SP: Cortez, 1994.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 10 ed; RJ: Vozes, 2000.

LEITURA DE TEXTOS CIENTÍFICOS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA (c.h. 60h)

Ementa Introdução e prática das estratégias de compreensão escrita que favorecem uma leitura mais eficiente e independente de textos variados. Desenvolvimento da competência comunicativa em contextos elementares e específicos. Aspectos gramaticais. Vocabulário básico. Produção de textos.

Bibliografia Básica

HARDISTY, D., WINDEATT, S. CALL. **Resource Books for Teachers**. Oxford English. 1994.

HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for Specific Purposes: a learning centered approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

MCKAY, S. Lee. **Teaching English as an International Language**. Oxford.

2002. RICHARDS, J. C. & NUNAN, D. (eds.) **Second Language Teacher Education**. New York : Cambridge University Press, 1990.

ROBINSON, P. ESP - **English for Specific Purposes**. Oxford: Pergamon Press, 1980.

Bibliografia Complementar

DUDLEY-EVANS, T.; ST JOHN, M. **Developments in ESP: a multi-disciplinary approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
 GULEFF, V.L., SOKOLIK, M.E., LOWTHER, C. **Tapestry Reading 1**. Heinle&Heinle Thomson Learning, 2000.
 NUTTAL, C. **Teaching reading skills in a foreign language**. London: Heinemann, 1999.
 ROBINSON, P. **ESP Today: a practitioner's guide**. Hertfordshire: Prentice Hall, 1991.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS CIENTÍFICOS (c.h. 60h)

Ementa Estudo do texto como unidade de comunicação. A relação do texto com o contexto sócio histórico e cultural. A relação entre a produção dos enunciados e dos atos da fala, e o contexto da enunciação. Visão da linguagem como processo de persuasão e de reflexo da ideologia de uma sociedade. A leitura e a escrita na universidade: linguagem e conhecimento. Produção e circulação do conhecimento. Produção de resenhas.

Bibliografia Básica

ABREU, Antonio Suarez. **Curso de redação**. São Paulo, ática, 2002.
 CITELLI, Adilson. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994.
 KOCH, I. G. V. **Argumentação e Linguagem**, 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.
 FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. **Lições de texto - leitura e redação**. São Paulo: Atica, 2000
 MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (org.), **Gêneros textuais & ensino**. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

Bibliografia Complementar

CHIAPPINI, Ligia (Coord.) **Aprender e ensinar com textos de aluno**, v. 1. São Paulo: Cortez, 1997.
 CUNHA, Celso F. & CINTRA, L. R.J F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. São Paulo: Nova Fronteira 2000.
 DIONISIO, A. P.; FARACO, Carlos. **Prática de texto - Língua portuguesa para estudantes universitários**. Petrópolis: Vozes, 1992.
 GUIMARÃES, Eduardo (org.) **Produção e circulação do conhecimento: Estado, Mídia e Sociedade**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

C I C L O II

HERMENÊUTICA DE TEXTOS FILOSÓFICOS (c.h. 60h)

Ementa: História da hermenêutica. Da epistemologia das Ciências Humanas à ontologia do compreender. Verdade e Método: a crítica à Estética Moderna e à compreensão usual da história. A linguagem enquanto meio da experiência hermenêutica. Interpretação de textos filosóficos.

Bibliografia básica:

COSSUTTA, Frédéric. **Elementos para a leitura dos textos filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
 GADAMER, Hans Georg. **Verdade e Método**. Petrópolis, Vozes, 1997.
 HABERMAS, Jurgen. **Dialética e hermenêutica**, Porto Alegre, L&PM, 1987.

Bibliografia complementar:

CASTRO, João Cardoso de Casto. **Uma Panorâmica da Hermenêutica: com destaque aos princípios de Gadamer**. Rio de Janeiro: IFCH, 2005.
 CORETH, E. **Questões Fundamentais de Hermenêutica**. SÃO Paulo, Ed. Universidade de S. Paulo, 1973.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis, Vozes, 1997
RICOEUR, P. **Os conflitos das interpretações: ensaios de hermenêutica**, Rio de Janeiro: Imago Editora, 1978.

_____. **Do Texto à Ação**. Porto: Rés Editora.

STEIN, E. **Aproximações sobre Hermenêutica**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANTIGA (c.h. 60h)

Ementa: O Nascimento da Filosofia: Mito e Razão. A Filosofia pré-socrática. O pensamento sofístico. A Filosofia Clássica: Sócrates, Platão e Aristóteles. As escolas helenísticas.

Bibliografia Básica:

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. São Paulo: Paulus, 2000.

HADOT, Pierre **O que é filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 1999

Bibliografia Complementar

GUTHRIE. **Os sofistas**. São Paulo: Paulus.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994

KIRK, G. S.; RAVEN, J. E. **Os filósofos pré-socráticos**. 3 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

VERNANT, J. P. **Mito e Pensamento entre os gregos**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

_____. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA MEDIEVAL (c.h. 60h)

Ementa: Principais filósofos cristãos, muçulmanos e judeus de Sto. Agostinho até Ockham. Temáticas fundamentais do pensamento medieval: a recepção do legado grego; platonismo e aristotelismo medievais; crise averroísta e conflito da faculdade das artes; a questão dos universais.

Objetivo: Estudar as principais questões tratadas pelos pensadores cristãos, muçulmanos e judeus do período medieval na sua relação de continuidade e descontinuidade com a tradição grega.

Bibliografia Básica:

GILSON, E. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LIBERA, A. **História da Filosofia Medieval**. São Paulo: Editora Loyola.

DUNS SCOTUS. **Prólogo da Ordinatio**. Trad. de Roberto Hofmeister. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Bibliografia Complementar:

BOEHNER, Ph.; GILSON, E. **História da Filosofia Cristã**. 4a. ed. Petrópolis: Vozes. 1988.

DE BONI, L. A. (Org.) **Idade Média: Ética e Política**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

DE BONI, L. A. **De Abelardo a Lutero: estudos sobre filosofia prática na Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais e a Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MERINO, J. A. M. **Historia de la Filosofia Franciscana**. Madrid: BAC, 1993.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA I (c.h. 60h)

Ementa: Fundamentos da Filosofia Moderna. A subjetividade e a consciência. As filosofias modernas: Bacon, Hobbes, Descartes, Espinosa, Hume, Kant, a Ilustração.

Bibliografia básica:

DESCARTES, R. **Discurso do Método e Meditações da Filosofia Primeira**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Col. Os Pensadores)

HUME, D. **Investigações sobre o Entendimento Humano e os Princípios da Moral**. São Paulo: UNESP, 1999.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

Bibliografia complementar

LOCKE, J. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Col. Os Pensadores).

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: do Humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 2000.

CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. 3 ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1997.

DESCARTES, R. **Meditações Metafísicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção 'Os Pensadores')

VANNI ROVIGHI, Sofia. **História da Filosofia Moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA II (c.h. 60h)

Ementa: A filosofia hegeliana. O pensamento marxiano. O início da crise da Filosofia Moderna.

Bibliografia básica:

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARX, K. **O Capital**. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. Vol. I.

KIERKEGAARD, Sóren. **Kierkegaard**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

Bibliografia complementar

FLICKINGER, Hans Georg. **Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social**. Porto Alegre: LP&M, 1986.

HARTMANN, Nicolai. **A Filosofia do idealismo alemão**. 2 ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2000. Vol. III.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção 'Os Pensadores').

VANNI ROVIGHI, Sofia. **História da Filosofia Moderna**. São Paulo: Loyola, 1999.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA (c.h. 60h)

Ementa: A crise da Modernidade. A crítica da Tradição. A Filosofia de Nietzsche. A fenomenologia de Husserl. Freud e a crítica do primado da consciência. A crítica da tradição no pensamento de Heidegger. Principais teorizações filosóficas contemporâneas.

Bibliografia básica:

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes

OLIVEIRA, Manfredo A. **A filosofia na crise da modernidade**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1997.

STEGMÜLLER, Wolfgang. **A filosofia contemporânea: introdução crítica**. São Paulo: Ed. da USP, 1997.

Bibliografia complementar

NIETZSCHE, F. **Obras Incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Pensadores)

REALE, G.; ANTISERI, D.. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 2000. Vol. III.

MOURA CARLOS, Alberto Ribeiro de. **Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea**. São Paulo: Discurso Editorial; Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Paradigmas filosóficos da atualidade**. Campinas: Papirus, 1997.

EPISTEMOLOGIA (60h)

Ementa: A ciência como questão filosófica. O debate epistemológico. Temas do pensamento científico. Teorias da aceitação, da confirmação, do progresso e da explicação científicas. As correntes principais da epistemologia contemporânea.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANGUILHEM, Georges. **Epistemologia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

DUTRA, Luiz Henrique de A. **Introdução à teoria da ciência**. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

MORGENBESSER, Sidney (org.). **Filosofia da ciência**. São Paulo: Cultrix, 1979.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

BACHELARD, Gastón. **O novo espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BASTOS, C. L.; CANDIOTTO, K. B. B. **Filosofia da ciência**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FEYERABEND, p. **Contra o método**. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

OLIVA, Alberto (org.) **Epistemologia: a cientificidade em questão**. Campinas: Papirus, 1997.

RORTY, Richard. **A filosofia e o espelho da natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 5ª ed. Campinas: Papirus, 2006.

ONTOLOGIA (60h)

Ementa: A importância do problema ontológico, estruturação e desenvolvimento histórico. O diálogo histórico sobre a problemática ontológica entre os clássicos do pensamento ocidental.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Loyola, 2002.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

PLATÃO. **O Banquete; Fédon; Sofista; Político**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os pensadores)

Bibliografia complementar

BLANC, Mafalda de Faria. **Introdução à Ontologia**. Instituto Piaget: Lisboa. 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e escritos filosóficos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os pensadores)

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

PRÉ-SOCRÁTICOS. **Fragmentos, doxografia e comentários**. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores; 15)

IMAGUIRE, Guido; ALMEIDA, Custódio Luís de; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.) **Metafísica contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LÓGICA (60h)

Ementa: Noções elementares de Lógica. *Organon* de Aristóteles, proposição e silogismo. Verdade e validade. Indução e dedução. Lógica e Retórica.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. **Organon**. São Paulo: Edipro, 2004.

COPI, Irving. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

KNEALE&KNEALE. **O desenvolvimento da Lógica**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1991.

Bibliografia complementar:

BASTOS, C. e KELLER, V. **Aprendendo Lógica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALOMON, Wesley. **Lógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
MARITAIN, Jacques. **Elementos de Filosofia**: Lógica Menor. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
TUGENDHAT, Ernst; WOLF, Ursula. **Propedêutica lógico-semântica**. 2 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2005.

FUNDAMENTOS DE ÉTICA (c.h. 60h)

Ementa: Fenomenologia do *ethos* humano. A ação moral como questão filosófica. Ética na filosofia grega. Ética na modernidade

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: UNB, 1999.
TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre Ética**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
VAZ, H. C. L. **Escritos de Filosofia I**. Ética e Cultura. São Paulo: Loyola,

Bibliografia complementar

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e racionalidade moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
MOORE, George. **Principia Ethica**. São Paulo: Abril, 1984.
KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1996.
SPINOZA, B. **Ética**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ÉTICA (c.h. 60h)

Ementa: Crise da modernidade e ética. Principais correntes da ética contemporânea. Questões da ética contemporânea: bioética, ética ambiental, ética e globalização.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (org). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

Bibliografia complementar

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. SINGER, P. **Ética Prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
PEGORARO, O. **Ética e Bioética: da subsistência à existência**. Petrópolis: Vozes, 2002.

FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA POLÍTICA (c.h. 60h)

Ementa: Conceitos fundamentais da filosofia política. Filosofia política e Ciência política. Política no pensamento grego, medieval e na modernidade.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. **Política**. 3. ed. Brasília: UNB, 1997.
HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia complementar

BITTAR, Eduardo C. B. **Doutrinas e Filosofia políticas: contribuições para a história da ciência política**. São Paulo: Atlas, 2002.
BOBBIO, Norberto. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. DUSO, G. (org.) **O Poder: história da filosofia política moderna**. Petrópolis: Vozes, 2005.
PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
MILL, John Stuart. **Sobre a Liberdade**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FILOSOFIA POLÍTICA (c.h. 60h)

Ementa: A crise da tradição política. Os conceitos fundamentais da política contemporânea. Filosofias política da contemporaneidade.

Bibliografia básica:

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BORON, Atílio (org.) **Filosofia política contemporânea**. Buenos Aires: CLACSO, São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje: idéias, debates, questões**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Bibliografia complementar

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre a facticidade e a validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. Vol. I e IIRAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Manfredo. **Filosofia Política Contemporânea**. Petrópolis: Vozes.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR IV (c.h. 15h)

Ementa: Discussão de temas contemporâneos em conexão com a tradição. Aprofundamento de questões específicas dos diversos campos da filosofia. Diálogo interdisciplinar com outros saberes

Bibliografia: Indicada pelos docentes.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR V (c.h. 15h)

Ementa: Discussão de temas contemporâneos em conexão com a tradição. Aprofundamento de questões específicas dos diversos campos da filosofia. Diálogo interdisciplinar com outros saberes

Bibliografia: Indicada pelos docentes

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR VI (c.h. 15h)

Ementa: Discussão de temas contemporâneos em conexão com a tradição. Aprofundamento de questões específicas dos diversos campos da filosofia. Diálogo interdisciplinar com outros saberes

Bibliografia: Indicada pelos docentes.

SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR VII (c.h. 15h)

Ementa: Discussão de temas contemporâneos em conexão com a tradição. Aprofundamento de questões específicas dos diversos campos da filosofia. Diálogo interdisciplinar com outros saberes

Bibliografia: Indicada pelos docentes

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO I (c.h. 60h)

Ementa: Estudo de textos fundamentais da tradição filosófica e de temas filosóficos tendo em vista possibilidades e modalidades de sua transmissão. Análise de textos didáticos e produção de material para o ensino.

Bibliografia básica:

Textos seletos da tradição filosófica.

Manuais usados no ensino de filosofia.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio:** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Apresentação dos temas transversais, ética – 3º e 4º ciclos. Brasília: 1988.

KOHAN, Walter (org.) **Filosofia na Escola Pública.** Petrópolis: Vozes, 2000.

LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO II (c.h. 60h)

Ementa: Estudo de textos fundamentais da tradição filosófica e de temas filosóficos tendo em vista possibilidades e modalidades de sua transmissão. Análise de textos didáticos e produção de material para o ensino.

Bibliografia básica:

Textos seletos da tradição filosófica.

Manuais usados no ensino de filosofia.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio:** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Apresentação dos temas transversais, ética – 3º e 4º ciclos. Brasília: 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: 1999.

DIDÁTICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES (c.h. 60h)

Ementa: Estudo da função social da escola, a história e historicidade da profissão docente focando: relação teoria-prática na didática crítica, conteúdo-forma, interação professor-aluno, planejamento da ação didática, desenvolvimento dos conteúdos e concepções pedagógicas: a) liberal (tradicional, renovada-progressista, renovada não-diretiva, tecnicista), b) progressista (libertadora, libertária, crítico-social dos conteúdos). Compreensão da aula como forma de organização do ensino, enfocando a escola, o currículo e o plano de curso, plano de disciplina, plano de aula, as características gerais da aula, a estruturação didática da aula, tipos de aula, assim como os procedimentos de ensino-aprendizagem individualizantes, socializantes e sócio-individualizantes com base nos conceitos de transposição didática, contrato didático, situações didáticas e as relações com o saber.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Amélia Domingues de. CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. (Orgs.). **Ensinar a ensinar:** didática para a escola fundamental e média. SP: Pioneira, 2001.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de didática geral.** São Paulo, SP: Ática, 1999.

LIBÂNEO. J. C. **Didática.** 12ª reimpressão, SP: Cortez, 1994.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** RJ: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 10 ed., SP: Papirus, 2000.

_____. **Didática:** o ensino e suas relações. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

Bibliografia Complementar:

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 4 ed., GO: Alternativa, 2001.

MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? como planejar?:** currículo, área, aula. 3 ed., Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1991.

PIMENTA, Selma Garrido. (Coord.). **Pedagogia:** ciência da educação? São Paulo, SP: Cortez, 1996.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo, Libertad, 2002.

_____. **Planejamento:** projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 10 ed., São Paulo, Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro & FONSECA, Marília. (Orgs). **As dimensões do projeto político-pedagógico:** novos desafios para a escola. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. ARAUJO, José Carlos Souza. KAPUZINIAK, Célia. (Orgs). **Docência:** uma construção ético-profissional. Campinas, São Paulo: Papirus, 2005.

CURRÍCULO, POLÍTICA GESTÃO EDUCACIONAL (c.h. 60h)

Ementa. Estudo do currículo contemporâneo nas diversas teorias críticas e pós-críticas. As perspectivas históricas do campo do currículo no Brasil. O currículo, a política e a gestão democrática na legislação educacional brasileira com destaque para a proposta governamental de currículo nacional através de parâmetros curriculares nacionais do Ensino Fundamental e Médio e demais ações, programas e projetos curriculares implementados nas escolas na educação básica.

Bibliografia Básica:

CORAZZA Sandra. **O que quer um currículo.** 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DOLL Jr. William E. **Currículo:** uma perspectiva pós-moderna. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo:** questões atuais. 4 ed., Campinas, SP: Papirus, 1997.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2 ed., 1ª reimpressão, Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

Bibliografia Complementar:

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo.** São Paulo, Brasiliense, 1982.

COLL, César. **Psicologia e currículo:** uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. 5. ed. São Paulo: Ática, 2000.

COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) **O currículo nos limiões do contemporâneo.** 2. ed. RJ: DP&A, 1999.

LIBANEO, J.C., OLIVEIRA, J.F. e TOSCHI, M.S. **Educação escolar:** política, estrutura e organização. São Paulo, SP: Cortez, 2003.

MACEDO, Elizabeth F. de. LOPES, Alice Ribeiro Casemiro. **Currículo:** debates contemporâneos. SP: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antonio Flávio. **Currículo, cultura e sociedade.** 3 ed., São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Currículo:** políticas e práticas. 2 ed., Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. **Currículos e programas no Brasil.** 4 ed., Campinas, Papirus, 1999.

_____. GARCIA, Regina Leite. **Currículo na contemporaneidade.** SP: Cortez, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da & MOREIRA, Antonio Flávio.(Orgs.).**Territórios contestados:** o currículo e os novos mapas políticos e culturais.Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidades terminais:** as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. **O currículo como fetiche:** a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 1999.

_____. **Teorias do currículo:** uma introdução crítica. Porto, Portugal: Porto Editora, 2000.

TORRES, S. Turjo. **Globalização e interdisciplinaridade.** O Currículo integrado. Porto Alegre: Artmed, 1998.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS CONTEMPORÂNEAS (c.h. 45h)

Ementa Contemporaneidade e presentividade: ciberespaço; cibercultura; tecnologias intelectuais; aprendizagem colaborativa em rede; inclusão digital; as tecnologias de informação e comunicação e suas possibilidades nas novas relações com o saber e as mudanças na educação presencial, ensino online, educação à distância, *e-learning*, a partir das políticas de incorporação das tecnologias na escola. Tecnologias e suas implicações na educação; gestão da comunicação e das mídias no ambiente escolar.

Bibliografia Básica:

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias:** o novo ritmo da informação. SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. SP: Edições Loyola, 1998.

_____. **As tecnologias da inteligência:** o futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RAMAL, Andrea Cecilia. **Educação na cibercultura.** Porto Alegre: ArtMed, 2002.

Bibliografia Complementar:

ALAVA, Séraphin. **Ciberespaço e formações abertas:** rumo a novas práticas educacionais. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida.** RJ: Jorge Zahar, 2001.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas, SP: Papirus, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. XAVIER, Antônio Carlos. (Orgs.). **Hipertexto e gêneros digitais:** novas formas de construção de sentido. 2 ed., Rio de Janeiro, RJ: Editora Lucerna, 2005.

RUDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura:** perspectivas do pensamento tecnológico contemporâneo. RS: Sulina, 2003.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço.** SP: Paulus, 2004.

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade.** SP: Paulus, 2007.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa.** Rio de Janeiro, RJ: Quarter, 2000.

TAPSCOTT, Don. **Geração digital:** a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo, SP: Makron Books, 1999.

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DE ENSINO DE FILOSOFIA (c.h. 60h)

Ementa: Vivência educativa no Ensino Médio. Tendências, problemas e paradigmas de Filosofia no Ensino Médio. Parâmetros Curriculares Nacionais . Proposta Curricular do Estado do Tocantins para Filosofia. Contexto e conteúdo no ensino da arte no Ensino Médio. Elaboração de projeto de ensino/pesquisa e artigo sobre a vivência realizada no Ensino Médio.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio:** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: 2006.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: 1999.
SHÖN, D. **Educando o profissional reflexivo.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

Bibliografia complementar:

GALLO, Sílvio (org.) **Filosofia do Ensino de Filosofia.** Petrópolis: Vozes, 2003.
KOHAN, Walter. **Ensino de Filosofia: Perspectivas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002
KOHAN, Walter (org.) **Filosofia na Escola Pública.** Petrópolis: Vozes, 2000
CORTELLA, M. S. **A Escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos.** São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2002.
ZABALA, A. **Prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (c.h. 60h)

Ementa: Breve introdução aos aspectos clínicos, educacionais e sócio-antropológicos da surdez. Características básicas da fonologia de Libras: configurações de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais. Praticar Libras: o alfabeto; expressões manuais e não manuais. Expressões socioculturais positivas: cumprimento, agradecimento, desculpas etc.; Expressões socioculturais negativas: desagrado, impossibilidade etc.; Introdução à morfologia de Libras: nomes (substantivos e adjetivos), alguns verbos e alguns pronomes; Aspectos sociolingüísticos: variação em Libras.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Língua Brasileira de Sinais.** Brasília: SEESP/MEC, 1997.
BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças.** João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

Bibliografia complementar:

FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto.** Brasília: Editora MEC/SEESP, 2007.
QUADROS, Ronice. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos.** Porto Alegre, Artmed: 2004
SACKS, Oliver W. Obra: **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras: 1998.
SKLIAR, Carlos Obra: **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre, Mediação: 1998

_____. **Atualidade da educação bilíngüe para surdos: processos e projetos pedagógicos.** V. 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I (c.h. 90h)

Contexto escolar. Instrumentação para o Ensino de Filosofia.

Ementa: Pesquisa de campo em diversas situações de ensino de Filosofia. Mapeamento de possibilidades, reconhecimentos de territórios; de multiplicidade; diferentes construções de projetos pedagógicos (Ensino formal municipal e estadual, projetos com Educação de Jovens e Adultos, escolas particulares, Fundações, etc.). Entender a diversidade das situações de ensino e das maneiras onde a Filosofia tem espaço. Problemática do tema de pesquisa do TCC.

Bibilografia Básica:

BRASIL. **Referenciais para formação de professores.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Apresentação dos temas transversais, ética – 3º e 4º ciclos. Brasília: 1988.

FAZENDA, Ivani. et al. (orgs.) **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

Bibliografia Complementar:

PIMENTA, S. G. *O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II (c.h. 120h)

Docência no Ensino Fundamental

Ementa: Imersão em situações de ensino não-formal. Mapeamento e imersão em experiências de ensino não formal que privilegiem experiências que privilegiem debate em Filosofia. Imersão no cotidiano escolar formal (ensino fundamental e médio). Prática pedagógica como prática social: análise de processos pedagógicos e da estruturação do trabalho docente. Observação das relações profissionais na escola-campo. Observação da estrutura da rotina escolar, da construção e viabilização do Projeto Político Pedagógico – PPP e do Projeto de Desenvolvimento Escolar – PDE. Elaboração do projeto em parceria – escola e comunidade – na viabilização e desenvolvimento de materiais e recursos a serem utilizados no projeto. Elaboração de projetos para escola. Elaboração do pré-projeto de TCC.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Referenciais para formação de professores**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1999.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. RJ: Ed. DP&A, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: 1999.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, Jussara M. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir, em avaliação**. POA: Mediação, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

FOLSCHIED, D.; WUNENBURGER, J. J. **Metodologia Filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III (c.h. 105h)

Docência no Ensino Médio

Ementa: Desenvolvimento da Intervenção pedagógica. Aplicação da proposta desenvolvida no estágio II. Desenvolvimento de uma ação concreta que fique na escola e/ou nos espaços do estágio mesmo depois do término deste. Avaliação em processo e em parceria das etapas do projeto. Elaboração do relatório final de final desta fase. Elaboração do projeto de TCC.

Bibliografia Básica:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte*/Secretaria de Educação Fundamental. RJ: DP&A, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. (Org.) **Didática e formação de professores: percursos e perspectiva no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 1997

ZABALA, Antoni (org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em sala de aula**. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

Bibliografia Complementar:

FOLSCHEID, D.; WUNENBURGER, J. J. **Metodologia Filosófica**. São Paulo: Martins Fontes, 1997

MACEDO, Elizabeth; LOPES, Alice Casimiro (orgs.). **Currículo: debates contemporâneos**. SP: Cortez, 2002.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez.

NÓVOA, António. (Coord.) **Os professores e a sua formação**. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. Lisboa, 1995.

PAIVA, Edil V. de. (org.) **Pesquisando a formação de professores**. RJ: DP&A, 2003.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV (c.h. 90h)

Trabalho de Conclusão de Curso

Ementa. Elaboração de TCC.

Bibliografia temática para cada TCC.

DISCIPLINAS OPTATIVAS:

FILOSOFIA e DIREITO (c.h. 30h)

Ementa: Teorias da Justiça. Teorias da argumentação e Direito. Positivismo jurídico e direito natural.

Bibliografia básica:

PERELMAN, Ch. **Ética e Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Lógica Jurídica**. São Paulo: Martins Fontes,

KELSEN, H. **O problema da Justiça**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **O que é justiça?** São Paulo: Martins Fontes.

Bibliografia complementar:

ARENDT, H. **Lições sobre a Filosofia Política de Kant**. Relume Dumará.

BOBBIO, N. **Direito e Estado no Pensamento de E. Kant**. Brasília, UNB, 1984.

_____. **O Positivismo jurídico**. São Paulo: Ícone, 1995.

RIBAS, C. M. **Justiça em Tempos Sombrios**: A justiça no Pensamento de Hannah Arendt. Ponta Grossa, Ed. UEPG, 2005.

PERELMAN, Ch.; OLBRECHTS_TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FILOSOFIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA (c.h. 30h)

Ementa: A definição e a evolução de coisa pública e de espaço público em Jürgen Habermas localizadas na transição entre o sistema estamentário e o iluminismo diante das crises reproduzidas após a consolidação do sistema burguês liberal

Bibliografia básica:

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____, tradução: Guido Antonio de Almeida. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Brasília: UnB, 2000.

Bibliografia complementar:

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 2000.

HABERMAS, Jürgen.. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes

KELSEN, Hans. **A democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

KERVÉGAN, Jean-François. **Hegel, Carl Schmitt. O político entre a especulação e a positividade**. Barueri (SP): Manole, 2006.

FLICKINGER, Hans-Georg. **Em nome da liberdade. Elementos da crítica ao liberalismo contemporâneo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

ÉTICA e MUNDO CONTEMPORÂNEO (c.h. 30h)

Ementa: A crise da ética tradicional. Desafios contemporâneos da ética: ecologia, técnica e poder. Teorias contemporâneas da filosofia prática.

Bibliografia básica:

JONAS, Hans. **O princípio responsabilidade**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

Bibliografia complementar:

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis: Vozes, 2006.

ARENDT, Hannah. **Responsabilidade e julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva III: hermenêutica e a filosofia prática**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MACINTYRE, Alasdair. **Justiça de quem? Qual racionalidade?** São Paulo: Loyola, 1991.

SINGER, Peter. **Um Só Mundo. A Ética da Globalização**. Lisboa. Gradiva. 2004.

FILOSOFIA DA MENTE (c.h. 30h)

Ementa: Principais correntes da Filosofia da Mente. Relação Mente e Corpo. Consciência e Identidade pessoal. Cognição, Comportamento e Linguagem.

Bibliografia básica:

CHURCHLAND, P. **Matéria e Consciência: Uma Introdução à Filosofia da Mente**. São Paulo: UNESP, 2004.

TEIXEIRA, J. de F. **Mente, Cérebro e Cognição**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Filosofia da Mente, Neurociência, Cognição e Comportamento**. São Carlos: Claraluz, 2005.

Bibliografia complementar:

COSTA, C. **Filosofia da Mente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

DAMASIO, A. R. **O Mistério da Consciência**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

DENNET, D. C. **Tipos de Mente**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997.

NAGEL, T. **Uma Breve Introdução à Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PENROSE, R. **A Mente Nova do Rei**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1993.

SEARLE, J. R. **Mente, Linguagem e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

4.3.8 Interface pesquisa e extensão

O Curso de Filosofia assume as orientações institucionais, estabelecidas à luz da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, presentes nos documentos emanados pelos órgãos superiores da UFT, em especial Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Plano Pedagógico Institucional (PPI) e documento de referência REUNI APROVADO.

No currículo do curso as atividades de pesquisa perpassam todos os componentes curriculares, sendo a produção textual, incluindo artigos científicos, obrigatória em algumas disciplinas, como nos seminários interdisciplinares, no estágio supervisionado IV quando se produz o TCC, nos laboratório de Filosofia I e II e em Hermenêutica de textos filosóficos.

Juntamente com o curso de Artes, o curso de Filosofia está criando e implantando um Núcleo de Pesquisa em Cultura, Filosofia e Linguagens, que visa fomentar o desenvolvimento de pesquisa que dará suporte a pesquisa e criação de cursos de pós-graduação.

Em consonância com o PPI, o curso adota como área prioritária de pesquisa a Educação, nas seguintes linhas de pesquisa: a) Cultura, educação e sociedade; b) Ética, cidadania e ensino de Filosofia e c) Cultura e saberes no contexto da Amazônia;

Atualmente, membros do corpo docente do Curso de Filosofia compõem o Grupo de Estudo ‘Estudos filosóficos contemporâneos: ética e política’, que tem dinamizado as semanas de Filosofia no Campus de Palmas desde 2005. Alunos, orientados pelos professores do grupo, apresentaram as únicas pesquisas no campo de Filosofia até agora realizadas na UFT, como bolsistas do PIBIC. O Curso incentiva o trabalho deste grupo e busca criar condições físicas para que os professores desenvolvam seus projetos de pesquisa, envolvendo os alunos e promovendo atividades de extensão.

O curso incentiva a participação dos professores em congressos de Filosofia promovidos por outras IES e pela ANPOF (Associação Nacional dos Professores de Filosofia), buscando recursos necessários para a sua viabilização.

É uma tarefa comum a todos os professores do curso motivar a participação dos alunos nas suas pesquisas, especialmente naquelas promovidas pelos programas de iniciação científicas da PROPESQ, ou em outros programas institucionais com o foco na articulação entre pesquisa e extensão.

O curso de Filosofia cria condições de integração da comunidade universitária com a sociedade em geral ao proporcionar o acesso desta ao conhecimento filosófico transmitido e construído na universidade.

As atividades de extensão se apresentam, no Curso, como momento de privilegiado de inserção na comunidade e, num movimento de mão dupla, de participação da comunidade externa na vida acadêmica. Essas atividades são norteadas pela política de extensão e cultura propostas no PPI da UFT, que é baseada nos valores do compromisso social, do respeito à diversidade e da Arte e cultura.

Dentre as áreas de extensão do PPI, o Curso elege, preferencialmente, para atuar em: Direitos Humanos e Justiça, Educação e Meio Ambiente, sobretudo com engajamento em programas de promoção da cidadania.

Assim, na extensão, o Curso busca atingir suas finalidades precípuas de promover a cidadania plena, a formação de um *ethos* com nova atitude estética, ética e política, além de somar forças na luta contra a desigualdade social, contra o preconceito diante das diferenças de ordem étnica e de gênero, e na luta pela implantação da justiça social e ambiental.

4.3.9 Interface com programas de fortalecimento do ensino

Para atingir seus objetivos principais, o Curso fomenta o envolvimento dos professores e dos alunos nos programas de aperfeiçoamento discente institucionalizados na UFT, como Programa Institucional de Monitoria/PIM (Resolução CONSEPE, nº 16/2008), Programa Institucional de Monitoria Indígena/PIMI (Resolução CONSEPE, nº 20/2007), PET, PIBID, Prodocência e Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil/MA (Resolução CONSEPE, nº 19/2007).

Nesses programas o curso de Licenciatura em Filosofia visa ampliar o leque de atividades de caráter didático-pedagógicas desenvolvidas pelos alunos monitores sob orientação dos professores tutores. Ademais, a visão articulada entre a iniciação à pesquisa, a preparação para a docência e o diálogo com a comunidade é uma meta a ser buscada por professores-tutores e alunos-monitores em cada programa, respeitando a especificidade de cada um destes.

Assim, os programas de aperfeiçoamento discentes são vistos como um *locus* privilegiado para formar profissionais e cidadãos com experiência de vivência acadêmica e social em toda a sua abrangência, possibilitando o convívio e o trabalho coletivo para superar deficiências de aprendizagem, de adaptação (PIM e PIMI) e possibilitando a melhoria da própria formação nos ambientes da universidade (PET) e da escola (PIBID e Prodocência), e de outras IES (MA)

4.3.10 Interface com as Atividades Complementares

As atividades complementares compõem o currículo flexível do curso de Licenciatura em Filosofia, com carga horária de 195 h, cujo cumprimento é distribuído ao longo curso. As

atividades complementares do curso seguirão as diretrizes estabelecidas na Resolução CONSEPE nº 009/2005, que regulamenta as atividades de ensino, pesquisa e extensão que são validadas na UFT

4.3.11 Prática e Estágio Curricular

I - Orientações Gerais

As dimensões pedagógicas dos cursos de licenciatura

O curso de licenciatura deve garantir fundamentos (conteúdo) e metodologias (forma) que subsidiem a capacidade de refletir sobre a ação, ampliando assim os horizontes da compreensão do mundo. É nessa perspectiva que se coloca o Parecer do Conselho Nacional de Educação - CNE/ CP 009/2001, aprovado em 8/5/2001², que, ao dispor sobre as dimensões teóricas dos cursos de licenciatura, abre a discussão da seguinte forma:

Esse exercício vai requerer a atuação integrada do conjunto de professores do curso de formação visando superar o padrão segundo o qual os conhecimentos práticos e pedagógicos são de responsabilidade dos pedagogos e os conhecimentos específicos a serem ensinados são responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento.

Explicita, ainda, que

Essa atuação integrada da equipe de formadores deve garantir a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos com dupla direção: para os professores de atuação multidisciplinar de educação infantil e de ensino fundamental, no que se refere aos conteúdos a serem ensinados; para os professores de atuação em campos específicos do conhecimento, no que se refere aos conteúdos pedagógicos educacionais.

Além disso, os conhecimentos pedagógicos constitutivos do curso referem-se às diferentes concepções sobre temas próprios da formação de professores, tais como, currículo, desenvolvimento curricular, docência, transposição didática, contrato didático, planejamento, plano, programa, projeto de ensino, organização de tempo e espaço de aprendizagem, organização do trabalho formativo, interação grupal, criação, realização e avaliação das

² **Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.**

situações didáticas, avaliação de aprendizagens dos alunos, trabalho diversificado, relação professor-aluno, análises de situações educativas e de ensino complexas, entre outros. São deste âmbito, também, as pesquisas dos processos de aprendizagem dos alunos e os procedimentos para produção de conhecimento pedagógico pelo professor.

Subsídios para as dimensões da Prática como ‘componente curricular’ e o Estágio Curricular Supervisionado

Perceber as diferentes dimensões do contexto, analisar como as situações se constituem e compreender como a atuação pode interferir nelas é um aprendizado permanente, na medida em que as questões são sempre singulares e novas respostas precisam ser construídas. A competência profissional do professor é, justamente, sua capacidade de criar soluções apropriadas a cada uma das diferentes situações complexas e singulares que enfrenta. Este âmbito de conhecimento está relacionado às práticas próprias da atividade de professor e às múltiplas competências que as compõem e deve ser valorizado em si mesmo. Entretanto, é preciso deixar claro que o conhecimento experiencial pode ser enriquecido quando articulado a uma reflexão sistemática. Constrói-se, assim, em conexão com o conhecimento teórico, na medida em que é preciso usá-lo para refletir sobre a experiência, interpretá-la, atribuir-lhe significado.

De acordo com as orientações legais indicadas pelas Resoluções do Conselho Nacional de Educação, a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em seu Art. 13, explicita que “em tempo e espaço curricular específico, a coordenação da dimensão prática transcenderá o estágio e terá como finalidade promover a articulação das diferentes práticas, numa perspectiva interdisciplinar”. Aponta, ainda:

§ 1º A prática será desenvolvida com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão, visando à atuação em situações contextualizadas, com o registro dessas observações realizadas e a resolução de situações-problema.

§ 2º A presença da prática profissional na formação do professor, que não prescinde da observação e ação direta, poderá ser enriquecida com tecnologias da informação, incluídos o computador e o vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produções de alunos, situações simuladoras e estudo de casos (Resolução CNE/CP 1/2002).

Nessa perspectiva, ‘prática’ como ‘componente curricular’ deve ser entendida como o conjunto de atividades ligadas à formação profissional, inclusive as de natureza acadêmica,

que se volta para a compreensão das práticas educativas e de aspectos variados da cultura das instituições e suas relações com a sociedade e com as áreas de conhecimento específico. O Parecer CNE/CP nº 9/2001, item 3.2.5, ao discutir a concepção restrita de prática no contexto da formação dos professores para a Educação Básica, sinaliza o seguinte:

Uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação, nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional. (p.23)

Por sua vez, o Parecer CNE/CP nº 28/2001, enfatiza que

Sendo a prática um trabalho consciente [...], ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador (p.9).

Em conformidade com o Parecer CNE/CP nº 9/2001 (p. 57), o planejamento dos cursos de formação de professores deve prever situações didáticas em que os futuros professores coloquem em uso os conhecimentos que aprenderem, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros, de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares, como indicado a seguir:

a) No interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que precisa ser permanentemente trabalhada, tanto na perspectiva da sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.

b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de ‘coordenação da dimensão prática’. As atividades deste espaço curricular de atuação coletiva e integrada dos formadores transcendem o estágio e têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e atuar em situações contextualizadas, tais como o registro de observações realizadas e a resolução de situações-problema características do

cotidiano profissional. Esse contato com a prática profissional, não depende apenas da observação direta: a prática contextualizada pode “vir” até a escola de formação por meio das tecnologias de informação – como computador e vídeo –, de narrativas orais e escritas de professores, de produções dos alunos, de situações simuladas e estudo de casos.

c) nos estágios curriculares.

Conforme Parecer CNE/CES 213/2003, de 01/10/2003, para se aferir a dimensão prática do curso devem ser somadas as partes horárias previstas no interior de cada área ou disciplina para atividades práticas, observando-se que nem toda atividade prática desenvolvida na disciplina pode ser considerada como ‘prática de ensino’. Por exemplo, as atividades de caráter prático relacionadas aos conhecimentos técnico-científicos próprios da área do conhecimento, como no caso da Química ou Física, não devem ser computadas como prática como componente curricular nos cursos de licenciatura. Para este fim, poderão ser criadas novas disciplinas ou adaptadas as já existentes, na medida das necessidades de cada instituição, devendo o total perfazer 400 horas. Para se avaliar quantitativamente a dimensão pedagógica do curso, deverão ser somadas, dentro das horas do curso, as partes horárias dedicadas às atividades pedagógicas. As disciplinas, de natureza pedagógica, contemplam em seu interior atividades teóricas e práticas. A soma dessas atividades pedagógicas, teóricas e práticas, devem perfazer $\frac{1}{5}$ da carga horária do curso. Por sua vez, tão somente a parte prática dessas disciplinas pedagógicas somada às demais frações práticas existentes no curso integra o total de 400 horas exigido para atividades práticas. Ou seja, as atividades práticas pedagógicas entram no cômputo das duas dimensões, prática e pedagógica. Somam-se às atividades pedagógicas para perfazer o tal de $\frac{1}{5}$ do total de horas do curso e somam-se às atividades práticas para totalizar as 400 horas exigidas.

A fim de se obter a coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor deverão ser incluídas no Projeto Pedagógico do curso de licenciatura propostas interdisciplinares de trabalho, elaboradas de forma colaborativa e situações de aprendizagem desafiadoras, que exijam a aplicação e a investigação na prática de conceitos teóricos em estudo.

As dimensões do estágio supervisionado

Outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: **estágio supervisionado de ensino**. Estágio é o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio *supervisionado*. Trata-se, pois, de um momento de formação profissional seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa do formando em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

A Resolução CNE/CP 1/2002 sinaliza que:

§ 3º O estágio curricular supervisionado, definido por lei, a ser realizado em escola de Educação Básica, e respeitado o regime de colaboração entre os sistemas de ensino, deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado conjuntamente pela escola formadora e a escola campo de estágio.

Art. 14. Nestas Diretrizes, é enfatizada a flexibilidade necessária, de modo que cada instituição formadora construa projetos inovadores e próprios, integrando os eixos articuladores nelas mencionados.

§ 1º A flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas, de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional.

Tendo como objetivo, junto com a prática de ensino, a ‘relação teoria e prática social’ tal como expressa o Art. 1º, § 2º da LDB-9394/96, bem como o Art. 3º, XI e tal como expressa sob o conceito de prática no Parecer CNE/CP 09/01, o estágio é o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. Entre outros objetivos, pode-se dizer que o estágio pretende oferecer ao futuro licenciado um conhecimento do real em situação de trabalho, isto é diretamente em unidades escolares dos sistemas de ensino. É também um momento para se verificar e provar (em si e no outro) a realização das competências exigidas na prática profissional e exigíveis dos formandos, especialmente quanto à regência. Mas, é também um momento para se acompanhar alguns

aspectos da vida escolar que não acontecem de forma igualmente distribuída pelo semestre, concentrando-se mais em alguns aspectos que importa vivenciar. É o caso, por exemplo, da elaboração do projeto pedagógico, da matrícula, da organização das turmas e do tempo e espaço escolares.

A esse respeito, o Parecer CP no. 27/2001 assim se manifesta:

O estágio obrigatório deve ser vivenciado ao longo de todo o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional. Deve acontecer desde o primeiro ano, reservando um período final para a docência compartilhada, sob a supervisão da escola de formação, preferencialmente na condição de assistente de professores experientes. Para tanto, é preciso que exista um projeto de estágio planejado e avaliado conjuntamente pela escola de formação e as escolas campos de estágio, com objetivos e tarefas claras e que as duas instituições assumam responsabilidades e se auxiliem mutuamente, o que pressupõe relações formais entre instituições de ensino e unidades dos sistemas de ensino. Esses “tempos na escola” devem ser diferentes segundo os objetivos de cada momento da formação. Sendo assim, o estágio não pode ficar sob a responsabilidade de um único professor da escola de formação, mas envolve necessariamente uma atuação coletiva dos formadores (CNE CP 27/2001).

Dessa forma, o estágio se caracteriza por uma relação ensino-aprendizagem mediada pela ação do professor-formador, que se dá pelo exercício direto *in loco* ou pela participação do discente em ambientes próprios da área profissional, objeto da sua formação. Visa não somente à regência em sala de aula, mas também à reflexão teórico-prática sobre a docência e demais aspectos integrantes do cotidiano escolar, a exemplo da elaboração de projetos pedagógicos e organização de tempos e espaços escolares. Nesse sentido, deve incorporar as seguintes dimensões:

- a) observação do contexto de atuação profissional a fim de mapear a realidade em que irá se integrar
- b) acompanhamento das atividades profissionais para as quais o aluno está sendo preparado ao longo do curso
- c) elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação e intervenção no campo de estágio, com o suporte de disciplinas práticas específicas de cada habilitação.

Além disso, entendemos que os cursos de licenciatura devem ter uma proposta de base comum que tenha por eixo uma concepção ampla de docência que englobe as múltiplas

dimensões do trabalho pedagógico por meio de uma sólida formação teórica em todas as atividades curriculares – nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos –, uma ampla formação cultural e a incorporação da pesquisa como princípio formativo, entre outros.

Buscando concretizar o que foi abordado, elencamos alguns componentes curriculares fundamentais para a elaboração de projetos para as diversas licenciaturas da UFT.

Componentes curriculares fundamentais para a elaboração de projetos para as diversas licenciaturas da UFT

Os cursos de graduação devem garantir a articulação entre teoria e prática, ao longo do curso. A estruturação do projeto de licenciatura deve considerar a legislação vigente, o regulamento geral de cursos, as contribuições das entidades nacionais da área, em sintonia com o projeto de autonomia da instituição.

Com o objetivo de garantir a formação comum aos licenciandos, as disciplinas a seguir devem compor os diferentes projetos curriculares.

II - Prática profissional

As atividades práticas como componente curricular tem sua carga horária distribuída da seguinte maneira: 90 horas no eixo de Linguagens do Ciclo de Formação Geral – Ciclo I – e as restantes 315 horas no Ciclo de Formação Profissional – Ciclo II. Essas atividades realizadas no interior das diversas disciplinas curriculares visam:

- a) propiciar a prática de pesquisa bibliográfica em Filosofia;
- b) exercitar a redação de textos e ensaios com rigor científico e com critérios filosóficos;
- c) oportunizar a confecção de material didático em Filosofia para a educação básica no Laboratório de Ensino de Filosofia;
- d) fomentar a utilização da biblioteca como espaços alternativos à sala de aula;
- e) estimular o desenvolvimento da capacidade de pesquisa na iniciação científicas nos licenciandos.

Disciplinas com carga horária de atividades práticas

A orientação e o acompanhamento das atividades práticas feitas a partir da sala de aula ficarão por conta do professor das disciplinas abaixo relacionadas:

Disciplina	C. h.
Leitura e Produção de Textos Científicos	30h
Leitura de Textos Científicos em Língua Estrangeira	30h
Antropologia Cultural	30h
História da Filosofia Antiga	15h
História da Filosofia Medieval	15h
História da Filosofia Moderna I	15h
História da Filosofia Moderna II	15h
História da Filosofia Contemporânea	15h
Fundamentos da Filosofia Política	15h
Filosofia Política	15h
Fundamentos de Ética	15h
Ética	15h
Laboratório de Ensino de Filosofia I	60h
Laboratório de Ensino de Filosofia II	60h
Epistemologia	15h
Ontologia	15h
Lógica	15h
Hermenêutica de textos filosóficos	15h
TOTAL	405h

4.3.12 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

O curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais) será oferecido na forma de disciplina com carga horária de 30 h, em atendimento ao estabelecido pelo Decreto nº 5.626/2005.

4.3.13 Avaliação da Aprendizagem, do curso e da Instituição

A avaliação constitui-se em um processo contínuo que envolve ações de diagnóstico, análise, acompanhamento e proposição de ações para a superação das dificuldades encontradas e o reforço dos pontos positivos, bem como a avaliação da própria avaliação. Nesse processo, é importante destacar a integração de todos os setores que compõem a Universidade.

A **avaliação do aluno** nesses eixos contempla uma abordagem interdisciplinar e, sempre que possível, será realizada por meio de uma proposta interdisciplinar. Recomenda-se que sejam previstos Seminários Interdisciplinares durante a oferta do eixo, com a participação de todos os professores envolvidos, com o intuito de promover um debate mais ampliado da temática. O processo avaliativo da disciplina será composto de avaliação específica da disciplina e avaliação conjunta com as disciplinas em que ocorreu a articulação. Ou seja, será previsto, que parte da nota referir-se-á ao conteúdo ministrado pelo professor da disciplina e parte será aferida pela atividade resultante do trabalho interdisciplinar.

A avaliação é um aspecto fundamental no processo de inovação do ensino, pois se não e muda a avaliação, será muito difícil fazer alguma coisa que tenha consistência. A avaliação formativa é a base do processo ensino-aprendizagem baseado em problema e centrado no estudante. Todavia, a grande dificuldade enfrentada pelos professores está centrada na avaliação da aquisição de conhecimento e em adotar um processo de avaliação, com enfoque interdisciplinar, que articule diferentes áreas do conhecimento, de fazeres e de atitudes nos processos de ensino e aprendizagem como forma de se conhecer as limitações e potencialidades do aluno na sua aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, de aquisição de habilidades e atitudes/ comportamentos.

Segundo Bordenave & Pereira³ (2001, p.70), somente a adoção de uma atitude interdisciplinar permite “a identificação precoce dos problemas que o aluno pode ter em seu trabalho e, ao fazê-lo, permite ao estudante identificar as suas dificuldades e buscar os caminhos de correção”.

A construção de um currículo interdisciplinar pressupõe a possibilidade de reduzir a hegemonia dos saberes, de projetá-los numa mesma dimensão epistemológica, sem negar os limites e a especificidade das disciplinas. Pressupõe, também, que o currículo seja entendido como algo em processo, aberto às diferenças, aos contextos historicamente marcados e às temporalidades dos sujeitos implicados nesse processo. Conforme Macedo (2002: 32), trata-se de perceber

a duração, o inacabamento e uma falta que movem incessantemente; a contradição que nos sujeitos em interação e nas estruturas movimenta a realidade e o conhecimento a respeito dela. O caráter temporal que implica na transformação, na historicidade, demanda, acima de tudo, uma atitude

³ BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

face ao conhecimento como um produto de final aberto, em constante estado de fluxo e infinitamente inacabado.

Nessa perspectiva, são os atos de currículo que se articulam no mundo da escola, situados em um contexto construído, que, efetivamente, o constroem o currículo. As questões “como”, “o quê” e “por quê” se tornam fundamentais para o entendimento do currículo, uma vez que levam em conta a forma de “ser” e de “estar” no mundo dos alunos.

Das avaliações e dos critérios de aprovação

De acordo com o Regimento Acadêmico da Universidade Federal do Tocantins, a avaliação do desempenho acadêmico é concebida como parte essencial e integrante do procedimento sistemático do aproveitamento do aluno em relação a conhecimentos, habilidades e competências exigidas para o exercício profissional e científico, conforme resolução CONSEPE 05/2005 art. 4º, II, letra d. O aproveitamento escolar é avaliado por meio dos resultados por ele obtido em atividades acadêmicas feitas por disciplina, para onde convergirão os resultados de provas, trabalhos, projetos e outras formas de verificação, previstas no plano de ensino da disciplina.

Cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) sendo exigido, no mínimo, a nota 7,0 (sete) para aprovação. O aluno será reprovado quando não alcançar frequência mínima de setenta e cinco por cento (75%) nas aulas e a nota mínima exigida. Neste caso o aluno repetirá a disciplina, sujeito, na repetência, às mesmas exigências de frequência e de aproveitamento.

Avaliação do curso e Avaliação Institucional

De acordo com a natureza do Projeto Pedagógico Institucional, o processo avaliativo a ser desenvolvido nos cursos da UFT visa promover a qualidade das atividades acadêmicas, em articulação com a avaliação institucional descrita no Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI. Em atendimento às diretrizes do SINAES, aprovado pela Lei nº 10.861/2004, a UFT implantou, em abril de 2004, o processo de Avaliação Institucional, criando, na oportunidade, Comissão Central de Avaliação Institucional (CCA), composta por um representante docente, por campus, representantes discentes, do corpo técnico-administrativo e um representante da sociedade civil.

Nesse contexto, torna-se, portanto, significativo o processo de reestruturação das arquiteturas curriculares, dos cursos e programas em oferta, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento dos próprios elementos e mecanismos de avaliação. Para tanto, está sendo aprofundada uma cultura da avaliação, assim como a implantação de um constante acompanhamento das suas estruturas internas, para que a UFT possa concretizar a sua missão de “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (PDI, 007).

Assim, foram estabelecidos alguns indicadores que deverão nortear o processo de avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente e a avaliação institucional, a saber:

Missão: identificação e avaliação das marcas que melhor caracterizam a instituição; definição de sua identidade; indicadores de responsabilidade social; programas e processos que conferem identidade à instituição; contribuições para o desenvolvimento da ciência e da sociedade.

Corpo de professores/pesquisadores: formação acadêmica e profissional; situação na carreira docente; programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com o ensino, a pesquisa e a extensão; distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; forma de admissão na carreira docente; entre outros.

Corpo discente: integração de alunos e professores de distintos níveis; participação efetiva na vida universitária; dados sobre ingressantes; evasão/abandono; qualidade de vida estudantil; tempos médios de conclusão; formaturas; realidade dos ex-alunos; questões da formação profissional; a relação professor/aluno;

Corpo de servidores técnico-administrativos: integração dos servidores, alunos e professores; formação profissional; situação na carreira, programas/políticas de capacitação e desenvolvimento profissional; compromissos com a distribuição dos encargos; adesão aos princípios fundamentais da instituição; vinculação com a sociedade; concursos e outras formas de admissão na carreira.

Currículos e programas: concepção de currículo; organização didático-pedagógica, objetivos; formação profissional e cidadã; adequação às demandas do mercado e da cidadania; integração do ensino com a pesquisa e a extensão; interdisciplinaridade, flexibilidade/rigidez curricular; extensão das carreiras; inovações didático-pedagógicas;

utilização de novas tecnologias de ensino; relações entre graduação e pós-graduação; e o que constar da realidade.

Produção acadêmico-científica: análise das publicações científicas, técnicas e artísticas; patentes; produção de teses; organização de eventos científicos; realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais; formação de grupos de pesquisa, interdisciplinaridade, política de investigação, relevância social e científica.

Atividades de extensão e ações de intervenção social: integração com o ensino e a pesquisa; políticas de extensão e sua relação com a missão da universidade; transferências de conhecimento; importância social das ações universitárias; impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; participação de alunos; iniciativas de incubadoras de empresas; capacidade de captação de recursos; pertinência e equidade; ações voltadas ao desenvolvimento da democracia e promoção da cidadania; programas de atenção a setores sociais, bem como interfaces de âmbito social.

Infra-estrutura: análise da infra-estrutura da instituição, em função das atividades acadêmicas de formação e de produção de conhecimento, tendo em conta o ensino, a pesquisa, a extensão e, de modo especial, as finalidades da instituição.

Gestão: administração geral da instituição e de seus principais setores; estruturação dos órgãos colegiados; relações profissionais; políticas de desenvolvimento e expansão institucional; perfil; capacitação; políticas de melhoria quanto à qualidade de vida e qualificação profissional dos servidores; eficiência e a eficácia na utilização dos recursos.

Convênios e parcerias: análise do número dos convênios e parcerias realizadas; tipos de instituições; nível da contrapartida da universidade quanto ao capital intelectual empregado nos convênios e parcerias; potenciais espaços de trabalho colaborativo em diversos segmentos da sociedade.

5 CORPO DOCENTE, DISCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

5.1 Formação acadêmica e profissional do corpo docente

Tabela – CONDIÇÕES DE TRABALHO, TITULAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CORPO DOCENTE DA ÁREA DE ARTES E FILOSOFIA

Docente	Condições de Trabalho	Composição e titulação do Corpo Docente	Publicação e experiência profissional
1. Fábio Henrique	DE	Graduação em Filosofia - UFMA Mestre em Filosofia - UFG	Currículo Lattes

Duarte			
2.Karylleila dos Santos Andrade	DE	Graduação em Letras - UNITINS Mestre em Linguística – USP Doutor em Linguística – USP	Currículo Lattes
3.Kátia Maia Flores	DE	Graduação Biblioteconomia - UFG Mestre em História - UFPE Doutor em História – UFMG	Currículo Lattes
4.Kherlley Caxias Batista Barbosa	DE	Graduação em Teologia - Fac. S. Bonaventura Graduação em Filosofia - UCG Mestre em Teologia - Fac. S. Bonaventura	Currículo Lattes
5.José Manoel Miranda de Oliveira	DE	Graduação em Filosofia - UFG Mestre em Educação – UFPE	Currículo Lattes
6.Roseli Bodnar	DE	Graduação em Letras Mestre em Teoria da Literatura.	Currículo Lattes
7.Sandoval Antunes de Souza	40h	Graduação em História - UE Maringá Mestre em Educação - UE Maringá	Currículo Lattes

Tabela - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA ÁREA de FILOSOFIA

Docente	Magistério Ensino Médio	Magistério Superior	Outras Atividades
1.Fábio Henrique Duarte	3 anos	15 anos	Presidente do Sindicato dos professores da UFT. Representante docente no CONSEPE e no CONSUNI.
2.José Manoel Miranda de Oliveira	3 anos	19 anos	Presidente da COPESE, Diretor de Campus, Coordenador de Pós-Graduação e Diretor de Desenvolvimento de Graduação PROGRAD
3.Kherlley Caxias Batista Barbosa	7 anos	9 anos	Diretor de Programas Especiais em Educação PROGRAD/UFT.

Tabela – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE FILOSOFIA

Docente	Condições de Trabalho	Titulação
Fábio Henrique Duarte	DE	Graduação em Filosofia - UFMA Mestre em Filosofia - UFG
Kherlley Caxias Batista Barbosa	DE	Graduação em Teologia - Fac. S. Bonaventura Graduação em Filosofia - UCG Mestre em Teologia - Fac. S. Bonaventura

José Manoel Miranda de Oliveira	DE	Graduação em Filosofia - UFG Mestre em Educação - UFPE
------------------------------------	----	---

Como se vê na tabela do corpo docente da área, são sete os professores lotados nos cursos de Filosofia e Artes até o momento, mas apenas seis vagas das previstas para contratação foram preenchidas, visto que uma vaga foi cedida para o curso de Filosofia. Conforme o Documento REUNI Aprovado, até 2012 serão preenchidas as demais vagas, totalizando vinte e sete professores contratados para esta área.

Tabela – CRONOGRAMA DE CONTRATAÇÃO DOCENTE

Área de Conhecimento	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Artes e Filosofia	06	09	05	05	27

5.2 Formação e experiência profissional do corpo técnico-administrativo

Tabela - Corpo Técnico Administrativo (para trabalho na secretaria do curso, nos laboratórios específicos) dos cursos de Artes e Filosofia.

Nome do técnico	Condições de trabalho 40h semanais	Formação de nível médio/superior	Experiência profissional
Abrir concurso	40h	Técnico em Secretariado ou Secretária executiva	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Tecnologia da Informação ou graduado em Ciência da Computação	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Música ou Graduado em Música	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Artes Visuais ou Graduado em Artes Visuais	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico em Artes Cênicas ou graduado em Teatro ou Dança.	Experiência comprovada na área de atuação
Abrir concurso	40h	Técnico nível superior	Experiência comprovada na área de atuação

6 INSTALAÇÕES FÍSICAS E LABORATÓRIOS

6.1 Instalações gerais do Campus

O Campus de Palmas é constituído de 14 blocos - onde funcionam salas de aulas, laboratórios, a administração do Campus e a Reitoria –, uma Estação Experimental e um Centro universitário para atividades acadêmicas e culturais, ocupando uma área total de aproximadamente 600.000m². Com aproximadamente 79.963 m² de área construída, o campus está localizado na Avenida N 15. ALCNO 14 s/n, Município de Palmas no estado do Tocantins.

Os espaços físicos utilizados no Campus de Palmas estão distribuídos em 14 (catorze) blocos, um Centro universitário e uma Estação Experimental.

Os Blocos A, B, C são blocos exclusivos para salas de aulas teóricas. Cada bloco desses possui área construída de aproximadamente 1.655m². Também os blocos E, F e G são blocos de sala de aula, cada bloco possui 5 salas de aula com 60,20 m².

Nos Blocos I, II e III há salas destinadas para aulas teóricas e práticas, assim como laboratórios de uso dos cursos do Campus. Esses blocos são edificações de 02 (dois) pavimentos com área construída de aproximadamente 2.517m² cada bloco.

Nos blocos 1, 2 e 3 encontram-se os laboratórios do Curso de Medicina, com as mesmas medidas dos blocos E, F e G.

O Bloco IV é a sede da administração superior da UFT (Reitoria) e sua edificação apresenta uma área construída de aproximadamente 2.817 m².

No Bloco de Apoio Logístico e Acadêmico – BALA - funcionam salas da administração acadêmica do Campus, salas de coordenações de cursos e de núcleos de pesquisa da área de saúde. O edifício tem área construída total de 1459,33 m², dividida em dois pavimentos (térreo e superior).

A Estação Experimental é o local onde se desenvolvem pesquisas que necessitam de maior área para os experimentos de campo. A estação possui uma área construída de aproximadamente 1270m².

6.1.1 Instalações administrativas

As salas administrativas são organizadas de forma a oferecer boas condições de trabalho ao corpo técnico que desenvolve atividades de direção, secretaria das coordenações, secretarias acadêmicas, jurídicas, de comunicação, informática, além das salas da Reitoria.

A distribuição das salas obedece a uma estrutura que oferece o entrosamento entre as diversas funções bem como bom atendimento ao público.

BLOCO II

Instalações	Área (m ²)	Horário de funcionamento
Direção do Campus e Assessoria	42	8:00 - 22:00
Administração do Campus	42	8:00 - 18:00
Coordenações de Curso	16	8:00 - 18:00
Secretaria Acadêmica	21	8:00 - 18:00
Almoxarifado de Produtos Químicos	15	8:00 - 18:00
Sala de Apoio ao Docente	42	8:00 - 22:40
Sala de Reuniões	21	8:00 - 22:40

Bloco IV

Instalações	Área (m ²)	Horário de funcionamento
Gabinete do Reitor	75	8:00 - 18:00
Secretaria da Reitoria	25	8:00 - 18:00
Vice-Reitoria	42	8:00 - 18:00
PROGRAD	63	8:00 - 18:00
PROPESQ	83	8:00 - 18:00
PROAD	63	8:00 - 18:00
PROEX	63	8:00 - 18:00
Diretoria de Informática	63	8:00 - 18:00
Diretoria de Assuntos Internacionais	21	8:00 - 18:00
Recursos Humanos	42	8:00 - 18:00

Departamento de Transportes	21	8:00 - 18:00
SEMEC	21	8:00 - 18:00
FAPTO	21	8:00 - 18:00
Pós-graduação	21	8:00 - 18:00

BLOCO DE APOIO LOGÍSTICO E ADMINISTRATIVO (BALA)

Pavimento térreo	Área
Recepção	20,95 m ²
Sanitários masculino/feminino	18,18m ² cada
Sala da segurança	8.11m ²
Serviço e DML	23.07m ²
Secretaria Acadêmica	51.00m ²
Auditório para 75 pessoas	104.10m ²
Laboratório de Informática para 26 pessoas	61.89m ²
Central de Processamento de Dados	39.27m ²
Almoxarifado	44.58m ²
Cantina:	41.10m ² .
Pavimento superior	
Sanitários masculino/feminino	18,18m ² cada
Coordenação de Pós-graduação/Mestrado	37.87m ² .
-Coordenação do Curso de Medicina	42.93m ² .
Coordenação Núcleo de Estudos de Saúde do Tocantins	41.07m ² .
Coordenação Laboratorial:	41.07m ² .
-Protocolo:	22.89m ² .
Salas de professores: 17 salas	10,00m ²
	17m ²
Sala de Vídeo-conferência para 34 pessoas	51.70m ² .

6.2 Biblioteca

A Universidade Federal do Tocantins conta com uma biblioteca no Campus Universitário de Palmas que atende aos 11 cursos de graduação oferecidos, ao corpo de funcionários técnicos administrativos e a programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. A

biblioteca tem como finalidade oferecer apoio aos programas acadêmicos da UFT por meio de serviços e produtos que forneçam suporte para pesquisas.

A biblioteca como parte integrante do desenvolvimento da aprendizagem e como centro de informações incentiva e assessora tecnicamente o corpo docente e discente quanto à utilização do acervo bibliográfico e dos recursos informacionais existentes.

Foi iniciado em 2006, o processo de informatização/modernização das bibliotecas da UFT com a inserção do acervo em uma base de dados (SIE/Biblioteca); esse procedimento ocorreu em todas as bibliotecas da UFT, incluindo a biblioteca do Campus de Palmas, objetivando a criação do SIB/UFT (Sistema de Bibliotecas da UFT).

Foram adquiridos e instalados na biblioteca do Campus de Palmas, os equipamentos necessários para informatização e modernização, tais como: microcomputadores, impressoras, monitores, equipamento antifurto eletromagnético na saída da biblioteca, leitora de código de barras no setor de circulação da biblioteca (empréstimo e devolução). Além disso, encontra-se em andamento a construção de um novo prédio para a biblioteca e a aquisição de mobiliário (estante de aço para livros, expositor de livros, mesas de escritório, mesas para estudo, cadeiras, armários, etc.),

Seguindo a política de modernização nas bibliotecas, freqüentemente executa-se a aquisição de novos títulos e exemplares de livros para completar e complementar a bibliografia básica de todas as disciplinas oferecidas nos cursos de graduação.

Espaço físico

Área de 550,20m²

1º pavimento 398,20m²

2º pavimento: 152m²

O acervo está armazenado em boas condições, em estantes apropriadas, com fácil acesso aos usuários. Toda área é climatizada, iluminada natural e artificialmente e controlada por funcionários que verificam a entrada e saída de usuários.

A biblioteca da UFT/CUP está dividida em dois pavimentos:

- **1º pavimento:** acervo geral, expositor de novas aquisições (livros e periódicos), jornais para consulta local, sala de estudo com 08 mesas e 32 cadeiras, 03 computadores para pesquisa e localização do acervo, sala de coordenação, sala de aquisição de materiais, sala de processamento técnico.

Na coordenação estão concentradas as informações e trabalhos técnicos desenvolvidos pelo bibliotecário, assistido por auxiliares.

Na entrada da biblioteca temos um guarda-volumes (com uma funcionária da empresa de vigilância “Jorima”, responsável pela guarda dos pertences dos usuários),

Bolsistas, executam um trabalho de auxílio à pesquisa e acesso ao acervo bibliográfico.

Os empréstimos, devoluções e reservas dos livros são realizados por funcionários (técnicos administrativos e bolsistas) no balcão de atendimento.

Os livros do acervo geral estão organizados em ordem de classificação por áreas do conhecimento nas estantes.

➤ **2º pavimento:** sala de leitura coletiva com 20 mesas e 80 cadeiras, sala de estudo com cabines para estudos individuais,

Sala com materiais especiais (fitas de vídeo-VHS e armário com CDs-Rom).

Estantes com monografias, dissertações e teses.

Seção de periódicos com aproximadamente 610 títulos de periódicos permitindo consulta aos mesmos somente no local.

A Biblioteca do Campus de Palmas dispõe atualmente, nos vários setores, de mobiliário e equipamentos abaixo discriminados:

- Acervo Geral: 97 estantes;
- Sala de Leitura: (Térreo) 08 mesas com 4 cadeiras cada;
- Sala de estudo individual (2º piso): 12 cabines;
- Sala de leitura (2º piso): 20 mesas com 4 cadeiras cada, 10 cabines;
- Setor de processamento técnico do acervo: 05 computadores, 01 impressora;
- Recepção e atendimento ao usuário: 03 computadores;
- Consulta ao acervo: 03 computadores;
- Coordenação: 01 computador.

Instalações Para Estudos Individuais

A sala de estudos individuais está localizada no 2º pavimento da biblioteca, dispõe de 12 cabines individuais para estudo, em ambiente totalmente climatizado.

Instalações Para Estudos em Grupos

As salas de estudo em grupo, localizadas no 1º e 2º pavimento da biblioteca, possuem juntas 28 mesas com 4 cadeiras cada, com capacidade para 112 usuários sentados.

6.2.1 Acervo bibliográfico

O acervo da biblioteca compõe-se de livros, teses, folhetos, periódicos nacionais e estrangeiros, obras de referência e materiais especiais direcionado às áreas de conhecimento trabalhadas nos cursos do Campus de Palmas da UFT. As obras encontram-se ordenadas por assunto de acordo com a Classificação Decimal Dewey (CDD). Os materiais (livros, periódicos, CD-ROM e vídeos) existentes na biblioteca, estão cadastrados (no SIE/biblioteca ou em livros de tombo), possibilitando a circulação do material de acordo com a política de empréstimo estabelecida, com possibilidade de renovações ou reservas.

a) Livros

A política de aquisição e expansão do acervo da biblioteca da UFT prioriza a compra das bibliografias básicas que constam nas ementas de todas as disciplinas, ou seja, no programa de cada disciplina. Portanto, o acervo está de acordo com os programas das disciplinas e atende as propostas pedagógicas dos cursos, além de ter a proporção, para os livros básicos de 1 exemplar para cada 10 alunos do curso.

A biblioteca possui atualmente em seu acervo um total de 13.404 títulos e 45.180 exemplares.

b) Periódicos

A seção de periódicos dispõe atualmente de 1.124 (hum mil, cento e vinte e quatro) periódicos nacionais e 174 (cento e setenta e quatro) internacionais. Além disso os alunos professores e técnicos administrativos, tem acesso livre ao portal de periódicos da CAPES em computadores localizados dentro da instituição.

c) Jornais e Revistas

A biblioteca da UFT mantém assinaturas de jornais que complementam a formação acadêmica à medida que são veículos de divulgação do panorama atual, o que auxiliam na contextualização das questões relacionadas com os conteúdos abordados em sala.

➤ Jornais - assinaturas de 02 jornais: 01 local e 01 do sudeste do país.

d) Acesso ao Acervo

Consulta: a pesquisa do acervo bibliográfico é realizada em 03 terminais de computadores, localizados na entrada da biblioteca.

Empréstimo: é realizado diretamente nos balcões de atendimento. Cada aluno pode emprestar três livros por sete dias, renováveis por mais sete dias em caso de não existência de reservas. Os professores podem emprestar até cinco livros pelo prazo de quinze dias.

Reserva: O usuário pode fazer reservas somente de materiais que podem ser emprestados. O material fica à espera do usuário pelo prazo de um dia.

Renovação: Todo material pode ser renovado, pelo mesmo tempo de empréstimo, desde que não esteja reservado e que não constem pendências no nome do usuário em quaisquer bibliotecas da UFT.

e) Política de Atualização e Expansão do Acervo

A política da atualização do acervo de livros e periódicos acontece conforme listagem emitida pelos professores e coordenadores de curso, semestralmente e encaminhadas à coordenação do sistema de bibliotecas da UFT.

6.2.2 Infra-estrutura

a) Informatização

A informatização da Biblioteca da UFT iniciou em 2006, com a implantação de software de banco de dados

b) Base de Dados

- A UFT disponibiliza várias bases de dados do Portal de Periódicos da CAPES, com acesso em qualquer computador da instituição.

6.2.3. Administração e serviços

a) Corpo Técnico

A biblioteca do Campus de Palmas conta com o seguinte quadro de funcionários:

1 Bibliotecário

horário das 8:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h

Auxiliares administrativos e bolsistas:

Manhã:

01 auxiliares administrativos no horário das 8:00h às 14:00h

02 bolsista das 8:00h às 12:00h

01 bolsista das 9:00h às 13:00h

Tarde:

02 auxiliares administrativos no horário das 12:00h às 18:00h

01 bolsista das 14:00h às 18:00h

Noite:

03 auxiliares administrativos no horário das 16h30 às 22h30

02 bolsistas das 18:00h às 22:00h

Total: 06 auxiliares de biblioteca

06 bolsistas

No Processamento técnico :

04 auxiliares administrativos

05 bolsistas

b) Apoio a Elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A biblioteca tem como política interna prestar serviços de orientação na normalização dos trabalhos técnicos científicos, segundo recomendações da ABNT. Também auxilia na catalogação do material e treina o usuário quanto à pesquisa de fontes documentais e bibliográficas, sua recuperação e serviços oferecidos, inclusive com visitas programadas.

c) Atendimento ao Público

De Segunda à Sexta-feira: 08h - 22h.

Sábados: 08h - 12h

6.3 Laboratórios

6.3.1 Laboratório de Ensino de Filosofia

O Laboratório de Ensino de Filosofia é um espaço fundamental do curso que propicia as condições físicas para o desenvolvimento das atividades de investigação e de produção de textos filosóficos.

a) Objetivos gerais

- viabilizar projetos de ensino de cunho interdisciplinar que articulem os curso de Licenciatura em Artes e Filosofia com as diversas áreas de conhecimento, especialmente com as ciências humanas;
- fazer a integração de todos os professores e alunos (graduação e pós) empenhados na realização de uma prática de ensino crítica e interdisciplinar;
- dar condições de trabalho para que os profissionais se habilitem no sentido de prestar serviços à comunidade de professores das redes pública e particular de ensino;
- disponibilizar a estrutura física necessária para o desenvolvimento das atividades das disciplinas de Laboratório de Produção de material didático I e II.

b) Objetivos Específicos

- Possibilitar aos alunos de Licenciatura em Artes e Filosofia:
 - a) análise dos materiais didáticos existentes no mercado;
 - b) produção de materiais didáticos diversificados;
 - c) eficiência em lidar com novos métodos e técnicas de ensino;
- Oferecer condições adequadas para a articulação entre:
 - a) conhecimento específico e conhecimento inter e transdisciplinar;
 - b) o ciclo de formação geral e o ciclo de formação profissional a graduação e a pós-graduação mediante os programas institucionais de monitoria e iniciação à docência;
 - c) a formação acadêmica e os desafios do mercado de trabalho;
 - d) domínio de conteúdos específicos e habilidades de docência
- Disponibilizar um acervo de materiais didáticos condizentes com resultados mais recentes das pesquisas na área de ensino médio e superior em Filosofia e Artes, no Brasil e no exterior.

c) Instalações do Laboratório

Os dois laboratórios do curso de Filosofia estão ainda em fase de planejamento. As obras deverão ser concluídas ainda no ano de 2009.

➤ Instalação física / mobiliário:

- a) escrivaninhas p/ computadores;
- b) mesas de reunião;
- c) cadeiras

d) prateleiras;

e) arquivo;

➤ **Equipamentos**

a) computadores

b) ar-condicionado

c) data-show; pen drives;

d) TV

e) Tela para projeção de slides

➤ **Material didático**

a) quadro branco

b) biblioteca básica: dicionários básicos, história do pensamento humano, obras dos clássicos do pensamento filosófico,

6.3.2 Laboratórios de informática

O objetivo dos laboratórios de informática é proporcionar ao aluno o contato com aplicativos básicos e softwares de informática (Sistemas Operacionais, Editores de Texto, Planilhas Eletrônicas, Gerenciadores de Bancos de Dados e Linguagem de Programação) Todos os laboratórios possuem infra-estrutura necessária para acesso aos principais serviços disponíveis na INTERNET (www, FTP, Telnet, E-Mail,), possibilitando a pesquisa através da INTERNET e facilitando a obtenção de material de forma atualizada e dinâmica.

O Campus de Palmas dispõe de 05 Laboratórios de Informática para os discentes, contando com 189 computadores, assim distribuídos:

- LABIN 1: 40 máquinas;
- LABIN 2: 40 máquinas;
- LABIN 3: 35 máquinas;
- LABIN 4: 34 máquinas;
- LABIN 5: 40 máquinas;

No Bloco II, encontra-se a sala de professores com 42m² de área, dispondo de 10 computadores em rede, com uma impressora. Esses equipamentos estão disponíveis em todos os horários e turnos aos professores para atividades de planejamento, elaboração das aulas e atividades complementares de informática enquanto permanecem na Instituição para atividades de orientação, pesquisa e tutoria aos alunos.






6.4 Recursos audiovisuais

É meta do Campus de Palmas manter uma relação de aproximadamente um equipamento de multimeios, dos mais utilizados, para cada 5 professores. Atualmente há um data show e um notebook para cada coordenação de curso. Televisores, videocassetes, DVD e retro-projetores são os equipamentos mais utilizados. Os projetores multimídia estão disponíveis para agendamento de uso nos três auditórios e na sala de reuniões.

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE
Televisores	08
Videocassete	01
Retro projetor	19
Telas de Projeção	08
Projetor multimídia (data show) + CPU	20
Projetor de slides	01
DVD	02
Mesas de Som	02
Amplificadores	02
Caixas de Som	02
Microfone	02

6.5 Acessibilidade para portador de necessidades especiais

As edificações foram construídas para dar acesso e uso a quem, eventualmente, tem alguma dificuldade de locomoção.

-  Entradas principais com rampas;
-  A maioria das dependências de uso geral está posta no andar térreo (biblioteca, laboratórios, auditórios, protocolo, tesouraria e secretaria acadêmica);
-  Os sanitários, tanto masculino, como feminino, são adequados para cadeirantes e portadores de necessidades especiais
-  Todas as salas de aula são no andar térreo;
-  São reservadas vagas especiais no estacionamento;

6.6 Sala de Direção do Campus e Coordenação do Curso

A sala da Direção do Campus de Palmas localiza-se atualmente no Bloco II, pavimento superior. A sala da Coordenação do Curso de Licenciatura em Filosofia está situada no Bloco de Apoio Logístico Acadêmico (BALA).

6.7 Futuras Instalações no Campus de Palmas

O Plano de Reestruturação e Expansão da UFT prospecta a construção de novas instalações físicas para dar suporte ao funcionamento dos novos cursos, incluindo, anfiteatros, salas de aula, laboratórios, salas de professor e de administração.

a) Anfiteatros

Está em andamento a construção de seis anfiteatros que serão utilizados para as atividades acadêmicas do primeiro ciclo dos novos cursos, incluindo o curso de Filosofia.

Com capacidade para 120 pessoas, cada anfiteatro terá 200,00 m² e contará com área de circulação e banheiros. São construções em infra e superestrutura convencional de concreto e aço; vedações de alvenaria de tijolo cerâmico; cobertura em telhas onduladas de material reciclado sobre estrutura metálica; piso de alta resistência em cerâmica esmaltada; divisões internas em gesso acartonado com isolamento acústico em lã de vidro; forro mineral; esquadrias em alumínio anodizado e vidro e madeira; emassamento e pintura com tinta lavável de primeira qualidade; luminárias adequadas às funções a serem desenvolvidas nos ambientes; além de toda a infra estrutura básica para funcionamento como: instalações de água, energia, esgoto e cabeamento estruturado.

b) Salas de aula.

Serão construídas 10 salas de aula com capacidade para 40 pessoas, que serão utilizadas para as atividades acadêmicas principalmente do segundo ciclo de formação. Serão 02 blocos com 05 salas, além de área de circulação e banheiros.

O bloco possui área total construída de 468,44m², sendo cada sala de 60,20m². São construções em infra e superestrutura convencional de concreto e aço; vedações de alvenaria de tijolo cerâmico; cobertura em telhas de concreto na cor verde – padrão UFT - sobre estrutura metálica; piso de alta resistência em cerâmica esmaltada; divisões internas em gesso acartonado com isolamento acústico em lã de vidro; laje treliçada com enchimento em EPS, conforme projeto; esquadrias em alumínio e vidro e madeira; emassamento e pintura com tinta lavável de primeira qualidade; luminárias adequadas às funções a serem desenvolvidas nos ambientes; Textura acrílica do tipo grafiatto nos pilares externos; brises em alumínio fixados sobre estrutura metálica além de toda a infra estrutura básica para funcionamento

como: instalações de água, energia, esgoto, cabeamento estruturado. As 10 salas serão construídas no ano de 2009.

c) Laboratórios.

Serão construídos 03 blocos contendo 05 laboratórios cada, sendo **dois os laboratórios pertencentes ao Curso de Filosofia**. Cada bloco de laboratórios contará com banheiros masculino e feminino. Cada bloco possui área construída de 468,44m² e cada laboratório tem 60,20m², com capacidade para 25 alunos. São construções em infra e superestrutura convencional de concreto e aço; vedações de alvenaria de tijolo cerâmico; cobertura em telhas de concreto na cor verde – padrão UFT - sobre estrutura metálica; piso de alta resistência em cerâmica esmaltada ou granilite com aplicação de resina epóxi; divisões internas em gesso acartonado com isolamento acústico em lã de vidro; laje treliçada com enchimento em EPS, conforme projeto; esquadrias em alumínio e vidro e madeira; emassamento e pintura com tinta lavável de primeira qualidade; ou revestimento cerâmico – caso necessário - luminárias adequadas às funções a serem desenvolvidas nos ambientes; textura acrílica do tipo grafiatto nos pilares externos; brises em alumínio fixados sobre estrutura metálica além de toda a infra estrutura básica para funcionamento como: instalações de água, energia, esgoto, cabeamento estruturado, bancadas em granito, instalação de gases, etc. Serão construídos em 2009.

d) Bloco para salas de professor e apoio administrativo.

O edifício terá área construída total de 1.459,33 m², dividida em dois pavimentos (térreo e superior).

Bloco de Apoio Logístico e Administrativo - BALA/REUNI - instalações

Pavimento térreo	Área
Recepção	20,95 m ²
Sanitários masculino/feminino	18,18m ² cada
Sala da segurança	8.11m ²
Serviço e DML	23.07m ²
Secretaria Acadêmica	51.00m ²
Auditório para 75 pessoas	104.10m ²
Laboratório de Informática para 26 pessoas	61.89m ²

Central de Processamento de Dados	39.27m ²
Almoxarifado	44.58m ²
Cantina:	41.10m ² .
Pavimento superior	Área
Sanitários masculino/feminino	18,18m ² cada
Coordenação de Pós-graduação/Mestrado	37.87m ² .
-Coordenação do Curso de Medicina	42.93m ² .
Coordenação Núcleo de Estudos de Saúde do Tocantins	41.07m ² .
Coordenação Laboratorial:	41.07m ² .
-Protocolo:	22.89m ² .
Salas de professores: 17 salas	10,00m ² e 17m ²
Sala de Vídeo-conferência para 34 pessoas	51.70m ² .

6.8. Centro Universitário Integrado de Ciência, Cultura e Arte - CUICA

É um espaço cultural, sem fins lucrativos, com auditório para teatro, dança, cinema e espetáculos musicais. As atividades desenvolvidas em suas instalações serão de cunho cultural e dividem-se nos seguintes espaços:

- Auditório, com capacidade para 500 pessoas;
- Cinema e teatro, também para 500 pessoas;
- Espaço Pedro Terra para artes visuais – com exposições permanentes e temporárias.

O objetivo principal do CUICA é criar um espaço de fomento e divulgação da cultura contemporânea regional. Oferecer espetáculos de teatro, dança e música, mostras de artes visuais, projeções de cinema e vídeo, oficinas, debates e cursos, além de manter sob sua guarda expressivo acervo cultural permanente do Estado do Tocantins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARDOINO, J. Entrevista com Cornelius Castoriadis. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Paulo: Ufscar, 1998.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 1998.

BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2001

BRASIL. Lei no. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

_____. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

_____. Lei no. 11.788 DE 25/9/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

_____. Conselho nacional de Educação. Resolução no. 02/1997, de 26 de junho de 1997. Dispõe sobre os programas especiais de formação pedagógica de docentes para as disciplinas do currículo do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e da Educação Profissional em nível médio. Brasília: MEC/CNE, 1997.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de 3 abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2001

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 009/2001, de 08 de maio de 2001. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 021/2001, de 06 de agosto de 2001. Estabelece a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 027/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP 9/2001, que dispõe sobre as Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP no. 028/2001, de 02 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2001.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES 12, de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Filosofia. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução no. 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e carga horária dos cursos de formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: MEC/CNE, 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 38/2006. Brasília: MEC/CNE, 2006.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de Agosto de 2006. Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BURNHAM, T. F. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In: BARBOSA, J. G. (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multirreferencial**. São Paulo: Edufscar, 1998, p. 35-55.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. Elementos para uma teoria. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

DOLL Jr., William E. **Currículo: uma perspectiva pós-moderna**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1994.

MACEDO, R. S. **Chrysallís, currículo e complexidade: a perspectiva crítico-multirreferencial e o currículo contemporâneo**. Salvador: Edufba, 2002.

MARTINS, J. B. **Abordagem multirreferencial: contribuições epistemológicas e metodológicas para os estudos dos fenômenos educativos**. São Paulo, S. Carlos: UFSCAR, 2000.

MORIN, Edgar. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Lisboa: Europa América, 1973.

_____. **Ciência com consciência**. Sintra: Europa-América, 1994.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

SANTOMÉ, J. Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1. CURRICULUM LATTES DO CORPO DOCENTE

ANEXO 2. REGIMENTO DOS CURSOS DA ÁREA DE FILOSOFIA E ARTES

ANEXO 3. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANEXO 4. NORMATIVA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ANEXO 5. REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO.

ANEXO 6. REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO.

CURRICULUM LATTES DOS DOCENTES

1) Fabio Henrique Duarte - <http://lattes.cnpq.br/2067814044291534>

2) José Manoel Miranda de Oliveira -
<http://lattes.cnpq.br/8272659394037744>

3) Kherlley Caxias Batista Barbosa -
<http://lattes.cnpq.br/6936995812642549>

O corpo docente do curso será complementado conforme planilha de liberação de vagas aprovada pelo Programa de Expansão e Reestruturação das Universidade Federais para a UFT.

ANEXO 3.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE PÁLMAS**

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CONSEPE

Nº 009/2005

Dispõe sobre alterações na Resolução no 04/2005 deste Conselho, que traz o regulamento das Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Tocantins UFT.

PALMAS

Anexo 4. NORMATIVA SOBRE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Art. 1o - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos complementares que se fizerem necessários e comunicando à Pró-Reitoria de Graduação as adequações efetuadas.

TÍTULO I

Das Considerações Gerais

CAPÍTULO I

Da Caracterização das Atividades Complementares

Art. 2o - A presente Resolução tem por finalidade regulamentar as atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins, que compõem o núcleo flexível do currículo dos cursos de graduação, sendo o seu integral cumprimento indispensável para colação de grau.

Art. 3o - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins terão carga horária global definida pelos projetos político-pedagógicos, em conformidade com a legislação vigente e afeta a cada um dos cursos, devendo o seu cumprimento ser distribuído ao longo do curso.

Parágrafo Único – Em todos os casos não serão incluídas no cômputo as atividades previstas pelas Diretrizes Curriculares dos cursos em outra modalidade de atividade acadêmica.

Art. 4o - As atividades complementares dos cursos da Universidade Federal do Tocantins são obrigatórias e estão divididas em três tipos, assim discriminadas:

- I - Atividades de Ensino;
- II - Atividades de Pesquisa;
- II - Atividades de Extensão.

CAPÍTULO II

Da Operacionalização das Atividades Complementares

Art. 5o – As Atividades de Ensino compreendem:

- a. disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e/ou em outras IES;
- b. atividades de monitoria;
- c. participação em mini-cursos;
- d. cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira.

Parágrafo único - As Atividades referidas no inciso I só poderão ser consideradas se não aproveitadas para convalidar outras disciplinas do currículo.

Art. 6o - As Atividades de Pesquisa compreendem:

- livro publicado;
- capítulo de livro;
- projetos de iniciação científica;
- projetos de pesquisa institucionais;
- artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);
- artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);
- artigo completo publicado em anais como autor;
- artigo completo publicado em anais como co-autor;
- resumo em anais;
- participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.

Art. 7o - As Atividades de Extensão compreendem:

1. autoria e execução de projetos;
2. participação na organização de eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
3. participação como conferencista em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
4. participação como ouvinte em eventos, congressos, seminários, workshops, etc;
5. apresentação oral de trabalhos em congressos, seminários, workshops, etc;
6. participação como ouvinte em conferências, palestras, mesas-redondas, etc;
7. apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em congressos, seminários, workshops, etc;
8. participação em oficinas;
9. visitas técnicas e dia de campo;
10. estágios extracurriculares;
11. representação discente em órgãos colegiados (Consuni, Consepe, Congregação, etc.);
12. representação discente (UNE, UEE, DCE e CAs);
13. organizar e ministrar mini-cursos.

CAPÍTULO III

Da Validação das Atividades Complementares

Art. 8º – Os documentos comprobatórios das Atividades Complementares deverão ser encaminhados ao Coordenador do Curso até 31 de maio no primeiro semestre; e 31 de outubro no segundo semestre.

Art. 9º - O aproveitamento das horas de Atividades Complementares será divulgado na primeira quinzena do mês de agosto, relativo ao primeiro semestre do ano anterior; e na primeira quinzena de março, relativo ao segundo semestre do ano em curso.

Parágrafo único – No caso de aluno formando, o aproveitamento será divulgado no prazo da publicação das notas do semestre.

Art. 10 – O pedido de registro das Atividades Complementares será feito pelo interessado, perante Protocolo Geral e encaminhado para parecer da Coordenação dos Cursos, seguindo para a Secretaria Acadêmica.

Parágrafo único – Os documentos originais serão devolvidos ao interessado após conferência e certificação na cópia entregue, sob a responsabilidade funcional.

Art. 11 – O aluno que discordar da quantificação atribuída à Atividade Complementar poderá, no prazo de três (03) dias após a publicação, apresentar pedido de revisão da mesma ao Coordenador de Curso.

Parágrafo único – Da decisão do Coordenador de Curso cabe recurso ao Colegiado do Curso em última instância.

Art. 12 – Somente terão validade para cômputo, como Atividades Complementares, as realizadas pelo acadêmico durante o período de graduação nos cursos, exceto as atividades do Art. 5º, inciso I desta Resolução.

Art. 13 - Todas as Atividades Complementares executadas devem ser comprovadas através de documento, fornecido pelo organizador do evento ou atividade.

Art. 14 - A carga horária total das Atividades Complementares será definida no projeto político-pedagógico do curso.

TÍTULO II

Das Disposições Transitórias

Art. 15 - Compete ao Colegiado do Curso analisar e dirimir quaisquer dúvidas à interpretação deste regulamento, bem como suprir lacunas que venham a surgir, expedindo os atos

complementares que se fizerem necessários e comunicando à Prograd as adequações efetuadas.

Art. 16 - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palmas, 16 de dezembro de 2005

ANEXO

MODALIDADE	TIPO	CRÉDITOS
ENSINO	I – Disciplinas complementares não previstas no currículo dos Cursos e cursadas na UFT e em outra IES (por Disciplina);	05
	II - Atividades de monitoria (por semestre)	05
	III - Organizar e ministrar mini-cursos (por mini-curso);	05
	IV – Participação como ouvinte em mini-cursos (por mini-curso);	03
	V - Cursos nas áreas de informática ou língua estrangeira (por curso);	02
PESQUISA	I – Livro Publicado; II – Capítulo de Livro;	50
	III – Projetos de Iniciação Científica;	20
	IV – Projetos de Pesquisa Institucionais;	15
	V – Artigo publicado como autor (periódico com conselho editorial);	10
	VI - Artigo publicado como co-autor (periódico com conselho editorial);	10
	VII – Artigo completo publicado em anais como autor; (exceto o t.c. c)	05
	VIII- Artigo completo publicado em anais como autor;	05
	IX – Resumo em anais;	05
	X – Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos.	03
		03

EXTENSÃO	I – Autoria e execução de projetos;	15
	II – Participação na organização de eventos (congressos, seminários, workshop, etc.).	10
	III - Participação como conferencista em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	10
	IV - Participação como ouvinte em eventos (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	V - Apresentação oral de trabalhos em (congressos, seminários, workshop, etc.)	05
	VI – Participação como ouvinte em (conferências, palestras, mesas-redondas, etc.)	03
	VII - Apresentação de trabalhos em painéis e congêneres em (congressos, seminários, workshop, etc.)	03
	VIII – Participação em oficinas;	03
	IX – Visitas técnicas;	03
	X – Estágios extracurriculares (cada 80 horas);	03
	XII – Representação discente em órgãos colegiados (CONSUNI, CONSEPE, etc. por semestre);	03
	XIII - Representação discente (UNE, UEE, DCE, CAs etc. por semestre)	02

ANEXO 5

REGULAMENTO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO-OBRIGATÓRIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

CAPÍTULO I IDENTIFICAÇÃO

Art. 1º O presente regulamento trata da normatização das atividades de estágio obrigatório e não obrigatório do curso de Licenciatura em Filosofia *campus* de Palmas.

§1º Os estágios supervisionados obrigatórios são relativos à Prática de Ensino do Curso de Licenciatura em Filosofia da UFT/Palmas.

§2º As normatizações ora dispostas apresentam consonância com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Filosofia, com a Lei nº 11.788/2008 e com a Orientação Normativa MPOG nº 7 de 30 de outubro de 2008.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 2º O estágio supervisionado obrigatório tem como objetivo: possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e filosóficos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Filosofia .

Art. 3º O estágio não-obrigatório objetiva a ampliação da formação profissional do estudante por meio das vivências e experiências próprias da situação profissional em instituições conveniadas com a UFT de acordo com assinatura do termo de compromisso.

DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O estágio supervisionado obrigatório está organizado em quatro disciplinas denominadas Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III e Estágio Supervisionado IV e TCC.

CAPÍTULO IV PROGRAMAÇÃO DE ESTÁGIO E DURAÇÃO

Art. 4º A duração dos estágios obrigatórios totaliza 405h e compreende um conjunto de ações planejadas por professores vinculados ao Colegiado do Curso, as quais devem ser cumpridas integralmente pelo acadêmico matriculado.

§1º Os estágios supervisionados I, II, III e IV totalizam 405 horas. Sendo que o primeiro com 90h, divide-se em 45h teóricas e 45h práticas; o segundo com 120h, divide-se em 45 h teórica e 75h práticas; o terceiro com 105h, divide-se em 30 h teóricas e 75h práticas; e o quarto com 90h, divide-se em 30h teóricas e 60 práticas.

Art. 5º A programação de cada estágio ficará a cargo do professor responsável e envolverá o desenvolvimento de estratégias que visem o estabelecimento permanente do ciclo de ação/reflexão/ação ao longo do processo de docência e articulação entre as atividades/discussões na disciplina e a prática do estágio nas instituições escolares.

§1º A responsabilidade pela realização de todas as atividades curriculares será assumida pelo acadêmico - estagiário, de comum acordo com os profissionais das instituições e sob a avaliação dos professores de estágio.

§2º Todas as atividades planejadas pelo estagiário, antes de implementadas, deverão ser aprovadas pelo professor da disciplina de Estágio, assegurada a participação coletiva nas decisões.

CAPÍTULO V LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Art. 6º As atividades de estágio propostas serão desenvolvidas em instituições de ensino particulares ou públicas, de acordo com as possibilidades da instituição escolar, preferencialmente na cidade de lotação do Curso.

Parágrafo único – em casos especiais, serão aceitos estágios em outras instituições como ONGs e Centros que comprovem atividades ligadas ao ensino de Filosofia.

Art. 7º A escolha da instituição para a realização do estágio fica a critério do estagiário considerando a autorização prévia dos responsáveis, o aceite do diretor e do professor da instituição e a disponibilidade de vagas.

CAPÍTULO VI AVALIAÇÃO

Art. 8º A avaliação do estagiário cabe ao professor da disciplina de Estágio da UFT, considerando critérios específicos apresentados ao estagiário no início do semestre e no regimento acadêmico da Universidade.

Parágrafo único – ao professor da instituição que recebe o estagiário caberá uma avaliação do trabalho do mesmo de acordo com critérios estabelecidos pelo professor do estágio.

CAPÍTULO VII DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 9º Ao acadêmico que se habilitar ao estágio compete:

- I- participar de todas as atividades dos estágios;
- II- comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma,
- III- cumprir com as normas escolares,
- IV- cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela escola e
- V- avisar qualquer ausência inesperada com antecedência.
- VI- cumprir as normas do presente regulamento.

CAPÍTULO VIII DAS ATRIBUIÇÕES DOS SUPERVISORES DE ESTÁGIO

Art. 10º Compete aos supervisores de Estágio:

- I- possibilitar ao estagiário o embasamento teórico necessário ao desenvolvimento da proposta de estágio
- II- orientar o estagiário nas diversas fases do estágio, relacionando bibliografias e demais materiais de acordo com as necessidades evidenciadas pelo aluno.
- III- orientar e controlar a execução das atividades do estagiário.
- IV- acompanhar o planejamento do estágio, quadro de horários e relatórios.
- V- realizar uma avaliação em todas etapas de desenvolvimento do estágio, desde as aulas na universidade até a regência na escola.

CAPÍTULO IX

DAS ATRIBUIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Art. 11 Compete às instituições escolares que recebem os estagiários:

I - permitir o uso dos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios entre outros, pelo/a estagiário/a como melhor lhe convier

II- permitir o uso de recursos audiovisuais disponíveis pela instituição

III- tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com a(s) turma(s) em que estagia ou com o/a professor/a titular da mesma.

DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO X

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 12 O estágio não obrigatório é desenvolvido de forma complementar pelo acadêmico, além de sua carga horária regular de curso para obtenção de diploma.

Art. 13 O estágio não obrigatório pode ser desenvolvido em instituições conveniadas com a UFT, mediante termo de compromisso, desde que atendam os seguintes pré-requisitos:

I- pessoas jurídicas de direito privado;

II- órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III- profissionais liberais de nível superior registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

Art. 14 O tempo de duração de estágio não obrigatório não pode ultrapassar dois anos na mesma instituição, seis horas diárias e 30 horas semanais.

Art. 15 O estágio não obrigatório não estabelece vínculo empregatício entre acadêmico e a instituição conveniada.

Art. 16 Atividades de extensão, monitorias, iniciação científica e participação em organização de eventos vinculados a UFT ou nesta desenvolvidos não são considerados estágios não obrigatórios.

CAPÍTULO XI DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 17 A elaboração do Plano de Trabalho do Estagiário deve ser formulada de acordo entre as três partes conveniadas (acadêmico, supervisor do estágio na UFT e instituição conveniada) de acordo com suas necessidades.

Art. 18 A avaliação do estagiário cabe ao supervisor de área a qual o estágio está vinculado de acordo com artigo 16 e ao supervisor da instituição concedente a cada seis meses.

Art. 19 Cada supervisor de área da UFT é escolhido entre os membros do Colegiado de Filosofia.

§1º Cada supervisor deve ser responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação de no máximo dez estagiários;

§2º a avaliação deve considerar a frequência e os relatórios elaborados pelo estagiários a cada seis meses.

Art. 20 Ao término do período de estágio, a unidade concedente emitirá um termo de realização de estágio.

CAPÍTULO XII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelos supervisores responsáveis pelos estágios e, conforme a necessidade, deliberado por instâncias superiores.

Art. 22 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação no Colegiado de Curso.

PLANO DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Introdução e diagnóstico

O curso de Licenciatura em Filosofia, *campus* de Palmas, tem duração mínima de oito semestres com turmas de aproximadamente 80 alunos, no Ciclo de Formação Geral, e 40 alunos, no Ciclo de Formação Profissional. Ao final do curso, o discente obtém o título de Licenciado em Filosofia.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº9394 de 1996, remete aos sistemas de ensino a atribuição de estabelecer normas para a realização dos estágios, parte fundamental da formação do graduando em Licenciatura. Baseados nas premissas dessa lei, do Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 09/2001 e das resoluções CNE/CP 01/2002 e 02/2002, consideramos que a concretização da qualidade da formação docente deve primar pela articulação entre teoria e prática.

De acordo ainda com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), pensamos que o currículo da Licenciatura permite uma adequada distribuição das disciplinas de cunho pedagógico — fundamentos essencialmente teóricos — e das disciplinas de cunho teórico-prático — estágios supervisionados.

As disciplinas de cunho pedagógico permitem ao futuro professor a inserção nas discussões históricas e atuais sobre a escolarização e possibilitam um embasamento teórico sobre diferentes concepções do processo educacional como um todo. Tal embasamento é fundamental para as discussões metodológicas e aplicadas ao ensino de Filosofia que se desenvolvem nos estágios supervisionados.

Conforme orientações já citadas e utilizadas como fio condutor para elaboração do PPC da Licenciatura, acrescentamos a resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFT (CONSEPE) nº03/2005, que normatiza a organização e o funcionamento do estágio curricular obrigatório nos cursos de Licenciatura. Segundo esta, em seu artigo 3º é considerado estágio curricular “um conjunto de atividades teórico-práticas relacionadas à área de estudo e pesquisa capaz de construir e reconstruir experiências em torno da dinâmica própria da atividade educacional”. Este, de acordo com o artigo 4º, tem como objetivo, “oportunizar o contato do aluno com questões inerentes ao processo pedagógico, por intermédio do conhecer, interpretar e agir consciente, e do desenvolvimento da capacidade científica do estagiário”.

Nesse sentido, a prática de ensino e o estágio supervisionado se constituem em momentos articuladores entre estudos teóricos (disciplinas pedagógicas e disciplinas de Filosofia específicas) e a docência vivenciada no contexto escolar eliminando a dicotomia existente no processo de construção do conhecimento. Decorre disso que o curso de Licenciatura em Filosofia objetiva a preparação de professores, possibilitando-lhes uma formação teórico-prática centrada na competência técnica, científica, política e pedagógica. Instrumentalizando-os de competências e habilidades que contribuem para a análise e a problematização constante de sua ação pedagógica na educação básica. Nesse sentido, procuramos a formação de um docente capaz de realizar uma constante reformulação de sua prática pedagógica.

O desenvolvimento dos estágios supervisionados oportuniza aos estagiários confrontar os conhecimentos adquiridos em sua formação com situações de trabalho e com a prática pedagógica de professores das escolas, estimulando o hábito de observar, questionar e relacionar a teoria com a prática no cotidiano educativo escolar. Dessa forma, constitui-se como um trabalho interdisciplinar, articulando as disciplinas do curso e da escola, e como um trabalho interpessoal, relacionando-se com diferentes atores da ação pedagógica — professores, supervisores, tutores, monitores, alunos.

Considerando a constante análise do que é vivenciado em suas experiências didáticas, os estágios supervisionados podem assumir um caráter de pesquisa das condições e práticas da profissão. A pesquisa decorre da observação, problematização, análise e discussão do que acontece dentro da instituição escolar enquanto local considerado fundamental para a formação do cidadão. Assim, o estagiário assume um papel reflexivo sobre sua prática docente, procurando sempre a melhoria de seu trabalho.

Em relação a sua graduação, destacamos como ponto final do período de formação docente, o desenvolvimento de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pelo aluno na disciplina de estágio IV. Este TCC está atrelado aos estágios I, II e III e se constitui em uma retomada de todos seus estudos na Universidade e vivências nas escolas em torno de um tema. O trabalho final ainda é apresentado para a comunidade universitária a fim de divulgar os resultados e estimular a discussão docente.

Objetivo geral

Possibilitar a vivência da prática docente, vinculando os estudos pedagógicos e artísticos à atuação docente em educação básica, pesquisando alternativas para o ensino, questionando e problematizando o processo de ensino-aprendizagem de Filosofia.

Objetivos específicos

- Proporcionar discussões sobre o aprendizado nas disciplinas pedagógicas e artísticas do curso;
- Possibilitar a realização de observações no cotidiano das escolas-campo, para conhecer e analisar a realidade em que se dará a prática docente;
- Auxiliar no planejamento de aulas de acordo com a realidade escolar observada;
- Orientar a pesquisa de metodologias para o ensino de Filosofia;
- Permitir o desenvolvimento da regência em sala de aula, considerando planos de aula, a realidade observada e o plano político pedagógico da escola;
- Favorecer a problematização do vivenciado no estágio com o estudo dos referenciais teórico-metodológicos que norteiam a prática docente;
- Habilitar o acadêmico a relacionar teoria e prática, problematizando e analisando-as na elaboração de um trabalho final e no desenvolvimento de campo teórico-investigativo da docência.

Metodologias

De acordo com o PPC do curso, as disciplinas de cunho pedagógico desenvolvem-se do primeiro ao sétimo semestre e compreendem as disciplinas de Sociedade, Cultura e História da Educação, Filosofia da Educação, Psicologia da Aprendizagem, Didática e Formação de Professores, Educação e Tecnologias Contemporâneas, Currículo, Política e Gestão Educacional, Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia, Laboratório de Produção de Material Didático I Laboratório de Produção de Material Didático II, conforme a tabela a seguir:

DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS DA ÁREA DE ARTES E FILOSOFIA

PER.	COMPONENTES CURRICULARES	CR.	CHT	CHP
1º	Sociedade Cultura e História da Educação	04	60	
2º	Filosofia da Educação	04	60	
3º	Psicologia da Aprendizagem	04	60	
4º	Didática e Formação de Professores	04	60	

5º	Educação e Tecnologias Contemporâneas	04	60	
6º	Currículo, Política e Gestão Educacional	04	60	
7º	Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia	04	60	
8º	Laboratório de Produção de Material Didático I	04		60
9º	Laboratório de Produção de Material Didático II	04		60

As disciplinas do eixo de Saberes Epistemológicos e Pedagógicas, distribuídas nos ciclos de formação básica e profissional, totalizam 540h. O desenvolvimento metodológico dessas disciplinas é competência de um professor específico da área, mantendo sempre que possível articulação com a realidade escolar e o ensino de Filosofia.

O estágio supervisionado do curso de Filosofia se divide em quatro disciplinas, realizadas cada uma em um semestre, as quais apresentam objetivos próprios. No entanto, alguns procedimentos devem ser observados em todos semestres como os listados abaixo:

- ao se apresentar à escola pretendida, o estagiário deve levar a carta de apresentação à direção da escola, pedindo autorização para a realização de seu estágio. Essa deve ser comprovada para o professor da disciplina com assinatura e carimbo da direção da escola (Anexo 1);
- num segundo momento, o estagiário define, com o professor da disciplina de Fundamentos e Metodologia do Ensino de Filosofia, seu horário e turno de estágio, o período de duração, a turma e o conteúdo a ser desenvolvido. Tais informações devem ser preenchidas na ficha em anexo (2);

Cada disciplina é composta de uma carga horária denominada teórica, desenvolvida na Universidade, e uma carga horária denominada prática, desenvolvida junto à escola-campo. De acordo com o período em que se encontra, o estagiário realizará observações, entrevistas, oficinas, palestras, regências de aulas, entre outras atividades, descritas na tabela a seguir:

	UNIVERSIDADE	ESCOLA-CAMPO
Estágio I: contexto escolar / Instrumentação para o ensino de Filosofia (5º. semestre – 90horas)	45h: participação em discussões e atividades em sala de aula, seminários sobre temas observados, planejamentos, busca de materiais, elaboração de trabalho final.	45: observações em escola e aulas; entrevistas; análise de PPP da escola.
Estágio II: Docência no Ensino Fundamental (6º. semestre – 120horas)	45h: planejamento de regência, regência no Ensino Fundamental, participação em discussões, produção de materiais para o ensino de Filosofia, auto-análise crítica, elaboração de pré-projeto de TCC	75h: observações e regência em turmas do ensino fundamental .
Estágio III: Docência no Ensino Médio (7º. semestre –	30h: planejamento de regência, regência no Ensino Médio, participação em discussões, produção de materiais para o ensino de	75h: observações e regência em turmas do ensino médio .

105horas)	Filosofia, auto-análise crítica, elaboração de projeto de TCC.	
Estágio IV: TCC (8º semestre – 90horas)	30h: elaboração de TCC	60h

Avaliação

I- Disciplinas pedagógicas:

Avaliação dessas disciplinas, assim como dito em relação à metodologia utilizada, cabe a cada um dos professores da área responsáveis pelas mesmas, visando sempre a formação docente como um todo.

II- Estágios I, II e III:

A avaliação do estagiário cabe ao professor da disciplina de Estágio da UFT, considerando critérios específicos apresentados ao estagiário no início do semestre. Salientamos que a frequência é fundamental de acordo com a resolução do CONSEPE 03/2005, na qual consta frequência mínima de 75% nas aulas realizadas na Universidade e 100% nas atividades realizadas na escola campo.

Sendo o professor da disciplina da UFT o principal responsável pela avaliação do estagiário, esta deve ser contínua durante o semestre, considerando o empenho do estagiário nas atividades realizadas tanto na Universidade — debates, escrita e análise de textos, planejamentos entre outras — quanto na escola-campo — oficinas, observações, regências. Além desse acompanhamento, o estagiário será avaliado através de um texto final do trabalho feito no semestre na forma de relatório.

Nos Estágios II e III, que requerem envolvimento com alunos e turmas da escola, a realização de oficinas, palestras, regências em sala, os futuros docentes serão avaliados também pela observação *in loco* do professor da disciplina.

Mesmo sem intencionar sobrecarregar o professor da escola-campo que acolherá o estagiário em suas turmas, acreditamos que sua avaliação do trabalho do estagiário é relevante. Para tanto, o professor utiliza a ficha em anexo (3).

III- Estágio IV: TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)

O TCC deve ser escrito como monografia. Como material de análise, o TCC versará sobre algum ponto relevante na vivência educacional dos quatro semestres em que o futuro

docente realizou seu estágio na escola-campo, mantendo relação com as temáticas dos estudos filosóficos. Dessa forma, o aluno concluinte, futuro professor de Filosofia deverá relacionar toda sua prática no curso e na escola com a teoria filosófica, transformando o TCC numa monografia.

TCCs na forma de artigos também podem ser realizados. No entanto, deve ser estimulada a elaboração de monografias.

PLANO DE TRABALHO: SUPERVISÃO DO ESTÁGIO DE FILOSOFIA EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NUMA PARCERIA ESCOLA/UFT

Uma das etapas mais cruciais na vida acadêmica do/a graduando/a de licenciatura em Filosofia é seu estágio docente, cuja disciplina - Estágio Supervisionado no Ensino Médio - é realizada ao final do curso, quando o/a aluno/a já concretizou praticamente todos os componentes curriculares de cunho científico e pedagógico.

Nesse estágio, é necessária a disponibilidade de escolas-campo, estaduais ou privadas, nas quais os/as alunos/as possam desenvolver suas práticas. Pensando nisso, venho por meio deste plano de trabalho apresentar os objetivos, propostas e atividades desenvolvidas nessa disciplina para que a direção e/ou supervisão possam estar informados de seus direitos para com o/a estagiário/a e permitir o trabalho deste/a em seu estabelecimento de ensino.

DIREITOS E DEVERES DAS PARTES ENVOLVIDAS:

Cabe a escola-campo, *durante o período de estágio docente*, permitir o uso dos espaços disponíveis na escola, como salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditórios entre outros, pelo/a estagiário/a em Filosofia como melhor convier a este/a, bem como o uso de recursos audiovisuais que porventura a escola disponha. Por outro lado, fica reservado à direção/supervisão da escola tomar as devidas providências com o/a aluno/a estagiário/a que não cumprir com as normas da escola, ausentar-se durante o estágio ou mostrar falta de comprometimento e responsabilidade com a(s) turma(s) em que estagia ou com o/a professor/a titular de Filosofia da mesma. Ocorrendo as últimas atitudes citadas, o professor supervisor da Universidade deve ser informado.

Com o consentimento das escolas, torna-se responsabilidade do/a/ aluno-estagiário/a, *durante seu período de estágio*, comprometer-se com suas atividades docentes tanto na turma em que estagia, quanto com o/a professor/a responsável da escola e com a direção da mesma,

cumprir com as normas escolares, cuidar e zelar pelos locais e recursos didáticos disponibilizados pela escola e avisar qualquer ausência inesperada antecipadamente. É direito do/a aluno/a estagiário/a usufruir toda estrutura que a escola possa proporcionar, bem como relatar à direção qualquer problema interno que venha a ter na(s) turma(s) de estágio em relação ao não cumprimento por parte dos alunos das normas da escola. Também cabe ao/a estagiário/a, informar a direção e supervisão escolar de qualquer projeto ou oficina que venha a oferecer e desenvolver no espaço escolar.

Ao/a professor/a de Filosofia da turma de estágio cabe, *apenas*, a orientação ao/a estagiário/a de quais conteúdos devem ser desenvolvidos durante o período que o/a mesmo/a assumir a turma, qual a participação deste trabalho de estágio na avaliação trimestral da turma, bem como acompanhar suas atividades.

Ao professor supervisor da UFT cabe o acompanhamento e a supervisão do desenvolvimento do estágio docente na presente escola, através de encontros semanais com o/a estagiário/a bem como uma visita à escola e à(s) turma(s), durante o período de estágio, para a realização de observações do trabalho do aluno. Destaco que todo trabalho de planejamento do estágio cabe à professora da UFT e ao/a aluno/a estagiário/a, não acarretando maior envolvimento do professor titular da turma nessa atividade, nem trabalho extra para este.

Por fim, acrescento que a participação dos/as estagiários/as no dia a dia escolar não traz nenhum ônus financeiro para a escola que o/a recebe.

REGIMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

INTRODUÇÃO

O **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** é desenvolvido no final do curso de licenciatura em Filosofia. Os alunos devem elaborar um trabalho acadêmico de **caráter monográfico** relacionado a uma área específica de atuação, e vinculado ao trabalho de Estágio Supervisionado.

Este trabalho deve possibilitar ao aluno uma organização sistemática dos conhecimentos adquiridos durante a sua formação no curso, além de lhe fornecer subsídios para o desenvolvimento de pesquisas e a descoberta de soluções no âmbito comunitário e escolar. Trata-se de um estudo aprofundado no nível de Graduação sobre um determinado tema de interesse do aluno, vinculado às áreas de concentração do curso e vinculado ao estágio.

NORMAS

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é pré-requisito obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Filosofia, e tem como principais objetivos:

- Comprovar a assimilação dos conteúdos ministrados durante o curso;
- Permitir aos alunos a demonstração de habilidade discursiva para a área específica em que deseja atuar profissionalmente;
- Estimular a produção científica na área de Filosofia.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no Curso de Filosofia.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado pelos acadêmicos, consiste em um momento de potencialização e sistematização de habilidades e conhecimentos adquiridos

ao longo da graduação na forma de pesquisa acadêmico-científica como produção individual orientada e gerada a partir da prática de ensino.

Art. 3º São objetivos do TCC:

- a) Oportunizar ao acadêmico a elaboração de um trabalho científico sob a forma de monografia, com desenvolvimento lógico, domínio conceitual e que tenha como objeto de análise um tema relacionado à Filosofia;
- b) Propiciar aos alunos do Curso de Filosofia a sistematização de conhecimentos resultantes de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica gerada a partir da prática de estágio, vivenciada no decorrer do Curso.

CAPÍTULO II DO TRABALHO DE CONCLUSÃO

Art. 4º O acadêmico deve elaborar seu projeto para nortear o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de acordo com o presente Regulamento e com as instruções do(a) professor(a) Coordenador(a) da disciplina e/ou professor(a) orientador(a).

Art. 5º O projeto preliminar deve ser entregue ao professor(a) orientador(a) até a data estabelecida pelo cronograma da disciplina.

§1º Cabe ao professor(a) orientador(a) a avaliação e aprovação dos projetos preliminares apresentados pelos acadêmicos.

§2º Estando aprovado o projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de novo projeto e mediante atendimento dos seguintes requisitos:

- I. Ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a quinze dias, contados a partir da aprovação do projeto TCC;
- II. Haver aprovação do professor(a) orientador(a).

CAPÍTULO III DO COORDENADOR DE MONOGRAFIA

Art. 6º O Colegiado do Curso de Filosofia deverá eleger o Coordenador de Monografia.

Parágrafo único. O Coordenador de monografia terá um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzido por mais um mandato e deverá pertencer ao quadro de professores efetivos do curso.

Art. 7º Ao Coordenador de Monografia compete, em especial:

- I - atender aos acadêmicos orientandos;
- II - convocar, sempre que necessário, reuniões com os professores orientadores e acadêmicos.
- III - indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;
- IV - elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade com o calendário acadêmico;
- V - receber o projeto de monografia e os relatórios parciais;
- VI - manter fichário atualizado, onde conste o nome e dados de identificação do aluno em fase de elaboração da monografia, título da monografia, nome do professor orientador e atividades desenvolvidas;
- VII - indicar ao Coordenador de Curso as bancas examinadoras;
- VIII - receber as monografias e encaminhá-las às bancas examinadoras;
- IX - publicar editais, respeitado o prazo deste regulamento, fazendo constar data, hora e local em que será realizada a audiência pública, bem como o nome dos membros que compõem a banca examinadora;
- X - manter arquivo atualizado das atas das audiências públicas;
- XI - providenciar o encaminhamento à biblioteca central do CD das monografias aprovadas;
- XII - tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento;
- XIII - publicar no início de cada ano, as temáticas dos trabalhos de conclusão de curso aprovadas pelo colegiado;
- XIV - intermediar contatos entre o professor orientador e entidades, as quais serão contatadas pelo orientador.

CAPÍTULO IV DOS PROFESSORES ORIENTADORES

Art. 8º O trabalho de conclusão de curso é desenvolvido sob a orientação de um professor do curso.

Parágrafo único. O Trabalho de conclusão de curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Art. 9º Cabe ao acadêmico, nos prazos estabelecidos neste regimento e pela Coordenação de Monografia, escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração a disciplina ministrada pelo professor e/ou sua condição de pesquisador no curso, com pesquisa publicada ou registrada.

Parágrafo único. Ao assinar o termo de compromisso, o professor estará aceitando a sua orientação.

Art. 10º Na situação em que não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, deverá o acadêmico procurar o Coordenador de Monografia, a fim de que este lhe indique um orientador.

Parágrafo único. Na indicação de professores orientadores, o Coordenador de Monografia deve observar as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição equitativa de orientandos entre eles.

Art. 11 Cada professor pode orientar, no máximo, 4 (quatro) alunos por semestre.

Parágrafo único. A carga horária mensal, por aluno, destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga didática do docente no Plano de Trabalho, obedece às normas específicas em vigor na Universidade.

Art. 12 A substituição de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante ciência expressa do professor substituído e aquiescência do coordenador de monografia.

§ 1º. O requerimento de substituição deverá ser justificado por escrito;

§ 2º. A substituição somente poderá ocorrer até 30 (trinta) dias contados do início do semestre letivo de monografia final.

§ 3º. É da competência do Coordenador de Monografia a solução de casos especiais, podendo ele, se entender necessário, encaminhá-los para decisão do Coordenador do Curso.

Art. 13 O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I- freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Monografia;
- II- atender mensalmente, seus orientandos, em horário previamente fixado;
- III- entregar relatório das atividades de orientação, mensalmente;
- IV- avaliar o projeto de monografia que lhe for entregue pelo orientando, que deverá ser acompanhado de parecer de admissibilidade;
- V - avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelo orientando, no decorrer da elaboração da monografia;
- VI – autorizar ou não a entrega do projeto de monografia;
- VII - autorizar ou não o depósito das cópias de monografia para defesa, observados os prazos estabelecidos;
- VIII - presidir a banca examinadora, na defesa da monografia do aluno sob sua orientação, competindo-lhe:
 - proceder à abertura e ao encerramento protocolar dos trabalhos;
 - conduzir as arguições do candidato, pelos examinadores;
 - reunir-se, reservadamente, após o término da apresentação e arguição do trabalho, com os membros da banca examinadora, para a avaliação final;
 - comunicar o resultado da avaliação final do candidato;
 - providenciar o preenchimento da folha de avaliação e encaminhá-la ao setor competente;
- IX - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 14 A responsabilidade pela elaboração da monografia é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste Regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Art. 15 O professor orientador tem o direito de declinar do seu dever de orientação para com o orientando que não mantiver contato com o orientador por trinta dias consecutivos, observado o cronograma proposto pela Coordenação de Monografia e demais prazos estipulados neste regulamento.

CAPÍTULO V DO PROJETO DE MONOGRAFIA

Art. 16 O aluno deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com este Regulamento, com as técnicas de metodologia científica e com as orientações do seu Professor Orientador, observando para que não haja incompatibilidade entre estas três fontes de orientação apontadas.

Parágrafo Único. A estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no que forem elas aplicáveis.

Art. 17 A estrutura do projeto compõe-se de:

- I - Capa;
- II - Folha de rosto;
- III - Identificação;
- IV - Tema delimitado;
- V - Breve relato sobre o tema;
- VI - Formulação do problema;
- VII - Hipóteses;
- VIII - Objetivos;
- IX - Justificativa;
- X - Metodologia;
- XI - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);
- XII - Roteiro da Monografia;
- XIII - Cronograma de atividades;
- XIV - Levantamento bibliográfico;
- XV - Parecer de admissibilidade do professor orientador.

Art. 18 Cabe ao professor da disciplina de projeto de monografia atribuir nota ao aluno.

Art. 19 Aprovado o projeto de monografia, a mudança de tema só será permitida mediante elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I- ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias, contados da data de início do período letivo;

II- haver a aprovação do professor orientador;

III- existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação;

IV- haver aquiescência do Coordenador de Monografia.

Parágrafo Único. Pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo Orientador.

CAPÍTULO VI DA MONOGRAFIA

Art. 20 A estrutura da monografia compõe-se de acordo com as normas da ABNT e especificações desse regulamento.

Art. 21 A monografia deve ser apresentada preenchendo os seguintes requisitos:

I- Impressa em papel branco tamanho A4, fonte Arial 12, em espiral;

II- O corpo da monografia (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir no mínimo 45 (quarenta e cinco) páginas;

III- A monografia será depositada junto à Coordenação do Curso de Filosofia, em três vias impressas, de igual teor e forma;

Parágrafo único: após a defesa, o discente deverá apresentar uma cópia em CD, em formato PDF, em sete dias após a defesa, com as devidas correções apontadas pela banca, que será encaminhada à Biblioteca do Campus.

Art. 22 A versão final da monografia é defendida pelo aluno perante banca examinadora constituída por três membros, dentre os quais figurará o orientador do acadêmico como o Presidente da sessão, professores do Curso de Filosofia ou de outro Curso da própria Instituição, que tenha especial afinidade com o tema da monografia a ser defendida.

Parágrafo único: A banca deverá ser formada, preferencialmente, por professores com disciplinas afins.

Art. 23 A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§1º Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicada, por escrito, ao Coordenador do Curso.

§ 2º Não havendo o comparecimento de, no mínimo, três membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 24 Todos os professores do Curso podem ser convocados para participarem das bancas examinadoras, preferencialmente em suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do Coordenador de Monografia e designado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo Único. Sempre que possível, será mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda, evitar a designação de qualquer docente para um número superior a 5 (cinco) bancas examinadoras por semestre, ressalvadas as bancas que o professor funcione como presidente.

CAPÍTULO VII

DA BANCA EXAMINADORA E DA AVALIAÇÃO

Art. 25 As sessões de defesa das monografias são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 26 A banca é soberana para tomar qualquer decisão e dirimir qualquer conflito existente durante a realização da mesma.

Art. 27 A monografia será considerada aprovada se a média das notas dadas pelos membros da banca for superior a 5,0, sendo analisados os seguintes critérios:

I – quanto ao trabalho escrito:

- a) aspecto formal conforme as regras da ABNT, até 1,0 ponto;
- b) redação clara e correção gramatical, até 0,5 ponto;
- c) redação estruturada e organizada de maneira lógica das partes, até 1,0 ponto;

- d) delimitação do tema, até 1,0 ponto;
- e) relação da metodologia com o tema, até 1,0 ponto;
- f) relação adequada entre a referência bibliográfica e o tema, até 1,0 ponto;
- g) abordagem crítica do tema, até 1,0 ponto

II – quanto à apresentação:

- a) clareza e linguagem na apresentação, até 2,0 pontos;
- b) consistência das respostas, até 1,0 pontos;
- c) postura perante a banca, até 0,5 pontos.

Art. 28 A apresentação conterá:

I - 20 minutos de exposição do trabalho, pelo aluno;

II - 10 minutos reservados a cada membro da banca, para considerações e perguntas e para as respostas do aluno;

III - durante o prazo reservado a cada professor examinador é vedado a intervenção de outros membros da banca.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador do Curso de Filosofia e pelo Coordenador de Monografias.

Art. 30 Esse regimento entra em vigor no segundo semestre de 2009, revoga-se as disposições em contrário.

Palmas, 15 de abril de 2009.

Coordenador da Área de Filosofia e Artes